

Organizadores

Ângela Vaz Leão
Johnny José Mafra
Samuel Moreira da Silva

N.Châm 924 O48 2006

Título: José Lourenço de Oliveira : legado-
testemunhos .



146170604

Ac. 412604

o de Oliveira
ado e testemunhos

Ângela Vaz Leão
Johnny José Mafra
Samuel Moreira da Silva

924
048
2006

Organizadores

JOSÉ LOURENÇO DE OLIVEIRA

LEGADO E TESTEMUNHOS

U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



146170604

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA



Belo Horizonte/São Paulo
Faculdade de Letras da UFMG/Peirópolis
2006



412604

Copyright © 2006 by os autores.

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras

Diretora

Prof^a Eliana Amarante de Mendonça Mendes

Vice-diretora

Prof^a Veronika Benn-Ibler

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Marco Antônio e Alda Durães

Editora Fundação Peirópolis

Editora

Renata Farhat Borges

Editora Assistente

Noelma Brocanelli

Capa

Taisa Borges

Leitura final

Luiz Carlos Cardoso

Editoração eletrônica e fechamento de arquivo

Publiarq Design

Faculdade de Letras Br.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

18 / 02 / 2006

1461706-04

UFRJ

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias da FALE/UFMG

José Lourenço de Oliveira: legado e testemunhos / Ângela Vaz Leão, Johnny José Mafra, Samuel Moreira da Silva, organizadores. – Belo Horizonte : Faculdade de Letras da UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2005. 252 p.

ISBN: 85-87470-91-4 (Faculdade de Letras da UFMG)

ISBN: 85-7596-066-0 (Editora Peirópolis)

1. Oliveira, J. Lourenço de (José Lourenço de), 1904-1984. 2. Linguística.
3. Publicações comemorativas – Coletânea. I. Leão, Ângela Vaz.
II Mafra, Johnny José. III. Silva, Samuel Moreira da.

048

CDD: 410

Faculdade de Letras da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 – Campus Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG
Telefone: (31) 3499-6007
Tel./Fax: (31) 3499-5120
www.lettras.ufmg.br

Editora Fundação Peirópolis Ltda.

Rua Girassol, 128 – Vila Madalena
05433-000 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: (55 11) 3816-0699 e fax: (55 11) 3816-6718
editora@editorapeiropolis.com.br
www.editorapeiropolis.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Eliana Amarante de Mendonça Mendes 9

INTRODUÇÃO

Ângela Vaz Leão, Johnny José Mafra, Samuel Moreira da Silva 11

PARTE 1

AO MESTRE, COM GRATIDÃO

O LEGADO DO MESTRE

Ana Lúcia Almeida Gazzola 17

UM PROFESSOR EMÉRITO

Ângela Vaz Leão 27

UMA PESSOA TOLERANTE

Eunice Pontes 39

CAVALHEIRO DA VELHA ESCOLA

Mário Alberto Perini 43

A VOCAÇÃO PARA O DIÁLOGO

Solange Ribeiro de Oliveira 45

REMINISCÊNCIAS POÉTICAS

| | |
|-----------------------------------|----|
| "Infalíveis" | |
| José Lourenço de Oliveira | 55 |
| "Glosando o Mestre" | |
| Marlene Machado Zica Vianna | 56 |

PARTE 2

MEMÓRIAS DIVERSAS

NA FACULDADE DE FILOSOFIA

| | |
|---------------------------------|----|
| Alaíde Lisboa de Oliveira | 59 |
|---------------------------------|----|

LEMBRANÇAS DO MEU PAI

| | |
|--------------------------------------|----|
| José Carlos Lisboa de Oliveira | 69 |
|--------------------------------------|----|

SOBRE A CARAVANA MODERNISTA

| | |
|-------------------|----|
| Fábio Lucas | 75 |
|-------------------|----|

Anexo: Depoimento sobre Mário de Andrade

| | |
|---------------------------------|----|
| José Lourenço de Oliveira | 82 |
|---------------------------------|----|

LOURENÇO, UM HUMANISTA

| | |
|-----------------------|----|
| Lauro Palú, C.M. | 91 |
|-----------------------|----|

ESPÍRITO MEDITERRÂNEO

| | |
|-----------------------|-----|
| Paschoal Rangel | 107 |
|-----------------------|-----|

PARTE 3

O CARAÇA DE LOURENÇO

A POESIA TRANSCODIFICADA

| | |
|-----------------------|-----|
| Ângela Vaz Leão | 125 |
|-----------------------|-----|

| | |
|---|-----|
| FLORES DOS JARDINS DO CARAÇA | |
| Ângela Vaz Leão | 145 |
| XAVIER E O CARAÇA: A FICÇÃO E O REAL | |
| Johnny José Mafra | 153 |
| XAVIER E O CARAÇA | |
| José Afrânio Moreira Duarte | 163 |
| UMA NOVELA AUTOBIOGRÁFICA | |
| Leticia Malard | 165 |
| "XAVIER" E O PARAÍSO PERDIDO | |
| Maria José de Queiroz | 171 |
| XAVIER E O CARAÇA: UNIVERSALIDADE, EXEMPLARIDADE | |
| Melânia Silva de Aguiar | 179 |

PARTE 4

DA VIDA À VIVÊNCIA

| | |
|---|-----|
| UM PATRIMÔNIO POR RESGATAR | |
| Johnny José Mafra e Samuel Moreira da Silva | 189 |
| AS IDÉIAS NA EXPRESSÃO LINGÜÍSTICA | |
| Samuel Moreira da Silva | 197 |
| UMA FILOSOFIA HUMANISTA | |
| Jair Barbosa da Costa | 211 |
| TÓPICOS EXEMPLARES | 215 |
| CRONOLOGIA BIOGRÁFICA | 241 |
| MOMENTOS EM IMAGENS | 253 |

APRESENTAÇÃO

Eliana Amarante de Mendonça Mendes*

Nós, que tivemos o privilégio de conviver com o professor José Lourenço de Oliveira na Faculdade de Letras, muito nos orgulhamos de ter tido em nossos quadros um docente de sua estatura: intelectual da melhor estirpe – pensador, poeta, filósofo, lingüista, pesquisador. Ousou fazer pesquisa – demonstrando pensamento independente – numa época em que na nossa área não se faziam pesquisas de fato; e que, talvez, nem ao menos se entendesse em profundidade o sentido de “pesquisa”. Foi, sem dúvida, um precursor da investigação lingüística no Brasil.

Além de todos esses grandes atributos, foi um ser humano de raras qualidades: honesto, ético, alheio a vaidades, tolerante. Um grande homem e um grande mestre, na melhor acepção desses termos.

Por tudo isso, cabe a nós, que sobrevivemos a ele, dar nosso testemunho, para a atual geração e as vindouras, sobre a exemplar figura e a notável obra do professor José Lourenço de Oliveira.

É, portanto, com grande alegria que apresentamos este livro, que deve ser recebido como um pequeno tributo da Faculdade de Letras da UFMG a um de seus maiores e melhores mestres.

Em 23 de novembro de 2005.

* Diretora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

INTRODUÇÃO

A edição de uma obra que, num preito à memória, sintetize a vida e a vivência do professor José Lourenço de Oliveira tem sido não só o anseio dos seus familiares, mas também, particularmente, o desafio que se impuseram os professores Johnny José Mafra e Samuel Moreira da Silva que, nos últimos cinco anos, se dedicaram ao tratamento e à organização do acervo do professor e à publicação de textos inéditos. A publicação de *Da vida à vivência: conceitos de lingüística fabular*, em 2002, e o lançamento em meio digital de *José Lourenço de Oliveira: vida e obras* (<http://www.letras.ufmg.br/lourenco>), em 2004, representam importante passo para a satisfação desse ideal. Com a iniciativa, enfim, da professora Ângela Vaz Leão e o empenho da professora Abigail de Oliveira Carvalho, realiza-se agora o desejo, e o desafio é vencido: sai a lume *José Lourenço de Oliveira: legado e testemunhos*, coletânea de textos que ativam e consagram a memória do mestre.

Tem ambição esta obra, qual seja a de lembrar o centenário de nascimento do professor Lourenço, ocorrido em 12 de setembro de 2004, e reunir o que sobre ele dizem pessoas da sua convivência, familiares, amigos, colegas e ex-alunos.

Mais do que um trabalho biográfico, *José Lourenço de Oliveira: legado e testemunhos* é um conjunto de alusões que realçam, na experiência da crítica e na expressividade de cada testemunho, as

qualidades do professor, a repercussão da sua presença, a polêmica das suas idéias, o pioneirismo dos estudos de linguagem, o ser humano capaz de profundas emoções e sujeito a conflitos e contrastes; enfim, as múltiplas vivências que fazem dele um homem aristotélico por excelência, nas suas próprias palavras, “homem que ordena e mede as repercussões do Real”.

O testemunho de Alaíde Lisboa de Oliveira, sua esposa, e o de José Carlos Lisboa de Oliveira, seu filho, traduzem o sentido da presença de José Lourenço na relação familiar, seja na vibração da esposa a falar de seu marido, seja na timidez e vera sinceridade do filho a ativar a memória para degustar, embora tarde, o sabor de uma convivência prazerosa cuja importância só agora avalia.

Ao fervor do testemunho doméstico associa-se o testemunho de quantos conviveram com José Lourenço, seja numa relação de amizade, seja numa função acadêmica de aluno ou colega. Em depoimentos de múltiplas vivências, que mostram, uns, o mestre rigoroso, intransigente e até inacessível; outros, o paladino de grandes causas, de grandes temas da filosofia e da linguagem; este, a alma sensível vista por trás de um rosto austero; aquele, a figura emblemática, o poeta, o tradutor, o inspirador de altos sentimentos, alinham-se os professores e escritores Ana Lúcia Almeida Gazzola, Ângela Vaz Leão, Eunice Pontes, Fábio Lucas, Jair Barbosa da Costa, Johnny José Mafra, José Afrânio Moreira Duarte, Letícia Malard, Maria José de Queiroz, Mário Alberto Perini, Marlene Machado Zica Vianna, Melânia Silva de Aguiar, padre Lauro Palú, padre Paschoal Rangel, Samuel Moreira da Silva e Solange Ribeiro de Oliveira.

A memória do professor Lourenço, gravada na pedra monumental de diferentes textos, ganha destaque com uma seção final de fotos, quadro cronológico e elenco de frases extraídas de sua obra editada.

Os promotores desta publicação prestam ao antigo mestre e amigo justas homenagens, no seu centenário, por sua vida e seu legado, e, ao fazê-lo, têm a certeza de que contribuem para a questão da ciência da linguagem e para a preservação da memória cultural de Minas Gerais.

Belo Horizonte, Primavera de 2005

Os Organizadores



PARTE 1

AO MESTRE, COM GRATIDÃO

**UFMG - Faculdade de Letras
Biblioteca**

O LEGADO DO MESTRE

Ana Lúcia Almeida Gazzola*

Meu primeiro contato com a família Lisboa de Oliveira deu-se por intermédio da professora Alaíde Lisboa, então diretora do Colégio de Aplicação da UFMG. Fui para esse colégio, vinda de Três Corações, com 14 anos. Meus pais haviam-me deixado fazer o concurso para o Aplicação porque achavam que eu não passaria, pois esse era um exame considerado muito difícil. No entanto, passei no concurso e – já que eles haviam empenhado sua palavra – vim morar e estudar em Belo Horizonte.

Depois fui para o Colégio Universitário. Ali, já no âmbito da universidade, fazendo o terceiro ano do ensino médio – naquela época, o curso clássico voltado para a área de Ciências Humanas –, tinha informações sobre os cursos da Universidade e, é claro, me interessava pelo de Letras, que já era a minha opção para o vestibular. Sabíamos todos que o professor Lourenço era o terror da lingüística. Todo mundo comentava que ele era uma pessoa muito fechada, muito rígida, muito ortodoxa – digamos assim –, cuja posição valorizava a autoridade, as

* Professora titular da Faculdade de Letras e reitora da Universidade Federal de Minas Gerais.

hierarquias estabelecidas, e que a disciplina que lecionava era um terror, pois ele era muito exigente. Diziam que esse professor chegava antes dos alunos à sala de aula e ia enchendo o quadro com a matéria, escrevendo com uma letra miúda e tratando de assuntos muito difíceis. Essa era a imagem que eu trazia comigo, quando entrei para o curso de Letras.

A disciplina de sua responsabilidade – uma disciplina introdutória da lingüística – era das primeiras que cursávamos nessa Faculdade. Ao freqüentar suas aulas, constatei que a realidade era muito pior que a imagem anterior, pois, ainda por cima, sendo míope, se não me assentasse na primeira carteira, não conseguiria ler o que estava escrito no quadro. Eu precisava chegar muito cedo – as aulas começavam às 7 horas – e, mesmo assim, já o encontrava escrevendo no quadro. E, com sua letra minúscula, o quadro repleto, ele dava a aula, muitas vezes, até meio de costas para nós, falando, desenvolvendo aquilo que estava escrito no quadro.

Embora fosse claro para cada um de nós, alunos, que havia nele um enorme conhecimento da lingüística, uma base de sustentação conceitual sólida, ele representava também a antiexpectativa de uma menina de 17 anos que entrava na Faculdade de Letras, vinda do Colégio Universitário – um colégio muito progressista, em que o processo pedagógico era interativo –, e se deparava com o professor Lourenço e sua didática ortodoxa, conservadora.

Contudo, se ele era uma pessoa rigorosa, brava, não agia de forma sarcástica ou arrogante com seus alunos. Tinha consciência do que trazia como bagagem intelectual, valorizava e exigia respeito ao que trazia, mas não desqualificava o não-saber dos outros. Cobrava que nos esforçássemos para aprender e, se não conseguíssemos, era um desastre, mas não desqualificava os estudantes. Não me lembro de alguém que tenha ficado magoado com ele por uma questão de tratamento.

Ele nos impunha um certo medo, fazia gerar uma grande ansiedade em mim e nos outros. Nós, evidentemente, o considerávamos “quadrado”, mas ele era respeitado e se fazia respeitar. Não era o caso de alguns outros professores. No respeito que ele gerava – e até no medo que sentíamos dele – não havia o receio da injustiça. Havia, sim, o temor de não dar conta do recado, mas não havia a possibilidade de que houvesse algum tipo de injustiça, de favoritismo, de menosprezo. Havia uma relação de confiança combinada com um sentimento de medo de não atender às expectativas e, portanto, de tirar nota ruim. E a boa nota era um valor positivo para todos nós. Ainda mais para mim, moça do interior, tudo aquilo representava um desafio a mais. A nossa impressão era a de que tínhamos de entrar no seu código e de que a avaliação que ele faria seria justa, segundo aquele código. Isso fazia crescer o respeito e marcou muito minha formação docente.

A imagem que eu tinha dele, inicial, era muito diferente da que eu tinha de dona Alaíde, que, mesmo como diretora do Colégio de Aplicação, criava um processo de interação, de aproximação, bem maior com os alunos. De certa forma, o professor Lourenço era um antídoto às experiências de formação que eu havia vivenciado no Colégio Universitário.

A melhor imagem que tenho dele – e que me marcou profundamente – é a de quando, no período da ditadura militar, em 1968, logo após um cerco à Faculdade de Filosofia, nos tornamos, todos, alvos de ações repressivas. Assim, num determinado momento, a polícia foi à Faculdade buscar os registros históricos de alguns alunos que, incriminados em processos políticos, estavam sendo procurados. Por meio das informações contidas nos históricos escolares, tais estudantes seriam identificados e, certamente, localizados e presos ou excluídos da universidade pública. O professor Lourenço não permitiu que a polícia tivesse acesso

aos documentos acadêmicos. Colocou-se na porta da sala da Seção de Ensino com um braço em cada um dos umbrais e disse que ali ninguém entraria. Só passando por cima dele. Como um professor catedrático da Faculdade, disse que os documentos relativos aos alunos eram sagrados e ele os protegeria com a própria vida. A polícia não passou, não teve acesso aos documentos e a integridade da instituição foi mantida.

Com esse episódio, aprendi que, assim como o professor Lourenço tinha esse lado rígido, fundado em princípios que expressavam uma pedagogia ortodoxa – que, certamente, já deveria ter-se transformado –, por outro lado, esses mesmos princípios faziam dele a pessoa íntegra que defendeu os alunos e a instituição contra a intervenção militar, contra a ingerência da repressão. É esta a mais importante lembrança que todos guardamos dele: a defesa intransigente da liberdade individual e da autonomia da Universidade, inclusive na preservação da segurança física de seus alunos.

Por tudo isso, tornou-se um marco na minha vida, talvez por ter-me ensinado, de maneira mais clara que em qualquer outra situação, que não se abre mão de princípios, em nenhum tipo de ocorrência. Mostrou-se à altura dos acontecimentos e do que, ainda sem saber, eu esperava de um professor da Universidade, num momento de crise, em defesa dos estudantes e dos princípios da instituição.

Considero que o trabalho lingüístico desenvolvido pelo professor Lourenço de Oliveira precisa passar por um processo de restauração de seu valor acadêmico-científico. Talvez sua obra tenha caído num certo esquecimento, que precisa ser superado, pois ele realizou um trabalho altamente relevante para o estabelecimento e para a consolidação dos estudos lingüísticos na UFMG, estudos que, entre outros mestres, ele implantou.

Além disso, também me impressionava positivamente a sua crença, muito sólida, em que o conhecimento deve ser tratado de maneira sistemática. É fácil, quando se entra na universidade – e o fazemos muito jovens, com muitas expectativas e desejos, com um alto grau de arrogância, de onipotência, de rebeldia –, deixar-se guiar por um discurso superficial, assumir determinados clichês intelectuais e rebelar-se contra qualquer pensamento baseado em metodologias constituídas. O professor Lourenço passou-me essa posição acadêmica, muito sólida, de que o conhecimento precisa ser tratado de maneira sistemática e crítica, de que há várias metodologias – com as quais se pode, ou não, concordar – e de que devemos ser expostos a todas elas. Dessa forma, poderemos trabalhar em diferentes campos e de diversas maneiras, selecionando os princípios teóricos e metodológicos que considerarmos mais condizentes com nossa própria maneira, nosso próprio pensamento, que vai assim se formulando e se consubstanciando de acordo com o aprendizado e a vivência universitária.

Nós, alunos, respeitávamos nele o pensamento sistemático e o rigor metodológico, que, embora tivesse essa dimensão rígida, se manifestava como uma prática constituída, por meio da qual se articulava a ciência lingüística. Isso era, em si, uma lição importante. Uma lição de rigor intelectual, de coerência metodológica, de pensamento sistemático. E que não era acrítico. Evidentemente, era uma opção metodológica que dava expressão a uma atitude crítica e a uma forma de ver a ciência lingüística. Mas que, também, não se opunha às críticas ou aos embates com os alunos ou com outras metodologias.

Tudo isso é importante ainda hoje, quando a universidade não pode mais ser vista como centro hegemônico do conhecimento. Ela é, certamente, o *locus* social em que o conhecimento e todos os campos de conhecimento são tratados de maneira sistemática, o que permite o

trabalho crítico. Vale dizer, a universidade, hoje, se não é mais o lugar hegemônico da produção do conhecimento, é o lugar privilegiado do tratamento sistemático de todos os conhecimentos e saberes. Nesse tratamento, valemo-nos do senso crítico não apenas no exame de cada campo, de cada pensamento ou de cada teoria com que nos defrontamos, mas também no cotejo das teorias, das metodologias, dos olhares, dos pensamentos. Aliás, a universidade é o único lugar em que esse cotejo se faz de forma sistemática. É preciso que haja exposição a metodologias, a teorias, a posições conceituais sistematicamente organizadas, expressas e defendidas, mas sem resistência ao cotejo. Esse é um aprendizado importante na formação intelectual, no âmbito universitário.

Nesse sentido, o trabalho do professor Lourenço era nitidamente universitário: ele trabalhava com teorias e metodologias em que as premissas eram explicitadas e o sistema que ele propunha caracterizava-se por uma coerência lógica. Ainda que eu tenha me dirigido a um outro campo, considero que os fundamentos da prática intelectual estavam presentes ali, naquela experiência acadêmica.

Entretanto, víamos o professor Lourenço como representante de uma “velha escola”, por oposição a uma “nova escola”. Nova escola que, naquele momento de transformação da universidade, tinha como um de seus pressupostos a necessidade de extinção da cátedra. Fui aluna dele em 1968 e ele, então, representava algo que, para nós, precisava acabar. Todos éramos favoráveis à extinção da cátedra e à implantação de modelos de carreira mais democráticos e que não fossem centrados, de forma personalista, na figura do catedrático.

Essa bandeira, que me parece ter sido legítima e importante para que a universidade pudesse mudar e, passada a fase da ditadura militar, pudesse se arejar de uma maneira mais completa, talvez se tenha

confundido, naquele momento, com a negação de uma erudição que, hoje, vejo como constitutiva do trabalho intelectual. Considero que o conhecimento consolidado, sólido, é a base do trabalho intelectual. Sem dúvida nenhuma, porém, ele representava além disso algo contra que lutávamos. Percebo, no entanto, que lutávamos contra uma coisa e, lamentavelmente, atingíamos outra, que não deveríamos atacar. Ou seja, lutar pelo fim da cátedra, lutar por uma universidade em sintonia com os movimentos sociais, com as demandas da sociedade, com a transformação – uma universidade menos cristalizada, mais dinâmica –, não implica, hoje vejo, negar a erudição. Na verdade, teríamos de considerar negativa uma erudição que parasse nisso e se isolasse de qualquer outro processo intelectual. Esse não era o caso do professor Lourenço, que assustava um pouco mas que, também, instigava e estimulava. Muita gente terá optado pelos estudos lingüísticos, certamente, por influência dele.

Era injusto, além de incorreto, considerar a erudição, em si, o alvo de um ataque legítimo por outras razões. Pois, na medida em que a erudição representava a constituição de um espaço de privilégio, avesso à mudança, avesso a novas possibilidades, avesso à abertura para que mais talentos atuasssem na universidade, cabia, sim, torná-la alvo do nosso protesto, pois se tratava de um tipo de erudição retrógrada, autocrática e isolada do processo intelectual. Definitivamente não era o caso do professor Lourenço, que nos oferecia muitas oportunidades – tanto assim, que muitos dos grandes lingüistas do país que atuaram na UFMG foram seus alunos e convidados por ele para ser seus assistentes. Ele não era como outros catedráticos que havia, à época, na universidade. Embora exercesse uma liderança ortodoxa, até pela sua formação, essa não era do tipo perverso, limitante, personalista. Ele abria caminhos para pessoas que provavelmente pensavam de forma muito diferente da sua.

Se às vezes, ao defender as mudanças, atacávamos algo que não deveria desaparecer, é porque, afinal de contas, a universidade tem como um dos seus componentes o livre cultivo de todas as idéias, incluindo as *belles lettres*. A universidade precisa ser – e talvez, nesse sentido, a reforma se tenha radicalizado numa direção que tivemos de recuperar – o espaço real da diversidade. Na verdade, não se pode atribuir a cada pessoa, isoladamente, o dever da realização completa de todo o ideal da universidade. É a instituição, no seu conjunto, que deve fazer isso. A instituição diversa deve abranger todos os tipos de pensamento, todos os tipos de metodologia e de posições e estes, desde que trabalhados com qualidade, com respeito à diversidade, devem ter lugar e acolhida.

É a instituição, em seu conjunto, que se torna o espaço da diversidade. As pessoas terão opiniões próprias, defenderão teorias específicas, estabelecerão e trabalharão com metodologias concretas que se oporão a outras. O que não pode haver é a exclusividade, a hegemonia, a exclusão de outras possibilidades. É nesse sentido que acho necessário resgatar a erudição. Esse olhar um pouco nostálgico – é verdade – sobre o passado também precisa ter acolhida na universidade. A erudição traz a bagagem da solidez do conhecimento que pode, e deve, ser apropriada pela instituição para que esta, em seu conjunto, tenha um trabalho de enorme solidez e de grande diversidade.

O professor Lourenço era do tempo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Não havia, ainda, a Faculdade de Letras. Foram eles, os professores catedráticos dessa época – entre os quais, o professor José Lourenço de Oliveira – que fizeram a Faculdade de Letras. A idéia que então se passava para nós, alunos, era a de que as lideranças acadêmicas mais fortes da área de Letras, no conjunto da Faculdade de Filosofia, estavam trabalhando para que essa área constituísse sua identidade institucional própria. O que foi um enorme avanço.

Hoje, a Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais é uma referência nacional e internacional. Temos um dos dois únicos programas em estudos literários com avaliação máxima da Capes no Brasil. E temos a percepção de que a identidade da Faculdade, na linha estabelecida por esses fundadores, buscava um alto grau de coesão. Tanto assim que a Pós-graduação dessa Faculdade não é fragmentada. Não oferece cursos separados das literaturas nacionais: há uma pós-graduação em Literatura Comparada, que agrega e permite o cotejo, também, das várias literaturas nacionais. Esse alto grau de coesão institucional permite um novo modelo organizacional, sem departamentos. A identidade coesa da área foi uma idéia que os fundadores conseguiram defender muito bem.

Essa idéia da articulação, da integração, veio do trabalho que eles desenvolviam. Fui, várias vezes, representante discente na Congregação e presenciei discussões entre professores – um dos quais o professor Lourenço – que me impressionavam e possivelmente se tornaram algo determinante da minha posição intelectual e do tipo de posicionamento institucional que assumi na vida inteira: a idéia da instituição acima de seus componentes e o ideal da coesão institucional, como fundamentos de uma ação universitária, democrática, conseqüente e academicamente qualificada.

Em suma, considero ser fundamental, por um lado, recolocar em nova perspectiva a obra dos grandes intelectuais que construíram, na origem, a história dessa universidade – o professor Lourenço entre esses. É uma homenagem mais do que justa a ele, e é, do mesmo modo, uma homenagem à história da instituição. O legado do professor José Lourenço de Oliveira é acadêmico, científico, concernente ao campo dos estudos lingüísticos e expressa-se de diferentes maneiras: pela obra em si, pela constituição da área e, claro, pela formação de tantos estudantes.

Além disso, por outro lado, é preciso colocar em evidência, com clareza, seu legado ético: o pensamento rigorosamente ético, a atitude e a atuação rigorosamente institucionais. Esse é um valor fundamental para a instituição e, ao prestar uma homenagem ao professor Lourenço, como uma emblematização, uma personificação desse valor, a universidade reafirma-se como instituição. Do ponto-de vista pessoal, ele e outros professores ajudaram-me a construir uma visão da universidade e da atuação intelectual ética, rigorosa, institucional, como um valor que constituiu minha própria vida. A eles – e especialmente ao professor Lourenço, no seu centenário – rendo homenagem, pois, se cada um de nós escreve sua própria história, nós o fazemos tendo lido, tendo aprendido, tendo visto o que é bom, correto e justo. Para mim, a atuação do professor Lourenço, no seu conjunto, sempre emblematizou a instituição e os seus valores, sua integridade e sua luta.

UM PROFESSOR EMÉRITO

Ângela Vaz Leão*

Aqui nos achamos reunidos para a celebração de importante ato da vida acadêmica: a Congregação da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, nos termos de dispositivos do Estatuto e do Regimento Geral, confere o título de Professor Emérito ao Doutor José Lourenço de Oliveira, “por serviços de excepcional relevância, prestados ao magistério e à pesquisa universitária”.

Permitam, porém, Senhores, que, antes de me dirigir especialmente ao nosso homenageado de hoje, eu o apresente, numa imagem pobre e muito aquém do real, aos jovens que aqui se encontram. Cerimônias como essas devem integrar-se no complexo da vida universitária, como ocasiões de educação superior que realmente são, já que se revestem de valor exemplar para as gerações mais novas da comunidade acadêmica. A elas falo, especialmente. Porque recapitular a vida intelectual e moral de José Lourenço de Oliveira aos seus companheiros do início da luta, ou aos que tiveram o privilégio de ser seus alunos, soaria como

* Professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora titular da PUC Minas.

uma seqüência de redundâncias, talvez grata aos amigos, mas em todo caso cansativa. Esta festa, porém, pertence a todos. Pertence também aos estudantes, que, por seus representantes legítimos, se assentam conosco à mesma mesa, compondo os Colegiados da Faculdade de Letras, com direito a voz e a voto. Perdoem-me, pois, os presentes de outras gerações não tão jovens, se forem sabidas e ressabidas as coisas que vou dizer.

Façamos um pouco de história. Transportemo-nos a 1939, quando, em 4 de abril, o Decreto-lei federal nº 1.190 reorganiza, no Rio de Janeiro, a Faculdade Nacional de Filosofia, primeira escola superior do país federalmente constituída para o fim específico de formar professores e pesquisadores. A notícia repercute no Colégio Marconi de Belo Horizonte, entre um grupo de eminentes professores que logo se concentram no projeto de criação de uma escola do mesmo gênero, na capital mineira. E com tanto afincio trabalham que, dezessete dias depois, isto é, em 21 de abril de 1939, realizam, no salão nobre da Casa d'Itália, na rua Tamoios, 341, a sessão magna de fundação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Decorridos mais quinze dias, em 6 de maio de 1939, instalam solenemente a Faculdade, proclamam o seu diretor, dr. Lúcio José dos Santos, e indicam o seu primeiro Conselho Técnico Administrativo, este com as atribuições de redigir o Regimento, estruturar cursos e currículos de graduação, organizar o corpo docente, fazer funcionar logo cursos de preparação para os exames vestibulares e elaborar o processo de pedido de autorização federal para funcionamento. Tudo isso se faz sob regime de inspeção prévia, com a assistência e fiscalização do professor Thiers Martins Moreira. Vem afinal o decreto de autorização, de nº 6.486, dezoito meses após, em 5 de novembro de 1940, iniciando-se o funcionamento dos cursos em março de 1941. Como escola isolada de ensino superior, estava efetivamente criada em Belo Horizonte a Faculdade de Filosofia,

Ciências e Letras. Quase seis anos depois, em 26 de março de 1946, seria reconhecida por decreto federal, nº 20.825. Posteriormente, haveria de incorporar-se à Universidade de Minas Gerais, que, por sua vez, por um decreto de federalização, se integraria no sistema oficial de ensino superior. Finalmente, com a Reforma Universitária de 1968, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFMG viria a desmembrar-se em seis outras escolas, uma das quais se denominaria Faculdade de Letras, precisamente esta em que nos encontramos agora.

Pois bem. Daquele grupo pioneiro que criara a Faculdade de Filosofia fazia parte o professor José Lourenço de Oliveira. Fora indicado como membro de seu primeiro Conselho Técnico Administrativo, juntamente com os professores Arthur Versiani Velloso, Braz Pellegrino, padre Clóvis de Souza e Silva e Lúcio José dos Santos, diretor da Faculdade.

Mas quem era José Lourenço de Oliveira? De onde viera? Que havia feito?

Nascido em Coroaci, Minas Gerais, em 12 de setembro de 1904 – hoje, setenta anos justos, quem diria? –, cursara Humanidades no tradicional Colégio do Caraça. Movido pela vocação religiosa? Ou levado por outra vocação, a vocação para a ascese, a vocação do intelectual puro? Não importa, já que esta parece mais irresistível dō que aquela, às vezes. O fato é que, com a sólida base humanística que lá formara, fez-se professor de português, latim e francês. Ensinou a princípio em São João del Rei, no Colégio Padre Machado; em seguida, no Ginásio Arquidiocesano de Mariana; e depois, em Belo Horizonte, em vários estabelecimentos: Colégio Arnaldo, Instituto de Educação, Colégio Afonso Arinos, Colégio Estadual, Colégio Imaculada Conceição, Departamento de Instrução da Polícia Militar. Também ministrou, em caso de alunos muito especiais, aulas particulares. Ensinou o português,

por exemplo, a dona Helena Antipoff, que, impressionada com o seu vasto saber, desta forma o qualificou: "culto, como um europeu culto".

Enquanto assim se entregava ao magistério secundário, e eventualmente particular, novamente o chamou a sua vocação para os estudos. Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, tendo atingido o bacharelado como o primeiro aluno em todos os anos do curso. E que significação teria isso? Naquela época, muito grande significação, sim senhores. Era um tempo em que, em qualquer curso, se estudava não apenas o que se queria, mas o que se devia; era um tempo em que não se concebia ser ótimo estudante de certa matéria, ignorando às vezes até o elementar de outras; era um tempo em que os resultados dos estudos se mediam não só em cada disciplina, mas, pela média, também no conjunto de todas elas; era um tempo em que se acreditava na necessidade de se solidificarem os conhecimentos específicos, por meio do aprofundamento neles próprios e nas disciplinas correlatas; era afinal um tempo em que, se a palavra interdisciplinar já tivesse sido criada, bem que poderia aplicar-se aos temas versados pelos estudantes, quer nas dissertações universitárias, quer nas reuniões de grêmios culturais. Tinha, sim, grande significação naquela época um curso feito, todo ele, em primeiro lugar.

O título de Bacharel em Direito, entretanto, não desviou o professor Lourenço da sua verdadeira vocação. Continuou professor, vivendo no magistério, do magistério e para o magistério. Se dividia o seu tempo com outra atividade profissional, como as de escritor e jornalista, era ainda para ensinar. Foi redator do jornal *A Cruzada* e colaborador de *O Correio*, na culta cidade de São João del Rei; colaborou também em *O Diário*, *Estado de Minas*, *Folha de Minas*, *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*; publicou vários artigos nas revistas *Kriterion*, *Educando*, *A Ordem*. Mas toda essa atividade jornalística é

um prolongamento, com a pena, do magistério que a sua palavra exercia. Também a sua obra publicada em livros pode ser assim considerada. Lembrem-se, por exemplo, *Aspectos fundamentais da Educação, Lenine, Ford e Pio XI, Tratado de acentuação gráfica, Espírito mediterrâneo*, assim como as teses de concurso *Ortografia de nossa língua*, apresentada ao Colégio Estadual de Minas Gerais para a cadeira de Português, e *O formalismo quirício e a estipulação em Gaius*, apresentada à Faculdade de Direito da UFMG, para a cadeira de Direito Romano.

Aprovado em ambos os concursos, pelo último obteve o título de Livre Docente em Direito Romano, a que se soma o de Doutor em Letras, concedido pela Faculdade de Filosofia que ajudara a criar.

Aliás, ño que diz respeito à fundação de instituições culturais e científicas, a sua sementeira é grande: seu nome conta-se entre os dos fundadores do Colégio Marconi, da Sociedade Pestalozzi, da Associação de Cultura Franco Brasileira, da Associação Mineira de Escritores e, como já lhes disse, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. No âmbito restrito dessa Faculdade, foi ño só o fundador da cadeira de latim, mas também um dos criadores da revista *Kriterion*, do Instituto Arduino Bolívar e da seção mineira da Associação de Estudos Clássicos do Brasil.

Na mesma Faculdade, no setor da administração, exerceu a chefia do Departamento de Letras, que se transformou na atual Faculdade de Letras, e participou ativamente do Conselho Técnico Administrativo e da Congregação. No setor propriamente do magistério, integrou numerosas bancas de concursos; formou nos estudos clássicos várias gerações de professores, fundamentando o seu ensino do latim em sólidas bases lingüísticas, e ministrou latim e português nos cursos de férias para professores secundários do ensino oficial, criados pela

Faculdade, em convênio com a Secretaria de Educação, de 1948 a 1953. E quando, em 1963, o Conselho Federal de Educação introduziu a lingüística nos currículos de Letras, foi encarregado dessa disciplina pela Congregação, tendo-a ensinado até a sua aposentadoria, em 1969, de forma crítica e original.

Esse breve e modesto retrospecto, se consegui certa eficácia de expressão, deve ter dado uma idéia da presença marcante que foi o professor Lourenço, na Universidade. Ao conferir-lhe o título de Professor Emérito, “por serviços de excepcional relevância”, a Faculdade de Letras cumpre um dever de justiça.

Querido Professor Lourenço,

Durante alguns minutos, talvez um pouco longos, falei aos outros, fazendo de conta que o senhor aqui não se encontrava. Pouco me incomodou o fato de estar ou não ferindo a sua modéstia. Procurei ser objetiva, evitando duas coisas: estofar as frases com citações eruditas e dar um tom pessoal ao que relatei. Ambos – as citações eruditas e o tom pessoal – poderiam, por uns instantes, tirar do foco o único objeto que eu desejava que lá estivesse: o Professor Emérito da Faculdade de Letras da UFMG, José Lourenço de Oliveira.

Mas, agora, é diferente. Falo ao senhor, professor Lourenço, e não aos outros. Falo não de coisas que me contaram ou que li, mas de coisas que presenciei e de que posso dar um testemunho vivido.

Durante muitos anos o senhor aqui ensinou. O dia de trabalho, para o senhor, começava de madrugada com a vinda a pé para a Faculdade, na rua Carangola. Juntamente com o salutar exercício físico matinal, iniciava-se o exercício espiritual, a meditação, a ruminação das idéias. Teorias originais ainda nebulosas precisavam clarificar-se por meio do esforço da expressão, transformar-se em linguagem. Era assim que, a partir das seis horas da manhã, as idéias iam sendo cuidadosamente

ordenadas e depois resumidas no quadro, por dupla exigência de método, isto é, por disciplina mental e como estímulo à reflexão dos alunos. E às sete em ponto, quando os primeiros estudantes penetravam na sala, lá estava a “pedra”, como o senhor dizia, cheia de uma escrita miúda, reta e igual, em que os símbolos literais às vezes cediam lugar a uma simbolização numérica e diagramática. As idéias fervilhavam na sua cabeça. Como alinhá-las todas, sem tumulto, em forma discursiva? Não haveria signos mais adequados? Os números e os diagramas vieram como uma resposta à inquietação mental, ao desejo de rigor científico, à necessidade de uma linguagem mais precisa e econômica. Isso, no tempo mais recente das aulas de Lingüística, em que o objeto de suas pesquisas era a estrutura da frase indo-européia.

Mas e antes, na época da língua latina? Aí também a teoria ia-se fazendo com o mesmo inconformismo, em relação ao ensino tradicional da língua de Cícero. A bibliografia que o senhor nos revelava era de origem européia, sobretudo francesa. Convivíamos com Meillet, Ernout, Thomas, Niederman, Marouzeau, só de vez em quando secundados por um português como Raul Machado. Lembro-me de quando o senhor promoveu aqui uma conferência de Marouzeau, a quem chamava o “campeão da pronúncia reconstituída do latim”, e a ele me apresentou. Lembro-me de quando, pela primeira vez, ouvi falar em Saussure. Foi pela sua boca. E as reservas e críticas que o senhor contrapunha a alguns conceitos e posições do mestre genebrino – reservas e críticas algumas vezes incompreendidas – eu as ouviria formular, muitos anos depois, as mesmas, por um dos mais completos lingüistas da atualidade, Roman Jakobson. Tal era o caráter pioneiro, tal era o nível avançado das suas investigações lingüísticas, professor.

A esse respeito, convém lembrar que, em conferências proferidas no Instituto Arduíno Bolívar e na Associação de Estudos Clássicos, às vezes

publicadas como artigos em revistas universitárias, o senhor tornou conhecidas as suas pesquisas sobre a linguagem, as mesmas que o senhor tentava discutir conosco em sala de aula. Aí, revelou-se o pensador arguto, que não se contentava em ser o lingüista do aqui-e-agora, mas ia buscar, na trajetória do homem ocidental, fundamentos para profunda meditação sobre a fala e a língua, ou “a divina centelha dos logoi”, que se acha no âmago da essência humana. Eram artigos em que a Lingüística, a História e a Filosofia se davam as mãos, constituindo uma Filosofia da Linguagem, preocupada, como toda boa filosofia, com a natureza profunda dos fenômenos e as leis que os regem na sua universalidade, através do tempo e do espaço. Transformados em separatas que logo se esgotaram, deveriam agora reunir-se em livro, principalmente os artigos “Ars Grammatica”, “A fala e a língua”, “Conceitos de lingüística fabular” (I e II), “O tempo e a função fabular” – os três primeiros saídos em *Kriterion* e o último, na *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*. Deixo aqui o meu apelo para que se republiquem esses trabalhos. Se a Universidade não o fizer, que o senhor próprio o faça, professor. Estaria prestando um grande serviço às novas gerações que não o conhecem e dando, a todos nós que já o lemos, o prazer de um reencontro com o seu pensamento, tomado mais difícil pelas peculiaridades de sua linguagem.

Creio que esse pensamento, na sua forma original de expressão, explica a influência que o senhor exerceu sobre alguns alunos de várias gerações, que buscavam novas idéias e teorias nos bancos acadêmicos. E não era raro ter-se notícia dos que, já professores, tentavam repeti-lo, até em classes secundárias. Esqueciam-se, porém, da sua maior lição: a de só repetir o fundamental, o que fosse indispensável à mente para a investigação e a descoberta.

Voltando às minhas lembranças de aluna, acode-me o processo pelo qual aprendi com o senhor a morfologia latina. A sua análise do

vocábulo em constituintes mórficos não recebia o nome de segmentação e comutação, como as modernas técnicas de apreensão de formas significativas mínimas. Mas já era isso, professor, ou quase isso, embora sem o rótulo atual. E lembro-me também de que o método me fascinou a tal ponto, que tentei aplicá-lo numa turma de ginásio no Colégio Isabela Hendrix, onde tinha a ousadia de lecionar latim enquanto estudante. E a coisa funcionou. Se precisasse enumerar as qualidades da teoria que o senhor nos ministrava, diria que ela era coerente, original, moderna, além de simples e, com uma metodologia adequada, aplicável em qualquer nível do ensino do latim.

De tudo isso eram testemunhas os alunos, alguns um pouco perplexos diante de seu estilo rebelde, de suas repetidas afirmações de dissidência em relação às teorias então vigentes. Seria, assim, tão heterodoxa a sua doutrina? Na época, talvez sim.

E era aí que a turma se dividia: de um lado, os que queriam ler por uma só cartilha, trabalho mais fácil e menos perturbador; de outro, aqueles que se apaixonavam pelo esforço de ver mais fundo, desconfiados de que, em qualquer ciência, e principalmente nas ciências humanas, a renovação e o progresso começam por ser heterodoxia. Nos dois extremos ficavam os alunos, divididos. No meio, ninguém. Porque a verdade é que, diante do senhor, não havia neutralidade possível. E assim, original no falar, no escrever, no pensar, no ensinar, o senhor ia marcando a cada um de nós.

Essa, a impressão que o senhor me deixou, como professor, na sala de aula. E como colega (perdoe-me a ousadia), muito mais tarde, na Congregação. Na minha memória, eu o vejo e ouço, na sua austeridade, na sua franqueza quase rude, quando precisava protestar. Mas as suas atitudes discordantes eram respeitadas, graças à profunda honestidade que as ditava. Incapaz de cortejar os que ocupavam postos

de direção, incapaz de fazer média com quem quer que fosse, incapaz de uma palavra de intriga, o senhor, em momento político difícil para todos, teve atitude de tal dignidade, que transformou adversários em amigos.

Por tudo isso, professor Lourenço, há cinco anos, quando o senhor atingiu a primeira idade da aposentadoria compulsória, a Congregação votou a sua permanência na Faculdade. E o senhor se recusou a continuar, recolhendo-se, fiel à sua vocação para a ascese, ao porão-biblioteca da Avenida Carandaí. Mas as suas visitas freqüentes à Faculdade, a sua passagem pelas salas da Diretoria, da Congregação e dos Professores, o seu interesse pelos problemas da casa, se não estou enganada, eram indício de certa nostalgia. Porque, no fundo, o senhor também se sente ligado a todos nós. Não acredito muito nesta auto-caracterização sua: "Tenho péssima capacidade cooperativa, sempre um pouco agravada por meus pecados e meus anos." Aliás, não acredito em nenhum dos elementos dessa caracterização: nem na péssima capacidade cooperativa, nem nos pecados. E custa-me acreditar nos anos, que, se são 70, andam muito bem escondidos.

Mas ia dizendo, professor, que, há cinco anos, o senhor se recusou a permanecer aqui. Agora, não há jeito. O senhor volta a participar do mais alto Colegiado da Unidade, e volta como Professor Emérito, pelo voto unânime da Congregação e pelo desejo de todos.

Só me resta, para terminar, agradecer aos meus colegas o privilégio que me deram de dirigir-lhe esta saudação, em momento tão importante para a Faculdade. Sei que as minhas palavras podem não ter correspondido ao que a Congregação esperava, e sei, principalmente, que estão longe de corresponder ao que o senhor merece. Mas, a mim, o que esta responsabilidade me trouxe e me traz é uma dupla satisfação, intelectual e afetiva. Ontem, pela tarde inteira, esquecida de mim e desta saudação, mergulhei na leitura de artigos seus, que ainda não conhecia,

descobrimo novas facetas da sua lúcida cultura e do seu feitio tão original. Hoje, dou-lhe o recado da Congregação da Faculdade de Letras da UFMG, e, prestado o meu testemunho público, vou ter a alegria de ser a primeira a abraçá-lo.

Com o meu abraço, receba o meu profundo agradecimento, querido Mestre!

Saudação ao professor J. Lourenço, na sessão em que lhe foi outorgado o título de Professor Emérito (1974).

UMA PESSOA TOLERANTE

Eunice Pontes*

Convidada a participar de homenagem ao professor José Lourenço de Oliveira, a princípio tive uma reação contrária. Os mortos não precisam de homenagens, pensei eu. Estão além, acima disso tudo. Os vivos é que gostam de homenagem, pois vivem sob o domínio do ego, precisam se sentir superiores, precisam de que alguém lhes diga que são importantes... Os mortos, não. Qual a melhor coisa que eu posso fazer em memória de um morto? – me perguntei. Acredito que é rezar por ele, para que descanse em paz, naquela paz que “excede todo entendimento.” Ainda por cima, pensando no professor Lourenço, a lembrança que me veio foi a de uma pessoa não muito à cata de homenagens. Ele me pareceu uma pessoa simples, sem vaidade, e que não dava muita importância ao que os outros pensavam dele. Essas virtudes não são muito comuns, sobretudo no meio intelectual em que nós vivíamos. Mas ele tinha essa qualidade. Numa época (anos 60) em que todos estavam se voltando para a doutrina então em moda na Lingüística, o Estruturalismo, ele escrevia contra o grande Ferdinand de

* Assistente do prof. J. Lourenço de Oliveira na Cadeira de Lingüística. Professora titular da Faculdade de Letras da UFMG.

Saussure e discordava de seus ensinamentos. Ousava ter pensamento próprio, coisa que, para quem estava acostumado, como a maioria dos nossos intelectuais, a repetir o que se ensinava em centros mais avançados, era um absurdo. Se ele fosse um professor estrangeiro, no mínimo seria ouvido com certa reverência, mas, sendo brasileiro, havia quem achasse isso uma excentricidade, para não dizer uma insolência. Imagine, um brasileiro ousar pensar diferente do que estava em voga nos centros mais avançados. Havia alunos que se recusavam a estudar a matéria que ele ensinava e preferiam se arriscar a ser reprovados. Ele, no entanto, dava lição de humildade, deixava passar os que assim procediam e me dizia que, como a sua teoria ia contra o que era aceito, não queria reprovar ninguém por causa disso. Atualmente, quando o tempo vem nos mostrando como as teorias mudam, como o que hoje é considerado o supra-sumo da teoria amanhã já se dá por obsoleto, é bom refletir sobre a grandeza de uma pessoa tolerante com os que pensam diferente, que aceita a intolerância dos outros em relação a suas idéias, mas ao mesmo tempo tem a coragem de afirmar o seu modo de pensar, mesmo que vá contra a corrente.

Essa virtude de ser tolerante com os que pensavam de modo diferente ele demonstrou também ao me aceitar como sua auxiliar na Faculdade. Afinal, eu estava vindo da UnB, uma universidade com fama de esquerdista, numa época de grande polarização política. Ele era politicamente contrário ao pensamento de esquerda, até onde pude perceber. Além disso, eu tinha acabado de fazer o mestrado em Linguística e escrito uma dissertação na linha estruturalista. Ele tinha todos os motivos para não me aceitar trabalhando com ele, mas me aceitou, me tratou sempre muito bem, me deixou ensinar o que eu quis, da maneira que eu quis. Deu uma lição de tolerância e generosidade. Quantos de nós seriam capazes disso? Aceitar como colaboradora uma pessoa

de linha teórica totalmente diferente da sua, e dar a ela liberdade de ensinar sem interferir, não era qualquer um que fazia, naquele tempo em que o catedrático tinha todos os poderes. Mesmo depois, o mais freqüente era as pessoas interferirem quando podiam.

Por tudo isso, acabei dando o meu depoimento sobre o professor José Lourenço de Oliveira, de quem guardo a melhor recordação, pela sua generosidade e pela sua lição de humildade. Espero que, lá do outro lado da vida, ele me perdoe se alguma vez não estive, porventura, à altura de sua generosidade, e quero agradecer publicamente a ele, a dona Alaíde, que em mais de um momento decisivo de minha vida foi de grande generosidade para comigo, e também a suas filhas Maria e Abigail. Enfim, generosidade é um traço da família e eu dou prova disso.

CAVALHEIRO DA VELHA ESCOLA

Mário Alberto Perini*

Conheci o professor José Lourenço de Oliveira quando estava no terceiro ano de Letras. Ele ensinava Lingüística, geralmente assessorado por um assistente, que se encarregava de parte das aulas. Os dois cursos eram independentes, de maneira que de certo modo tínhamos duas disciplinas separadas.

Uma coisa a notar, logo de saída, é que Lourenço, cujas idéias eram bastante diferentes das de todos os seus assistentes, nunca tentou impor seus pontos de vista a partir da autoridade do catedrático. Ele acreditava no debate, e procurava conversar sempre que possível. Assim que me defini como (futuro) lingüista, tive várias oportunidades de discutir com ele. Lourenço sempre me tratou como um igual. A gente se encostava no quadro e ele ia rabiscando, ao mesmo tempo que argumentava e exemplificava.

Hoje lamento que minha arrogância de principiante me tenha impedido de dar a suas idéias muita importância. Nunca escondi que

* Professor de lingüística da Faculdade de Letras da UFMG e da UNICAMP. Professor da PUC Minas.

discordava dele; mas quando surgiu uma vaga de professor de Lingüística, ele, que poderia ter barrado minha indicação (feita por Eunice Pontes, a última e certamente a mais competente de suas assistentes), nem pensou nisso. Apenas, quando nos encontramos logo depois, ele me interpelou, perguntando o que eu andava fazendo. Respondi que estava semeando. E ele completou: "Tiririca! Semeador de tiririca!". E daí em diante me chamou por esse apelido.

Lourenço era assim: um cavalheiro da velha escola, conservador em política, mas sempre bem-humorado, sempre acessível, sempre tolerante – um estudioso incansável, e um homem sem medo de pensar por si mesmo. Suas idéias estão aí, finalmente publicadas; acho que continuo discordando, mas que importância tem isso? Agora cada um pode conhecê-las e tomar sua própria decisão a respeito. Acho que Lourenço merece essa atenção.

A VOCAÇÃO PARA O DIÁLOGO

Solange Ribeiro de Oliveira*

A meu ver, poucas personalidades conviveram de forma tão descontraída com o diálogo, confrontando pontos de vista diversos, como José Lourenço de Oliveira, cujo centenário aqui celebramos.

Como observação preliminar, lembro uma vez mais que o professor Lourenço, também jornalista e bacharel em direito, priorizou em sua vida as atividades pioneiras. Consta entre os fundadores de instituições que marcaram época em Belo Horizonte: o Colégio Marconi, a Sociedade Pestalozzi, a Associação de Cultura Franco Brasileira, a Associação Mineira de Escritores, o Instituto Arduíno Bolívar e a seção mineira da Associação de Estudos Clássicos do Brasil. Integrou também o grupo de 32 professores participantes da assembléia que propôs cursos, estatutos, regimento interno e corpo docente visando à fundação da antiga Faculdade de Filosofia, matriz de tantas unidades da atual UFMG.

A histórica reunião ocorreu na então Casa d'Itália, futura sede do Colégio Marconi, em 21 de abril de 1939. A data, emblemática em si mesma, mostra-se igualmente adequada para sinalizar o culto da independência, de pensamento e ação, que marcou o caráter do

* Professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Universidade Federal de Ouro Preto.

professor. A vocação para o diálogo, mencionada acima, tem a ver com a fé na livre manifestação, indispensável ao debate de idéias. O professor Lourenço sem dúvida subscreveria a frase atribuída a Voltaire: "Não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o vosso direito de dizê-lo."

Para ilustrar essa afirmação, começo por lembrar que, superficialmente, nosso homenageado projetava uma imagem um tanto conservadora. Não seria difícil explicá-la, dada a severa formação católica, os prolongados estudos no lendário Seminário do Caraça, alicerce de amplo conhecimento humanístico, que incluía a Filosofia e as Letras, especialmente Língua e Literatura Latina. A face conservadora implicaria uma orientação política.

No período em que, como sua aluna, conheci o professor Lourenço, a distinção entre a direita e a esquerda parecia bastante clara. O debate entre os entusiastas da utopia socialista e seus opositores apaixonava os meios acadêmicos. Respirava-se um clima quase religioso. Duas grandes visões do anseio pela fraternidade humana ali se confrontavam: o "amai-vos uns aos outros" da mensagem cristã, calcada na transcendência, e "a cada um de acordo com suas necessidades" do socialismo utópico. Sem buscar horizontes além deste mundo, as lutas pelo sonho socialista assêmelhavam-se ao exercício de uma religião leiga, compreensivelmente aliada à prática cristã da Teologia da Libertação. À época em que o professor Lourenço exercia o magistério, ainda na precária sede do Edifício Acaiaca, os dois sonhos de fraternidade humana, duas propostas para a instauração da paz na terra, disputavam espaço na mente dos homens de boa vontade.

Na universidade, o palco da disputa deslizava ocasionalmente dos diretórios acadêmicos para a sala de aula. Estudantes e professores esqueciam o objetivo imediato de seu encontro e passavam a debater

as questões magnas da prática social. Nesses momentos, o professor Lourenço não fugia à controvérsia. Nem deixava de fixar sua posição com clareza. Era decididamente antimarxista. Perfilava-se resolutamente ao lado da posição católica, exposta na *Rerum Novarum* de Leão XIII. No seu entender, a encíclica, e não *O capital* de Karl Marx, apontaria a solução para os conflitos entre o capital e o trabalho e para a busca da justiça. Impávido, o vulto alto e robusto obstruindo a visão do quadro-negro, ainda cheio de anotações em latim, Lourenço aparava as investidas dos estudantes, alistados, em sua maioria, no campo socialista. No calor da discussão, o professor não demonstrava irritação, nem posteriormente emitia sinais de ressentimento. Mas não deixava de ser veemente. Alteava a voz. Dedo em riste, gesticulava com eloquência, abrindo os braços num contorno largo, à altura do mais passional de seus jovens adversários. Estes recorriam a armas diversas. Alguns tentavam ridicularizar os argumentos do solitário campeão de Leão XIII. Consta que, certa vez, um dos mais aguerridos teria respondido a uma alegação do mestre com a frase: "Isso o senhor leu no *Reader's Digest*." A observação era particularmente ferina. O erudito professor, afeito à leitura de filósofos e poetas, de pesquisadores dos mais diversos aspectos da vivência humana, devotado pioneiro da lingüística, que o Conselho Federal de Educação mal acabara de proclamar disciplina obrigatória para os cursos de Letras, era acusado de alicerçar sua argumentação numa revista de divulgação de massa! A ofensiva acusação não abalou a postura do professor. Indiferente aos risos, manteve a típica mistura de tom, acalorado mas amistoso. Só o relógio, anunciando o fim da aula, assinalou uma trégua na interminável discussão.

Menos amena, com reverberações trágicas, foi a abrupta interrupção forçada pelo golpe militar de 64. Cessaram as inócuas escaramuças em sala de aula, sem vencedores nem vencidos, de onde todos saíam com

a alma lavada, corpos e vidas intactos. A luta se transferia para outros espaços, os diálogos se transformavam em embates desiguais, às vezes interrogatórios em soturnos porões policiaiscos.

Foi esse o momento em que Lourenço de Oliveira deu uma das demonstrações de convivência generosa com a facção política contrária. Não manifestou regozijo pelo triunfo do grande primeiro de abril sofrido pela sociedade brasileira. Pelo contrário, demonstrou solidariedade com o campo oposto. Graças a sua intervenção, professores e estudantes detidos pela polícia foram libertados. Lembro-me especialmente do professor Rubens Romanelli, cujo nome veio a ser legado à biblioteca da hoje Faculdade de Letras. Ao lado de sua paixão pela Lingüística Histórica, o professor Romanelli cultivava também aquela a que alude o Evangelho, em uma das promessas de bem-aventurança: a fome e sede de justiça. Alinhava-se, assim, entre os que lutavam por direitos sociais, parecendo tender para o campo socialista. Lembro-me de ouvi-lo discorrer sobre uma conta singela que andara fazendo: o salário mínimo da época mal daria para comprar três refeições diárias, apenas de pão e café com leite, para uma família de quatro pessoas. Como o trabalhador custearia as demais despesas, que, segundo a lei, o salário deveria cobrir? Indagações desse tipo chegaram a ouvidos malevolentes. Tanto bastou para que o professor Romanelli fosse rotulado de comunista. Por isso, quando teve a oportunidade (rara, naqueles tempos) de participar de um congresso na Grécia, foi-lhe negado o passaporte. Ameaçava frustrar-se o sonho de todo estudioso dos clássicos, visitar seu primeiro berço. Naqueles anos distantes, quando as viagens internacionais não constituíam ainda oportunidades tangíveis para o mundo acadêmico brasileiro, o sonho, e a ameaça de sua frustração, atingiam dimensões inimagináveis nos dias atuais. O professor Lourenço soube avaliar bem o significado das circunstâncias que cerceavam o

colega. Segundo voz geral, procurou as autoridades e tais argumentos usou que o professor Romanelli não perdeu seu congresso na Grécia.

Esse dom para o diálogo, para a independência de pensamento, que, ao marcar uma posição clara, não deixava de negociar com a divergência, caracterizou também a atuação acadêmica do antigo aluno do Caraça: nunca se deixou atrelar à paralisia intelectual que se poderia temer de uma formação conservadora. Coisa rara em sua geração, Lourenço desconhecia, por exemplo, o sentimento de dependência cultural, deletério para a evolução da pesquisa, contra o qual se levantara o brado modernista. Nos rincões de uma provinciana Belo Horizonte, ainda muito próxima de Curral del Rey, no interior de um país e de um continente periféricos, quando sequer se banalizara o uso desse adjetivo, o professor Lourenço mantinha uma rara autonomia acadêmica. Em plena Europa, Saussure não se mostrara mais livre para desenvolver as reflexões depois reunidas por seus discípulos no famoso *Curso*. Tranqüilamente, o antigo aluno do Caraça, docente numa Faculdade que mal ensaiava os primeiros passos no cenário nacional, dialogava ombro a ombro com os grandes pensadores do seu e de outros tempos.

Nos anos 50 do século passado, o catedrático da recém-criada cadeira de Lingüística já publicara vários trabalhos, além de duas teses de concurso, *Ortografia de nossa língua*, apresentada ao Colégio Estadual de Minas Gerais para a cadeira de Português, e *O formalismo Quirício e a estipulação em Gaio*, submetida à Faculdade de Direito da UFMG, para a cadeira de Direito Romano. Quatro outros títulos proclamavam a diversidade de seus interesses: *Aspectos fundamentais da Educação; Lenine, Ford e Pio XI; Tratado de acentuação gráfica e Espírito mediterrâneo*.

Interessa-me particularmente um outro texto, constituído inicialmente por artigos em números da revista *Kriterion* nos anos 50 e 60. Os artigos

vieram a integrar o livro *Conceitos de lingüística fabular*, publicado em 1984 pela editora Tempo Brasileiro. Cabe aos especialistas discutir os vieses técnicos dessa publicação. Ela constitui uma teoria lingüística mineira, instigante, em seus aspectos gerais, para qualquer estudioso de Letras, ainda que não especialista. Passo a comentar alguns desses aspectos, por ilustrarem a independência de pensamento do professor Lourenço: do ponto de vista intelectual, *Conceitos de lingüística fabular* espelha a disposição para o diálogo típica de seu autor.

O livro, fruto de longas reflexões solitárias, reelaboradas em voz alta nas aulas de Língua Latina e de Lingüística, mantém uma ágil conversação com as obras destacadas na época, de Panini a Meillet, Ernout, Niederman, Marouzeau, Trubetzkoy, Franz Bopp. Mas não se restringe aos lingüistas e aos clássicos. Estende-se a filósofos, psicólogos, cientistas e poetas. Para fecundas analogias ou fundamento da argumentação, as referências remetem a Kepler, Pavlov, Pascal, Husserl, Hegel, Bertrand Russell, Bergson, Cassirer, Croce, Schleicher, Schlegel, Valéry, Shakespeare... O autor é o primeiro a sublinhar o entrelaçamento interdisciplinar de sua reflexão:

A ciência da língua é uma ciência do espírito. Interessa à psicologia, pois a fala é um veículo da alma; interessa à sociologia, pois a fala socializou o homem; interessa à história, pois a fala é uma expressão do homem, fazedor de história; interessa finalmente à filosofia, síntese de explicação do real, feito de repercussões do Objeto no Sujeito, pois a fala interior mostra ao homem tais vivências.

No conjunto, ausculta-se o murmúrio subliminar de discussões envolvendo a história, a antropologia, a estética, a ética, as ciências sociais e a teoria da cultura, bem como as revoluções operadas por Darwin e Freud na consciência humana. Sem recorrer a muitas citações explícitas, o texto parece jorrar de uma paciente e original ruminação de tudo que

o autor já estudara, e que devolve, digerido e retrabalhado, a seu leitor. A linguagem, extremamente erudita, nunca soa cansativa ou pedante, dada a elegância da construção. Em alguns momentos, a combinação da profundidade de pensamento com a limpidez da sintaxe faz pensar nos poetas metafísicos ingleses. Sim, pois o rigor da exposição não exclui o poético, às vezes com reverberações bíblicas. Leia-se esta introdução a um dos temas centrais, a origem e a evolução da linguagem humana:

No princípio era o OBJETO. Havia o sol o monte o rio a planta a ave o peixe o quadrúpede o homínida. Mas eram coisas ainda sem nome, adverbium sine nomine res, porque ainda não existia o SUJEITO.

Um dia, na paciência genésica das origens, dois homínidas começaram a manifestar, pela voz, a representação de uma idéia. Eram eles Primo e Secundo. Aí começaram a ter nome o sol o monte o rio a planta a ave o peixe o quadrúpede. E o homínida se fez homem, *et homo factus est*, ao se fazer SUJEITO, frente a frente com o OBJETO.

A esse objeto ele foi transformando em "reais", internados no espírito, o seu espírito de Sujeito. E esses reais eram repercussões dos procedimentos do Objeto. E essas repercussões eram associáveis a vozes com que a fala de Primo, dirigida a Secundo, foi sendo capaz de veicular as imagens do Universo.

Sinta-se a mistura de aura poética e meditação filosófica, quando o autor medita sobre a evolução da mente humana, no limite da transição para a história:

O homem antigo deve ter sido um animal cerrado sobre si, atento ao vital, escasso no vivencial, ativo no instintivo. Imerso na circunstância do Objeto, devia ser um Sujeito mal instalado e medroso. Ante os efeitos de um real ainda não construído na consciência, era uma caixa de repercussões inassimiladas, em cotidiano regime de "alteração", dentro de um *bic-nunc-ismo* estreitamente vizinho da irracionalidade. (...)

Na base desse homem anterior, carregado de vivências mal refletidas, a inteligência helênica foi modelando o tipo do homem aristotélico, o homem de razão ativa, o homem que ordena o real com intuição no objeto.

Em outros momentos soa como um excepcional crítico literário, descrevendo a atuação da linguagem a serviço do fluir da consciência:

Ter idéias é pensar e pensar é falar. É um falar que não se manifesta, um falar consigo mesmo, ora reflexivo e dirigido, ora espontâneo e sibi-dirigido, fluindo em curso despercebido e contínuo, macio e surdo, isento ao vigiar da consciência.

Lourenço parece às vezes antecipar pensadores como Chomsky e Derrida, que ainda não haviam conquistado o centro do palco acadêmico brasileiro. O texto abaixo soa como um primeiro esboço poético do que depois tanto se glosaria como “a infinita regressão do significado”:

(...) imaginemos um marciano que (...) houvesse perguntado “que é aquilo”, ao ver aproximar-se um homem a cavalo; que, ante a resposta “aquilo é um cavaleiro”, quisesse também saber que é um cavaleiro; que, ouvindo dizer “cavaleiro é um homem a cavalo”, pedisse afinal a definição de homem e de cavalo...

Em outro momento, a reflexão roça a teoria dos universais postulados por Chomsky:

Tem seus limites, quanto a fonemas, a faixa prolatória de cada dialeto. Uma boca adestrada em sua língua resiste às solicitações de talvezes alodialécticos. A prova, no entanto, de que sua habilidade é universal está no fato de um infante poder educar-se em qualquer língua.

Trilhando seu campo de investigação, centrado na Linguística Histórica, Lourenço trata com a mesma mistura de eloquência e objetividade alguns dos temas que sempre apaixonaram os estudiosos da linguagem: o processo da criação e da comunicação lingüística, a

passagem da apresentação à representação, a invenção da escrita etc. Como testemunho de autonomia intelectual, avulta no texto a divergência com Saussure. Não que Lourenço lhe negasse a grandeza:

Saussure foi o genial focalizador da mais verdadeira e fecunda discriminação até hoje feita em lingüística: a discriminação entre língua e fala. Mas ele não teve tempo de lhe explorar as formidáveis conseqüências, agarrado como estava aos efeitos de seu positivismo e ao esquematismo fisicista dos neogramáticos.

Nesse tributo sente-se já a discordância com o mestre, no que diz respeito à ênfase na sincronia, em prejuízo da diacronia. Argumenta Lourenço:

Não existe a sincronia saussuriana, com sua intemporalidade, a não ser por artifício. (...) Que patrimônio de homem pode ter o homem arcaico, apertado na sua intemporalidade, e oprimido da tirania de seus fantasmas? O que hominiza o homem é o seu poder de criar um mundo, no internato de sua consciência. Dentro dela reina o Sujeito, nutrido pela base espacial do ser biológico, mas configurado em duração, que é matéria do tempo.

Outras divergências separam *Lingüística fabular* do famoso *Curso*, como, por exemplo, o posicionamento em relação à arbitrariedade do signo, à oposição entre fala e língua, palavra e frase etc. São temas a ser debatidos por especialistas. Aos demais, cumpre ressaltar o fascínio dessa *Lingüística fabular*, cuja elegância e originalidade exigem maior difusão entre os estudiosos da área. E não apenas no Brasil. Quando o livro foi composto, estavam ainda distantes os dias em que teóricos brasileiros como Silviano Santiago, Antônio Cândido e Roberto Schwartz veriam seus trabalhos publicados no exterior. É hora de acontecer o mesmo com a produção do mestre cujo centenário celebramos.

REMINISCÊNCIAS POÉTICAS

“Infalíveis”

José Lourenço de Oliveira

Era um rancho vivaz de meninas bonitas gentis
Por exemplo a Maria José, por exemplo a Marlene
Todas as Terezinhas e Norma e ainda Elaene...
Pena aqui não caber a chamada da turma feliz.

Era um gosto que eu tinha o de as ver recitar, juvenis,
As teorias de Ernout e Meillet, na batalha solene
De aprender o latim – essa fonte imortal e perene
No perene fulgor de seus traços humanos viris.

Radicais semantemas õu temas raízes morfemas
As meninas bonitas gentis enfrentavam problemas
De semia morfia etimia... de toda logia.

Não falhavam jamais, animosas fiéis inflexíveis
Certamente por isso é que hoje comigo macia
Vive aquela saudade feliz das gentis “Infalíveis”.

(1955)

“Glosando o Mestre”

Marlene Machado Zica Vianna*

Da primeira e bela flor do Lácio fruindo as primícias,
Era um rancho unido vivaz de meninas gentis.
Cativantes, as infalíveis, em coorte feliz,
Dos corredores e dos mestres faziam as delícias.

Deixavam de lado jogos e brincadeiras pueris.
Sim. Era um prazer vê-las, em coro, enfrentando teorias,
Recitando desinências semantemas etimias,
Temas raízes morfemas, claras vozes juvenis.

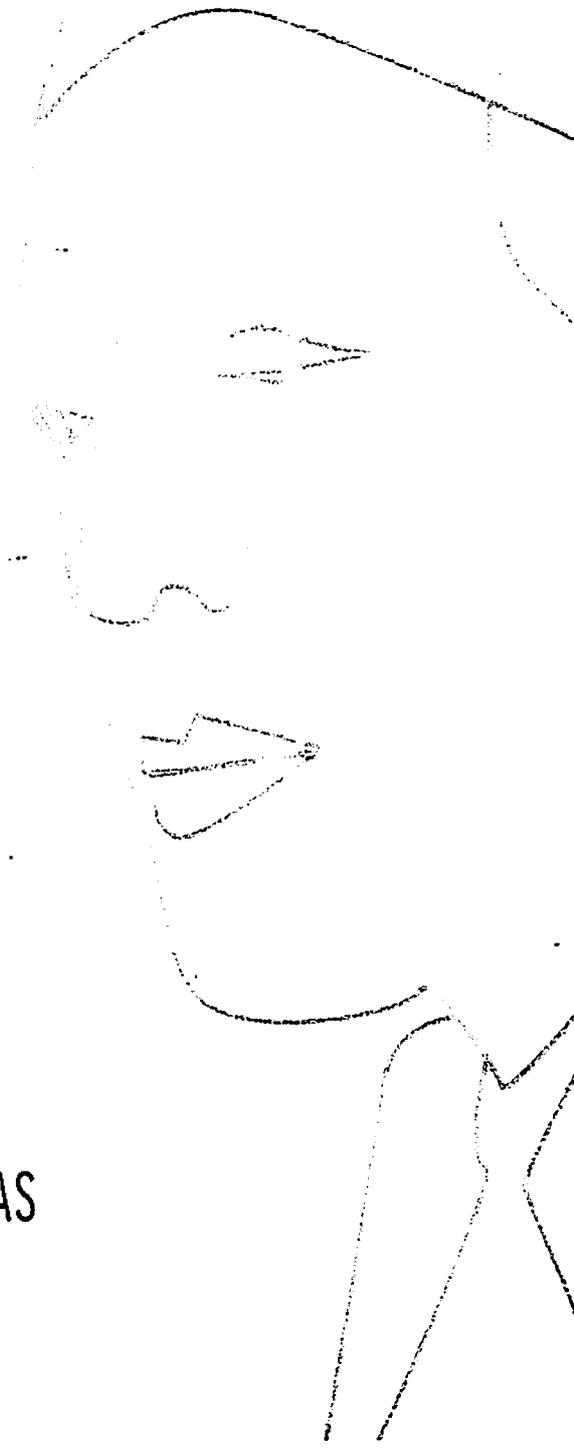
Levadas pelo destino, após breve e humana lida,
Foram-se algumas. Outras aqui estão, inquietas, a vida
Vivendo criando logias as lições revivendo.

Porém, em tempo algum, das alunas gentis se afastou
A imagem do MESTRE, que, em Vergílio se convertendo,
No mágico, imortal mundo latino as colocou.

(2005)

* Professora da Faculdade de Letras da UFMG.

PARTE 2
MEMÓRIAS DIVERSAS



NA FACULDADE DE FILOSOFIA

Aloíde Lisboa de Oliveira*

As notícias da criação da Faculdade de Filosofia pelo ministro Gustavo Capanema eram manchetes de todos os jornais. No Colégio Marconi, de Belo Horizonte, os professores comentavam, com entusiasmo, a deliberação do ministro. Professores dados às letras e às ciências, mesmo os que já lecionavam em alguma escola superior, em que algumas disciplinas do novo curso tinham guarida, no sentido profissional, começaram a interessar-se por uma faculdade que realizava a idéia de letras pelas letras, de ciência pela ciência, de cultura pela cultura. Era um despertar para o aprofundamento teórico, envolvente, sério, em buscas, pesquisas, e na formação de professores de matérias básicas do curso secundário. E os professores do Marconi, ali reunidos, começaram a sonhar: José Lourenço de Oliveira, Artur Versiani Velloso, padre Clóvis de Souza e Silva, Braz Pelegrini, Vicenzio Spinelli. E dos sonhos à realidade o passo foi rápido. Local de início de aulas: Casa da Itália. E foi escolhido e convidado, para diretor, Lúcio dos Santos, o admirável professor, de grandes méritos morais, intelectuais,

* Professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais e escritora. Membro da Academia Mineira de Letras, da Academia Municipalista de Minas Gerais e da Academia Feminina Mineira de Letras.

sociais. Para redação do regimento foi indicado o nosso professor Lourenço de Oliveira. Para contatos oficiais, Artur Velloso, padre Clóvis, Braz Pelegrini. E a imprensa de Belo Horizonte anunciava os projetos.

E começaram os entendimentos com os professores especializados em cada disciplina dos cursos que seriam criados: Filosofia, Letras Clássicas, Neolatinas, Anglogermânicas, Química, História Natural, Pedagogia, História, Geografia, Ciências Sociais (para bacharelado e licenciatura). Logo foram preenchidos os quadros. E se anunciou um curso com os mesmos professores, de preparação para os exames vestibulares. A repercussão foi ótima, com frequência de numerosos candidatos.

O professor Mário Casasanta, um dos pioneiros da análise de texto a estudar os sonetos de Camões, conhecido pelas suas excelentes publicações, lecionava português. O professor Orlando de Carvalho lecionava francês, língua de que sabidamente era bom conhecedor. Padre Clóvis lecionava filosofia, com o natural entusiasmo. Outros ainda, com a maior seriedade, cada um lecionando sua disciplina de especialização.

Vamos ao nosso biografado. Coube-lhe preparar os alunos para o vestibular de língua e literatura latina. As aulas eram à noite, porque os professores tinham suas atribuições magisteriais durante o dia. Nada perturbava o ideal de bem lastrear a Faculdade de Filosofia que se ia formando.

Todos já conheciam o entusiasmo do professor Lourenço pela língua latina, em si mesma, e o prazer em transmitir aos alunos toda a beleza da língua e da literatura latina. Dar uma aula era assim como realizar-se, a si mesmo, buscar alegrias, conquistar espaços interiores, trilhar caminhos de felicidade. Voltava a seu amado latim e repartia com os alunos tudo o que podia estar ao alcance deles, na esperança de levá-los mais longe, nos anos de curso superior, que sucederiam o vestibular.

E a esposa, que não estudou latim nem no curso normal, nem na Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico de Minas Gerais, que vislumbrava o latim na gramática histórica, bem estudada no Sion, foi assistir às aulas do querido professor. E estudava em todos os seus momentos livres, e fazia as atividades sugeridas pelo Mestre, e procurava ir penetrando nos primeiros segredos do latim. O marido sorria de sua boa vontade.

O pai um dia lhe disse: “Quando você foi seguir o curso do Lourenço, eu pensei que queria apenas estar com ele, movida talvez por um ciúmezinho de ver o marido saindo à noite, mas agora estou gostando de ver que havia interesse de estudo...”. Ao que o Lourenço afirmou: “Se ela não aprendeu o latim, porque latim não se aprende em um ano, pelo menos valeu para valorizar mais o seu professor e para se interessar pela leitura de um Vergílio ou de um Horácio, ainda que em tradução.”

A licença prévia de funcionamento da Faculdade foi concedida e os cursos iniciados.

Durante mais de seis anos, aqueles professores-fundadores trabalharam de graça, sem nenhuma remuneração, nem simbólica, e o professor Lourenço, nesse tempo, trabalhava com ardor, como se compensação material para atividades intelecto-espirituais nada significasse. Com o tempo, o reconhecimento oficial se fez e com o tempo, ainda, a Faculdade de Filosofia de Minas foi incorporada à UFMG.

Com a criação da cadeira de lingüística, o professor Lourenço foi indicado para exercê-la. Partiu do domínio do latim, da literatura latina e da língua portuguesa e literatura, para um aprofundamento maior, para a atualização dos estudos lingüísticos. Foi uma bela caminhada. Em pouco tempo a sua biblioteca se multiplicava no setor. Os livros mais recentes, da Europa ou dos Estados Unidos, se enfileiravam nas suas estantes. E em pouco tempo eram lidos, relidos, anotados, não apenas

como complementação de cultura, mas para que as afirmações, as idéias, as sugestões, as buscas, as conclusões se integrassem nas suas cogitações iniciais. Lia, relia, analisava, discutia (com os próprios livros) aceitava, recusava, criava. Tudo para levar a seus alunos, sempre respeitados. Nunca compreendeu professor simplesmente improvisador de aulas, como aliás há tantos. As aulas eram produto de muito estudo, muita meditação.

Ao encontrar alunos despreparados, em vez de acusar o curso anterior, o professor Lourenço entendia que no curso superior, se bem motivado, bem orientado, um aluno normal pode, como qualquer autodidata, refazer-se.

Como estimular alunos de curso superior? Ele bem sabia. O primeiro estímulo é o exemplo de seriedade e amor à cultura; o segundo é o diálogo, a troca de idéias, a força de boa argumentação; o terceiro é o amor à disciplina e aos alunos que vão continuar as pegadas do mestre.

Às vezes, uma palavra provoca todo um processo de ação. Vamos lembrar uma das situações vividas pelo professor Lourenço, que, embora sendo uma, e foram muitas, é sugestiva.

Um secretário de Educação do Estado encontrou-se socialmente com o professor Lourenço e lhe afirmou: "Professor, fui examinado pelo senhor no vestibular de direito, o senhor me aprovou e elogiou minha *performance*, mas disse que queria chamar a atenção para um fato: eu devia estudar um pouco mais os verbos irregulares; se me dava uma orientação, era porque me considerava inteligente. Hoje, professor, sou afiado nos verbos e passei a ser também afiado na língua, para ler, para falar, para escrever."

E o Lourenço sentia-se feliz ao saber que, de alguma forma, contribuía para que a nossa língua fosse querida por mais um brasileiro... e os casos se sucediam.

Instituto de Humanidades

O professor Lourenço, sempre interessado em ver os professores, ex-alunos, continuando os estudos feitos na Faculdade, não se contentava em apenas prepará-los no curso de bacharelado. Não existiam, ainda, na Faculdade, os cursos de pós-graduação. A lacuna era preenchida com exames de *venia legendi*, mas que se destinavam mais especificamente aos pretendentes do magistério superior.

Com o interesse no desenvolvimento cultural e melhor preparação para o exercício das funções de professor de curso secundário e superior idealizou a criação de um instituto de estudos e aperfeiçoamento, no campo das letras. E assim fundou com os colegas da Faculdade o Instituto de Humanidades Arduíno Bolivar, para o qual foi eleito presidente. Reproduzo aqui elementos que caracterizam bem as altas intenções culturais e o espírito prático da instituição.

Alguns artigos do regimento:

Art. 1º – O Instituto de Humanidades Arduíno Bolivar, da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, agremiação fundada em 12 de outubro de 1955, tem por objetivo estudar as humanidades na sua expressão mediterrânea, isto é, grega, latina e neolatina.

Art. 2º – O Instituto Arduíno Bolivar é, pois, uma associação de estudos, em cuja estrutura constam: a sociedade, uma diretoria geral, três departamentos de estudo e um departamento de divulgação.

Art. 8º – As sessões gerais, sessões de assembléia do Instituto, terão periodicidade conveniente ao zelo da agremiação. Destinam-se a comemorações e conferências, bem como à recepção de trabalhos apresentados pelos sócios ao respectivo departamento, quando julgados dignos de tal solene comunicação.

Art. 11º – O Instituto manterá uma revista em que se publiquem trabalhos de seus associados; cuidará também de manter intercâmbio com institutos e publicações congêneres.

Art. 12º – O Instituto de Humanidades Arduíno Bolívar é uma sociedade civil, de finalidade estritamente cultural, preocupada só no objetivo que aqui se determina: o estudo das humanidades.

(...)

Belo Horizonte, 21 de outubro de 1955.

O título de Professor Emérito

O professor Lourenço trabalhou por mais de trinta anos na UFMG, numa dedicação ímpar ao magistério. Aos 65 anos de idade, conforme decreto da época, requereu aposentadoria. O decreto previa que, se a Congregação assim deliberasse, a aposentadoria compulsória se faria aos setenta anos. A Congregação se reuniu e votou pela continuidade de suas atividades nas Letras. Mas, ficava reservado o direito de o professor aceitar ou não a decisão. O professor Lourenço entendeu que aos 65 anos poderia prestar maiores serviços à cultura e aos alunos escrevendo, registrando suas idéias (ricas de sabedoria e criatividade, todos sentiam) e divulgando-as. Sobretudo lhe interessava no momento, no campo da lingüística, o aprofundamento das buscas na área de estrutura da frase. Agradeceu à Congregação, tão empenhada na sua volta direta à Faculdade de Letras.

E então escrevia e escrevia, sempre na mesma ansiedade de perfeição. E vamos ver agora quem vai lançar-se àquelas inúmeras pastas para ordená-las e levá-las à composição gráfica, como aconteceu com Saussure, que ele tanto admirava mas com quem, de vez em quando, polemizava, por meio dos livros, conforme seu feitio intelectual. O professor Lourenço recomendava a seus assistentes na cadeira

de Lingüística: “Vocês dêem a lingüística ortodoxa porque assim eu posso dar a lingüística heterodoxa.”

Em seu livro *Conceitos de lingüística fabular*, já se encontram idéias originais, pioneiras na época. Talvez os lingüistas de hoje, mesmo estrangeiros, tenham chegado a conclusões idênticas. A heterodoxia vai tornando-se ortodoxia, com o tempo.

Ao completar setenta anos, a Congregação da Faculdade de Letras o surpreende com a proposta aprovada do título de Professor Emérito da UFMG.

Visitas de professores

O professor Lourenço recebia sempre em sua residência professores estrangeiros que vinham participar, em conferências e debates, das atividades da Faculdade de Filosofia da UFMG, sobretudo no setor das Letras.

Participava dos programas culturais e mesmo turísticos, que eram organizados para os mestres. Vamos lembrar, de início, a visita do professor Marouzeau, da Sorbonne, latinista conhecido em todo o mundo civilizado pelas suas obras e atividades culturais, seus livros, seu magistério, membro da Légion d'Honneur. Passou ele três dias em Belo Horizonte. Nos intervalos das palestras, um almoço num restaurante, um jantar em outro e a troca de idéias constantes. Marouzeau a querer saber coisas de cultura no Brasil e Lourenço a querer inteirar-se das inovações no campo do latim. E eram horas seguidas de conversação. O que admirava era verificar que um professor de Minas Gerais estava absolutamente por dentro, com a maior segurança, dos autores, dos livros, das idéias, das convergências e divergências entre intelectuais franceses sobre os pormenores do pensamento intelectual, de qualquer época a que se referisse. Sentia-se o prazer de Marouzeau de verificar

que um professor brasileiro tinha, na cabeça e no coração, a Europa e, especialmente, a França.

Houve em casa de Lourenço um jantar seguido de recepção. Participou do jantar e da recepção o nosso grande Ernesto Faria. Que elegância intelectual e social naquele jantar! Pena não ter sido filmado ou gravado. O espírito francês, de que nos pretendíamos herdeiros, ali estava presente. Ao champanhe, com elegância, Marouzeau levantase, ergue a taça e saúda a dona da casa, a senhora Lourenço. Será que palavras gentis em francês são mais gentis que em português?

Na recepção, era bom ver Lourenço feliz naquele entrosamento de grandes colegas.

Nas trocas de impressões, Marouzeau se mostrou surpreendido com a maneira natural, simples, espontânea com que os professores tratavam os alunos e como eram tratados. Na França: *Mademoiselle* e o sobrenome; no Brasil: *Amelinha, Helena, Rosita, Teresinha...*

Presente na recepção um grupo de alunas, o professor Marouzeau, de setenta anos, saudou-as gentilmente: "Je desirais être professeur de ces belles jeunes filles." Alguém brincou: "En France ou au Brésil?". E ele, rápido: "Au Brésil, naturellement...".

E, no final, com aquelas maneiras gentis, o professor Marouzeau agradecia as atenções do colega e amigo que lhe proporcionara horas e dias tão agradáveis.

Na visita ao Palácio, entre a comitiva que o recebia, um oficial, ex-aluno do professor Lourenço, falava o francês fluentemente e, coincidência, era genro de Bernanos, o que valeu, posteriormente, uma troca de idéias sobre o escritor tão apreciado entre nós.

As visitas de professores estrangeiros se sucediam, para as conferências na Faculdade de Filosofia, e sempre havia, em casa de Lourenço, um encontro, antes ou depois do programa oficial. Entre amigos e intelectuais, era um prazer aquela troca informal de idéias:

fosse no humor, fosse na erudição envolvente, fosse nas críticas e observações, o clima elevado que se mantinha ficava muito bem na casa de Lourenço, aquele homem que amava e valorizava a cultura. Vamos lembrar alguns desses momentos: a visita de Valbuena Prat e Tierno Galvan – o primeiro, autor da notável *História da literatura espanhola*; o segundo, o sociólogo afamado e depois-alcaide de Madri. Véspera das palestras que ambos fariam na Faculdade, um sobre literatura espanhola e o outro sobre ideologia e utopia. Como iriam falar em espanhol, estavam interessados em saber a capacidade, a sensibilidade, a compreensão da língua, por parte dos ouvintes que os esperavam. Apenas lhes foi feita uma sugestão: falassem um pouco mais devagar do que estavam falando naquele ambiente de sala de visitas, entre professores mais exercitados no ouvir e entender línguas. Não apenas os alunos de língua e literatura espanhola estariam presentes.

Durante essa visita em casa de Lourenço deu-se um fato curioso. Começou-se a falar do *Don Juan*, o de Zorilla e o de Tirso de Molina. O interessante é que os dois professores tinham preferências diferentes: um valorizava mais Zorilla; o outro, Tirso de Molina. Com isso, assistimos todos a uma belíssima polêmica, só possível em literatura, em que as belezas, os valores, os fatos, as idéias podem ter interpretações do quilate de nobres mestres. Onde se pode sentir que consumir literatura é uma forma de produzir. Esse ambiente, na casa, fazia feliz o Lourenço e também a esposa, os filhos, os amigos. O alto nível cultural dos professores da Universidade de Madri foi depois confirmado nas excelentes palestras programadas para a Faculdade.

As visitas de professores europeus, especialmente espanhóis, se deviam ao professor José Carlos Lisboa, cunhado de Lourenço, catedrático de língua e literatura espanhola na UFRJ e na UFMG. Nessa época, a biblioteca da família Oliveira era atualizada rapidamente com os livros lançados no Rio de Janeiro e com as novidades chegadas do

exterior. O professor José Carlos se encarregava do intercâmbio mais rápido. E, assim, continuava em casa o ambiente de cultura.

As visitas se sucediam.

Mário de Andrade estava em Belo Horizonte e Henriqueta Lisboa o convidou para almoçar na casa da irmã Alaíde e do cunhado Lourenço. Também foi convidada dona Helena Antipoff.

Aquele almoço se iniciou ao meio-dia e meia e se prolongou, na troca de idéias, até às 17 horas. Um almoço memorável.

Quem conheceu bem Mário, dona Helena, Henriqueta, Lourenço e Alaíde pode imaginar o clima de beleza, de harmonia vivido ali naquela casa da Rua Timbiras.

Ao se despedir, às 17 horas, dona Helena disse a Alaíde: "Passei horas em que me senti muito feliz, muito feliz mesmo, e me pergunto se tenho direito de ter a minha felicidade pessoal por tantas horas, horas que poderia empregar nas soluções de problemas daqueles que precisam de minha assistência para a busca de ser feliz."

Curto tempo depois daquele almoço, Mário de Andrade morria em São Paulo. Dona Helena, comovida, escreveu lembrando o almoço na casa de Lourenço e falava naquele gigante, associando o tamanho físico de Mário ao intelectual e afetivo.

- (...)

Mais alguns nomes ilustres de professores estrangeiros e brasileiros que visitaram a casa de Lourenço: professor Entrambasaguas y Peña; o filósofo jesuíta professor Leon Bourdon; professor Henri Piéron, professor Manuel de Paiva Boléo, professor Rodrigues Lapa, professor Victorino Nemésio, professor Mattoso Câmara, professor Serafim da Silva Neto, professor Celso Cunha, professor Sílvio Elia...

Fragmentos de *José Lourenço de Oliveira educador*. Belo Horizonte: Cuatiara, 1996.

LEMBRANÇAS DO MEU PAI

José Carlos Lisboa de Oliveira*

Foi esse o meu Caraça (...); simples felicidade inenarrável; na comunhão de Deus se resumia, unida com três outras comunhões: da natureza, de Vergílio e de Mozart. Um menino campônio tinha descoberto o paraíso; inexperto da vida e sem mais referências, foi fácil de conformar-se; livre na inteligência e na emoção, pôde ali definir-se como peixe n'água; nada o proibiu de ser feliz.

(Depoimento de J. Lourenço de Oliveira, em 1974, por ocasião do bicentenário da compra, pelo peregrino Irmão Lourenço (1727-1819), da sesmaria do Caraça, onde construiu um eremitério e capela dedicada a Nossa Senhora Mãe dos Homens.)

Escrever é difícil. Mais difícil, escrever sobre meu pai. Se elogio, sou pretensioso; se falo mal, sou filho ingrato. Vou tentar ser pretensioso.

Primeira lembrança: a saúde e o vigor do papai. Só uma vez, antes do acidente vascular aos 74 anos, lembro-me de ter visto meu pai de cama: quando o dentista lhe arrancou um dente; depois de horas não consegui de todo e papai teve de se deitar e esperar que o organismo repelisse o resto dos pedaços do dente. Papai não adoecia e gostava

* Filho de Alaíde e J. Lourenço de Oliveira. Engenheiro civil. Empresário.

de uma boa mesa e de um uísque, um vinho ou mesmo uma cachaça. Gostava também de fazer exercícios. Hoje é obrigatório, mas no passado não tínhamos a cultura de atividade física regular. Ele deve ter adquirido com os padres franceses do Caraça, com os padres alemães durante sua estada no Colégio Arnaldo e depois indo trabalhar como professor de português na Academia de Polícia Militar.

Mamãe analisava a rudeza e segura de meu pai pela sua trajetória: aos doze anos vai para o Caraça, separado da mãe e do padrasto, onde também passava as férias, pois seus pais, pobres, não tinham dinheiro para custear a viagem. Em 1924, saindo do seminário, trabalha no Colégio Padre Machado, em São João del Rey, de propriedade do professor Lara Rezende, notório educador, rígido com os inúmeros filhos e com a disciplina do seu colégio. Vindo para Belo Horizonte, em 1928, mora e trabalha com os padres alemães no Colégio Arnaldo. E uma das suas atividades como professor, a partir de 1934, é no Departamento de Instrução com os militares.

Com esse currículo, papai não era uma pessoa convencional: seus exercícios físicos e caminhadas, sua maneira de vestir e de se relacionar eram singulares.

Para sustentar quatro filhos, e olha que sua esposa também trabalhava como professora e escritora, se desdobrava em dar aulas – dez ao dia, sessenta por semana. Para cumprir o horário em colégios distintos, comprou uma moto. Tenho amigos que hoje ainda se lembram do professor Lourenço chegando ao Marconi de moto para dar as aulas. Era revolucionário!

Segunda lembrança: a capacidade de ler e de escrever horas a fio, o tempo não tinha limite. Se pegava um livro para ler, lia de uma vez. Se sentava na máquina para escrever, podia ficar dez, doze horas seguidas.

Que resistência, que paciência e que saúde!

Papai não me incentivou a estudar línguas, deve ter percebido que eu não tinha vocação. E mesmo sem ter vocação para estudar, incentivou-me a cursar engenharia. Ele conversava pouco sobre seus planos, seus estudos, seus escritos, mesmo porque eu não tinha afinidades com latim, grego, lingüística, mas me lembro, pelos meados da década de 50, papai um dia me falou: "Vou reler *Ilíada* e *Odisséia* em grego." Pegou os livros escritos em alfabeto grego e, dicionário do lado, realizou a empreitada. Sabe-se que ele foi dos primeiros alunos no Caraça e que na Faculdade de Direito fez todo o curso de graça por ser sempre o primeiro aluno. Mas depois se tornou autodidata. Havia poucos colegas, ou pessoas, que pudessem compartilhar seus aprendizados.

Gostava de escrever em papel que tinha comprimento de duas, três folhas comuns (arranjava em gráficas de jornal) e dizia que "o pior de escrever à máquina é trocar a folha". E escrevia, escrevia e não publicava, o que hoje dá um trabalho danado aos professores Johnny e Samuel para editar esses textos.

Terceira lembrança: a presença de estrangeiros em nossa casa, mérito também do tio José Carlos Lisboa, que, lecionando no Rio e em Belo Horizonte, ajudava a trazê-los a BH. Meus pais falavam francês corrente; tio Zecarlos, espanhol corrente; papai ainda sabia latim e grego, o que o auxiliava em outras línguas. Convivemos com intelectuais da Europa. Dentre todos, a figura mais importante foi dona Helena Antipoff, que em 1929 se radicou em Minas e foi recomendada pelo professor Lúcio dos Santos para ter aulas de português com papai. Surgiu uma amizade que entrelaçou as duas famílias: dona Helena, seu filho Daniel, nora e netos, com papai, mamãe e filhos. Minha cunhada Tereza enxerga psicanálise na obra do papai, que acredito seja influência da dona

Helena. Em 1930, o professor Edouard Claparède, famoso psicólogo e educador, veio visitar dona Helena, sua ex-assistente na Europa, para ajudá-la no seu trabalho na Escola de Aperfeiçoamento. Eis que, em outubro, estoura a revolução de 1930 e Claparède, assustado com os tiros, muda-se do Grande Hotel, onde se hospedava, para a pensão de dona Nicolina, instalada em imponente casa na esquina das ruas Pernambuco com Cláudio Manuel, onde morava dona Helena. Daniel, no livro sobre sua mãe dona Helena, conclui que Claparède, “sitiado naquela cidade, somente recebe a visita de uns poucos brasileiros que falam francês, entre eles o professor José Lourenço de Oliveira, suficientemente corajoso para transpor as ruas desertas do bairro dos Funcionários”.

Quarta lembrança: papai gostava de música clássica e de rádio (depois dos anos 50, de tevê), gostava de cinema e gostava de jogo. Jogávamos cartas (bridge, pôquer, buraco), xadrez, damas, pingue-pongue. Mas gostava também de jogar cartas em clube valendo dinheiro, o que preocupava minha mãe e me causou trauma, pois não consigo jogar, me dá um tremendo sentimento de culpa. De cinema eu talvez goste mais que meu pai. De bebida alcoólica, conforme escrevi, ele gostava, eu também aprecio muito, mais do que devia. Mas de jogo tenho receio, fui duas vezes ao paraíso que é Las Vegas, pretendo voltar, mas mal sento em mesa de jogo. Lembro-me de Dostoiévski, de *O jogador*, e do cassino em Monte Carlo onde havia recanto para os perdedores se suicidarem.

Papai gostava de um cigarro de palha, comprava palha e fumo de rolo ali na charutaria Flor de Minas, na rua da Bahia quase esquina com Afonso Pena; com canivete e paciência enrolava seu cigarrinho. Mais tarde passou a fumar charuto e houve época em que fumou cachimbo.

Iniciei estas lembranças com um escrito de papai de 1974, portanto com setenta anos. Encerro com palavras do seu discurso de orador dos bacharéis de 1933, portanto com 29 anos:

Os povos civilizados apelam para o estatismo, instalam dentro da própria organização o regime de força.

Foi numa hora ensangüentada que a ideologia comunista achou de se instalar na Rússia, transformando o país em templo do Estado, novo deus abstrato e estranho, servido ferozmente por sacerdotes intransigentes e místicos, cujo colégio constitui o Partido Comunista.

Foi quando a anarquia desagregava o tecido social italiano com uma eficiência de ácido que Roma abriu as portas a Mussolini, encarnação mais humana da nova divindade, mas de exigências totalitárias: tudo para o Estado, tudo pelo Estado, nada contra o Estado.

Na Alemanha, assistimos à experiência crua e rude com que ousado carpinteiro austríaco vinha tentando consolidar um estatismo insólito e agressivo, pela hábil canalização do desespero germânico de após guerra.

Esse legado contra o estatismo, o totalitarismo, o peleguismo, os regimes que cerceiam a liberdade e os valores individuais, herdei com firmeza de meu pai.

SOBRE A CARAVANA MODERNISTA

Fábio Lucas*

O Modernismo brasileiro se oferece mais à avaliação histórica e ao juízo crítico agora, passados mais de oitenta anos da Semana de Arte Moderna. É que se apagaram os sinais da disputa pela hegemonia literária, como, por exemplo, que autores devem ou não compor a cesta básica do homem de letras.

Quando a literatura se converte num campo aberto, isento de preconceitos de inclusões e exclusões, marcados pela mancha ideológica, torna-se mais fácil realizar a história do movimento, sem se apanhar no jogo maniqueísta que as circunstâncias da época ofertavam.

Em 1924, uma animada caravana modernista partia de São Paulo para visitar as cidades históricas de Minas Gerais. Os frutos dessa viagem foram decisivos para o êxito do movimento literário. Em primeiro lugar, os vanguardistas, que afrontavam os procedimentos estéticos da época e propunham uma ruptura com a rotina formal, sentiram a necessidade de estabelecer um elo com a herança mais criativa da produção artística

* Professor, crítico de literatura, ensaísta. Membro da Academia Mineira de Letras e da Academia Paulista de Letras.

do Brasil. Buscavam, de certa forma, legitimar os gestos de rebeldia. A “revolução” se definia também pela seleção das obras do passado, ou, pelo menos, por uma leitura mais atualizada dos seus autores. Ademais, a investigação da temática nacional contrabalançava a filiação entusiástica ao experimentalismo das vanguardas européias.

Em 1924, portanto, a caravana de agitadores culturais se deslocava de São Paulo para observar a decadente paisagem mineira. No mês de abril se instala no Hotel Macedo de São João del Rei, cidade em que o professor e futuro lingüista J. Lourenço de Oliveira ensaiava os primeiros passos, nos seus verdejantes vinte anos de idade.

Ao notar a expansiva alegria dos excursionistas, em contraste com a carrancuda feição cultural do interior mineiro, vincada pela tradição católica e pela decadência econômica, o jovem J. Lourenço se viu mordido pela curiosidade e se pôs a informar-se acerca do tal movimento futurista, como era mais conhecido o modernismo de então.

Os pressupostos do professor de gramática do curso de admissão de um colégio local, egresso das lições cinzentas do Caraça, indicavam natural repulsa às controvertidas lições dos paulistas, adeptos de viscoso coloquialismo, dos vícios de linguagem mais condenáveis, dos mais corriqueiros erros de português, tudo em nome da revolução modernista.

Porém, inversamente, J. Lourenço de Oliveira, “latinizado e eclesiástico”, conforme se define, após se deleitar com o registro hoteleiro dos visitantes, meteu-se a indagar dos princípios daquela gente barulhenta e acabou por aproximar-se das propostas do grupo. Sem, todavia, formal e entusiasta adesão. “Fiquei”, diz ele, “sendo duas coisas: professor de gramática e modernista.”

Nota-se que o Modernismo vem, aos poucos, merecendo novos critérios de estimativa. Mencione-se, por exemplo, a publicação de *Modernismo brasileiro e modernismo português – Subsídios para o seu*

estudo e para a história de suas relações, de Arnaldo Saraiva (São Paulo: Unicamp, 2004) com base em estudo concluído em 1956, editado em Portugal em março de 1965. É impressionante o volume de documentos inéditos pesquisados pelo professor português.

Como conseqüências da viagem a Minas, tivemos a motivação de Mário de Andrade pela obra do Aleijadinho, exaltada em vibrante estudo posterior, constante da obra *O Aleijadinho e Álvares de Azevedo* (Rio, R.A., 1935). Aleijadinho? Na voz de Mário: “Uma enorme irregularidade vagamunda, que seria diletante, mesmo, si não fosse a força de convicção impressa nas suas obras imortais.”

No artigo “Aleijadinho”, constante da obra *Taxi e Crônicas no Diário Nacional* (São Paulo, Duas Cidades/Secretaria de Cultura, Ciências e Tecnologia, 1976), Mário de Andrade consigna decididamente:

A minha convicção é que o grande arquiteto mineiro foi o maior gênio que o Brasil produziu até hoje. Mas por muitas fatalidades e muita incúria o nome dele permanece vago na consciência nacional dos brasileiros. (Op. cit., p. 205.)

Ecos da mesma viagem encontram-se na obra de Oswald de Andrade, que traçou o itinerário em curtos e expressivos poemas, “Roteiro das Minas”. Curiosamente, Oswald poetiza “Santa Quitéria”, fazendo alusão aos cavalos campolina então criados na região: “Palmas imensas / Sobem dos caules ocultos / Cercas e cavalos / a raça que se apruma”.

A “raça que se apruma”, quer-nos crer, menciona a marca dos quadrúpedes, que se confunde com o nome de família ali tradicional. O grupo de São Paulo certamente não terá chegado até Santa Quitéria. Provavelmente terá passado pela estação Vianópolis, na direção de Betim e de Belo Horizonte, trajeto da ferrovia.

Oswald de Andrade levou mais longe a ligação com o passado mineiro, ao escrever a sua tese para a disputa da cadeira de Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, *A Arcádia e a Inconfidência* (São Paulo, 1945).

Vem a pêlo recordar que René Thiollier (1884-1968), na obra de crônicas *O homem da galeria: ecos de uma época* (São Paulo, 1927), transcreve no trabalho "De São Paulo a São João del Rey" as impressões daquela tumultuada viagem. Também publicou no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1962, um artigo comovente sobre "Blaise Cendrars no Brasil", em que relata inusitada situação na qual o escritor francês chorava de emoção em face de um espetáculo junto à igreja, em dia de missa dominical.

Em 23 de agosto de 1927, Sérgio Buarque de Holanda, em *O Jornal*, do Rio de Janeiro, entrevistou Blaise Cendrars que informava estar escrevendo um romance intitulado *Aleijadinho ou Histoire d'un sanctuaire brésilien*. Daquela viagem de 1924, o que encantou o poeta e romancista foi o hotel de Congonhas do Campo, denominado "Novo-York". Isso mesmo: Novo-York!

Os paulistas, levados a Lagoa Santa por Daniel de Carvalho, então secretário da Agricultura, tiveram a promessa de um lote para cada um naquela região aprazível, escassamente povoada. Foi o bastante para que Blaise Cendrars inventasse, em entrevista na França, ser proprietário de uma floresta de 294 quilômetros quadrados no Brasil (cf. *Minas Gerais*, de 24-5-1932).

Mário de Andrade conta que um remador da Lagoa Santa solicitou a ele que não passasse a mão pela água, por causa das piranhas alojadas numa cidade ali submersa, de onde, em certos dias, se podia ouvir o sino tocar. Cidade que se perdeu por muito luxo e riqueza, amaldiçoada por Jesus Cristo (cf. *Revista do Brasil*, janeiro/abril de 1925,

p. 23, em “Uma conferência. Condescendência para divertir os sócios do Automóvel Clube”).

Tarsila do Amaral inspirou-se na paisagem triste e colorida das decadentes cidades mineiras, com suas igrejas e casas coloniais, para a pintura e os painéis.

Igualmente Oswald de Andrade Filho, o Nonô (1914-1972), registrou a passagem por Minas na obra *Dia seguinte e outros dias* (São Paulo: Codex, 2004, org. de Timo de Andrade e Maria Eugênia Boaventura), cuja escrita, iniciada em 1965, não chegou a se concluir. Nonô contava então (1924) dez anos de idade. Nos seus dizeres: “Brancas igrejas / enfeitadas de azul / Coqueiros inventados por Tarsila / em 1924 / esperando nuvens, / que passeiam preguiçosas. // Ouro Preto / encapitou suas igrejas / na ponta das colinas”. O espírito da obra inconclusa combina poesia, notações autobiográficas, memórias, num poliedro à Blaise Cendrars.

O segundo aspecto da viagem dos modernistas foi o intenso diálogo que se estabeleceu entre os escritores visitantes e os visitados. Destes destacamos Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, João Alphonsus, Emílio Moura, Martins de Almeida e Abgar Renault. Mais tarde, a troca de idéias e emoções se estendeu a Henriqueta Lisboa, Cyrô dos Anjos, Guilhermino César, Alphonsus de Guimaraens Filho, Rosário Fusco, Francisco Inácio Peixoto e Henrique de Resende.

Os modernistas estiveram presentes nas publicações mineiras *A Revista* (Belo Horizonte, 1925-1926) e *Verde* (Cataguases, 1927-1928), assim como os mineiros, especialmente Drummond, estiveram nos principais órgãos de divulgação do movimento.

As cartas trocadas entre Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade mereceram admirável edição organizada por Silviano Santiago e Lélia Coelho Frota: *Carlos & Mário* (Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2002).

Muito dos bastidores do Modernismo ali se conta e esclarece. A obra incorpora as cartas de Mário de Andrade apresentadas, com notas, por Carlos Drummond de Andrade em *A lição do amigo* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1982).

Também se publicaram em livro as cartas de Mário a Alphonsus de Gūimaraens Filho e Pedro Nava. Da geração seguinte de escritores mineiros aparecem editadas as cartas para João Etienne Filho, Murilo Rubião e Fernando Sabino. Wilson Castelo Branco divulgou algumas nos jornais belorizontinos.

Convém acrescentar, como resultado da famosa excursão, o notável poema “Noturno de Belo Horizonte”, escrito por Mário de Andrade em 1924, depois incluído na obra *Clã do jabuti*.

O Modernismo ganhou *status* de período literário na História da Literatura Brasileira, objeto ainda de vasta bibliografia analítica. Veio-lhe a crise após a Segunda Grande Guerra, com a geração 45, de cunho neoclássico, e as derivações experimentalistas, como o concretismo, o neoconcretismo, o Grupo Práxis e o grupo do poema-processo, todos participantes do volume 6 da coleção *Poetas do Modernismo* (Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972 – edição comemorativa do cinquentenário da Semana de Arte Moderna).

O objetivo principal desta página evocativa dos oitenta anos da missão modernista a Minas Gerais é transcrever o trabalho de J. Lourenço de Oliveira, que narra as suas reações diante da patuscada dos modernistas na cidade de São João del Rei. Na verdade, o jovem filólogo teria sido ali o primeiro converso da nova doutrina literária. Ele teve o cuidado de copiar o assento de identificação de cada um dos componentes do grupo paulista, desconfiando ter sido tudo feito pela mesma pessoa.

Além do mais, J. Lourenço de Oliveira demora-se na obra e na personalidade de Mário de Andrade e relembra crônica que escrevera

em 1930, centrada no principal divulgador do movimento modernista, “o autor que se admira, apesar dos solecismos”, conforme deixa expresso no trabalho que se segue. Figura na obra *Ao correr do tempo 1: ensaios, discursos e palestras* (Belo Horizonte: O Lutador, 1990), refundida em 8 de março de 1945, “para uma poliantéia de homenagem a Mário de Andrade”, que não chegou a ser publicada.

ANEXO

Depoimento sobre Mário de Andrade

José Lourenço de Oliveira

Fale língua brasileira
M. de Andrade, Poesias, p. 206

A primeira vez que me encontrei com Mário de Andrade foi em 1924, em S. João del Rei, aonde eu chegava, em fevereiro, para começar o ofício de professor, e onde ele esteve em abril, para assistir a uma Semana Santa.

Mas não o conheci então. Apenas lhe vi o nome no registro de hóspedes do Hotel Macedo, integrando uma caravana, cuja composição tive o cuidado de transcrever literalmente, da página correspondente ao dia 16 de abril de 1924:

D. Olívia Guedes Penteadó, solt; photographer, anglaise, London.

D. Tárzia do Amaral, solt; dentista, americana, Chicago.

Dr. René Thiollíer, casado, pianista, russo, Rio.

Blaise Cendrars, solteiro, violinista, allemand, Berlin.

MÁRIO DE ANDRADE, SOLTEIRO, FAZENDEIRO, NEGRO, BAHIA.

Oswaldo de Andrade Filho, solt; escrittore, suíço, Berne.

Oswald de Andrade, viúvo, escolar, holandês, Rotterdam.

A maluquice informativa da resenha, não sei se era obra de um só ou então produto cooperativo. Mas era a mesma a letra em que se lavrara.

Naquele tempo, eu começava a ter vinte anos e a ensinar gramática no curso de admissão de um colégio local.

Estava cheio do hieratismo latinizado e eclesiástico das minhas letras clássicas e vernaculistas, segundo as humanidades caracenses. Mas eu estava na idade fácil do "béjaune" e tive de achar sublime aquele jeito de traduzir a informação policiente de um registro de hotel. E como não pude ver nem um dos heróis que a cidade abrigara, foi um simples registro de hospedagem que me converteu ao modernismo!

Fiquei sendo duas coisas: professor de gramática e modernista.

Professor, nas aulas – assistido pelos manes de Eduardo Carlos Pereira, Carlos Góis, Maximino Maciel e João Ribeiro.

Modernista, no quarto – invocando Mário de Andrade, Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida, Alcântara Machado.

O único poeta que havia na terra era o dono de uma casa de comércio chamada Bazar Japonês: João Vasques. Recitava Bilac às dúzias e fazia bons versos parnasianos. Um dia, até, lhe prefaciei os sonetos que publicou num livro, *Estalactites*.

Quatro anos durou o meu fervor e dualismo de modernista e professor de gramática. Era modernista, mas encontrava-me com João Vasques na admiração de Bilac, Vicente de Carvalho. Raimundo Correia... Heterodoxia grave, dirão! – Mas que havia de fazer? Não podia evitar o pecado!

Acompanhei, com dificuldade provinciana, a efervescência que então agitava o Rio e agitava S. Paulo, repercutindo naquela Belo Horizonte de há vinte anos passados, que, para mim, era o *Diário de Minas*, com João Alphonsus, Emílio Moura, Pedro Nava.

Tive muitas invejas dos moços da *Verde*, os moços de Cataguases – Enrique de Resende, Rosário Fusco, Ascânio Lopes, Guilhermino César – cujos arruídos travessos iam ressoar até no litoral, enquanto, na Princesa da Oeste (S. João del Rei), dentro do nosso grêmio da Hora Literária, o que mais agradava era uma orquestra típica em que pontificava o violino do tenente Buys. E, dentro do nosso jornalzinho, O Grisu, meus solos de modernista eram contrabalançados pelos versos parnasianos do João Vasques.

Não deixarei de contar que me correspondia com Albano de Moraes. Ele escrevia-me em esparramadas laudas de papel da Oeste, mandando-me poemets modernistas e pedindo-me versos que prometia publicar na capital mineira.

Se me perguntarem quem era Albano de Moraes, responderei que era uma jovem e romântica figura, que um passeio a Belo Horizonte me fizera conhecer, em hora de pós-prândio, circunstância em que uma apresentação de amigo comum o obrigara a passar da mão do cumprimento, para a esquerda, o feixe de violetas que ia levar à namorada.

Os nomes do Hotel Macedo continuaram a freqüentar o meu espírito. Mas o tempo, o gosto e as simpatias foram escolhendo e eliminando.

Blaise Cendrars, entrando em rivalidade com outro nome francês que não esteve em S. João del Rei, acabou perdendo para Paul Morand, campeão patenteado, entre os representantes estrangeiros, dos meus amores modernistas.

De René Thiollier acabei perdendo o livro e até o nome do livro em que conta a expedição de S. João del Rei.

Oswald de Andrade – *Os condenados, Memórias sentimentais de João Miramar, A estrela de absinto, Pau Brasil* – foi ficando cada vez mais distante.

A lista resumiu-se em Mário de Andrade: *Paulicéia, A escrava..., Losango cáqui, Amar, Macunaíma...*

Mas a capelinha estava cheia de outros nomes: Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida, Manuel Bandeira, Cassiano Ricardo, Raul Bopp, Graça Aranha, Plínio Salgado, Alcântara Machado...

Em 1929, comecei a lecionar em Belo Horizonte. Em 1930, vinham a Faculdade de Direito, a preocupação social e a revolução. O "béjaunismo" foi cedendo. O espírito foi assentando-se. O latinista foi tomando raízes, gerando-se equilíbrio na força inevitável do humanismo caracense. O professor de gramática irrompeu, ganhando a batalha.

Mas o professor de gramática não pôde evitar o homem que escrevia em brasileiro. Mário de Andrade continuou a freqüentar-me, impondo-se, impondo-me o seu valor, a sua língua, a sua revolução de expressividade.

O professor, pregando o vernáculo, ensinava o correto, verberava o solecismo, teorizava a estilística. Mas o autor de *Macunaíma*, chegando perto, lhe dizia: – Veja o que é língua brasileira!

Mil-novecentos-e-trinta foi um ano de reatamentos, com muita leitura de Vergílio, Horácio, Cícero, Camões, Vieira, Rui... Leitura quase ritual, influída de enleios místicos, cheia daquela satisfação dos que voltam. Era uma espécie de penitência, uma piedosa purga de pecados da juventude. *Peccata iuventutis meae ne memineras, Domine!*

Entretanto, em um cronicário de 1930, escrevia eu esta página que afirma o nome de Mário de Andrade:

Encontrei a Arte chorando na porta da casa de Mário de Andrade.

– Que tens, meu anjo?

Ela olhou-me cheia de amuo e respondeu:

– Veja só como é que ele quer que eu vá para a rua! Vestiu-me com saia rodada de chita sem graça, feito se eu fosse uma negra baiana; me besuntou o cabelo de banha; me pôs no pescoço este colar de biribiris e

lágrimas-de-nossa-senhora; me calçou estes chinelos de tapete... E agora quer que eu vá na casa do Graça Aranha, para ver se está bom!

Neste momento, o Mário surgiu à janela e falou:

– Você ainda não foi não, menina? Olha que me pagas, hein?

Ela saiu muito vexada.

Resolvi acompanhá-la. E fui noiando, rua em fora, as impressões.

João Ribeiro, cruzando-a, sorriu com aquela malícia velha de quem conhece todas as ingenuidades.

Alberto de Oliveira passou, com a cabeça alta, olhando em frente, passos metrificadas.

Tive uma sensação de frio. A Arte olhou-o com expressão embevecida, não sabendo que príncipe era aquele, mas sentindo que era príncipe.

Paul Morand conversava com Blaise Cendrars e Agripino Grieco, num passeio. Movimentaram-se, quando nos viram. O autor de *Rien que la Terre* tirou o chapéu e quis rasgar um cumprimento em português, engasgando. O Grieco não teve tempo de traduzir. E Cendrars fez uma vênua assimétrica.

Dois “imortais” desviaram-se, cochichando coisas muito gesticuladas.

Ronald ajustou os punhos de renda, para uma vasta medida de nobre, metido em cortesias com o “tiers état”.

Prosseguimos. Num ponto de bonde, esperavam João Alphonsus, Carlos Drummond e Emílio Moura. E disse o João:

– Que moreninha! Imaginem quando aquilo chegar à idade de Balzac!

A que o Carlos ajuntou:

– O Mário é um modista de primeira!

Moços agramaticados pilheriavam: – Vamos comigo no cinema hoje, meu jambinho?

Ora a boa morena se humilhava com o desprezo aristocrático, ora se enfunava com os cumprimentos recebidos.

Afinal foi ficando satisfeita. Já estava querendo achar que o tio Mário tinha razão. Mas, no fundo, guardava um instintivo pesar de não poder, assim vestida, entrar nos salões dourados, em que vogam modelos acadêmicos.

Deixei-a junto à porta da casa do autor do Espírito moderno.

Mário de Andrade continuou sendo, para o professor de gramática, o autor que se admira, apesar dos solecismos. Para além das fronteiras do que é correto, segundo os inventários de Eduardo Carlos Pereira, está o valor vivo, essencial, que resiste às restrições canônicas.

Estilisticamente, o professor discorda; mas, discordando embora, acaba acomodando-se à espontaneidade pitoresca, à ousadia foraleira de quem deu praça e via às eternas licenças do falar plebeu.

Entretanto, o professor ganhou a batalha contra o modernista. Ele discorda da posição pragmática de Mário de Andrade. Ele acha que falamos brasileiro, mas devemos escrever em português.

Sempre houve, entre civilizados, a dicotomia lingüística por que se repartem a expressão momentânea de quem fala e a expressividade meditada de quem escreve. Desculpe-se de deslize, à pressa de quem fala; mas convém que se meça e pese, quem busca a tradução permanente do que pensa.

O modernismo estendeu, entre nós, o mal fundado pressuposto de que se há de escrever como se fala.

A massa comum da linguagem e da língua é uma só. Entretanto, quem escreve, está melhor e consegue mais, se alimpa a frase de excrescências e alogismos vulgares; se a expunge de deformações e licenças, librando-a segundo as harmonias da boa experiência vernácula.

Escrever é uma arte. Obra de arte é obra de esforço e o linguajar do povo é obra do menor esforço, do nenhum esforço.

Na arte da palavra, a continuidade do esmero, a tradição do bom dizer conserva a riqueza e regenera a maleabilidade expressiva da linguagem.

O preconceito da fala brasileira ensejou um grande mal, transferindo para a linguagem literária deturpações, enganos e fraquezas do dizer plebeu.

Ficou autorizada a facilidade e o desleixo.

O próprio Mário de Andrade critica esse mal, que introduziu o abuso das "palavras mezinhas", dos "brasileirismos vocabulares" e "sintáxicos". Se o modernismo foi elevado a "dizer as coisas pelos seus nomes, a maioria da carneirada começou dizendo apenas os nomes das coisas". (*Aspectos da lit. bras.*, p. 215.)

Em vez de o homem de letras descer à praça do dizer plebeu, suba este à expressividade do homem culto, porque o ideal civilizado há de ser que um povo fale como escrevem os letrados e não que os letrados escrevam como fala o povo.

O nivelamento empobrece. O empobrecimento encurta a expressão. O encurtamento emperra a língua. E a civilização não progride.

Queixou-se antigamente Lucrécio de que o latim não era capaz de conter o que já estava dito em latim.

Faz vinte anos que vi o nome de Mário de Andrade num registro de hotel. Este nome cresceu e humanizou-se, até se identificar admiravelmente com o homem que depois conheci em Belo Horizonte, na casa de Henriqueta Lisboa. Pude vê-lo, então, de portas a dentro, como diria Frei Luís de Sousa. Era um Mário maior do que o Mário dos livros-que li. Um Mário bom, cordial, humano, muito humano.

Relendo-lhe a obra, agora, desde os desvarios da *Paulicéia*, 1922, até os *Aspectos*, 1943, pude ir sentindo, com amor, este homem de minhas predileções.

Mesmo do ponto de vista gramatiquero, fui vendo como progrediu para uma linguagem cada vez mais canônica.

O que vale, nele, está para além do escândalo do professor de

gramática, e vive, palpitando sob os solecismos propositados, na inspiração, na cultura, na compreensão, na brasilidade, na fraternidade.

Será de um precursor o seu linguajar? Passará ele à consagração de clássico brasileiro?

Quem poderá prenunciar os caminhos da língua e os termos das tendências?

LOURENÇO, UM HUMANISTA

Louro Palú, C. M.*

O próprio Lourenço estranharia que estejamos celebrando seu centenário... Ele foi sempre, e somente, aquele menino e adolescente, o apenas começado rapaz que retratou na autobiografia *Xavier e o Caraça*.¹

|

Conheci o professor José Lourenço de Oliveira em 1953, quando fui para o Seminário do Caraça estudar para padre. Ali ele também estudara, de 1916 a 1922. Conheci-o numa excursão organizada pela Associação dos Ex-Alunos Lazaristas e Amigos do Caraça (AEALAC). Compareciam ao Caraça, quase todo ano, antigos alunos do Seminário de Nossa Senhora Mãe dos Homens, alguns de Diamantina e Mariana e também de outros seminários ou colégios.

* Padre. Diretor do Colégio São Vicente de Paulo. Poeta, ensaísta, fotógrafo. Ex-aluno do Caraça, como o prof. J. Lourenço de Oliveira.

1. OLIVEIRA, J. Lourenço de. *Xavier e o Caraça*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/O Lutador, 1987.

O Lourenço, por ser bom no latim, era encarregado de ler a Bíblia e o Martirológio, no início e no fim do almoço barulhento, regado a muito vinho caracense e cortado das risadas dos companheiros. Particpei, alguma vez, daqueles almoços, como servente, distribuindo a comida pelas mesas, e escutei a turma contando suas histórias.

Depois, perdi o Lourenço de vista por muitos anos. Terminei o curso no Caraça, em 1956, e fui para o noviciado em Petrópolis, como ele contou da sua vida. Um dia, soube que o nosso co-irmão padre Pedro Sarneel fizera uma linda tradução, para o latim, do livro de Henriqueta Lisboa sobre o Caraça (*Montanha viva – Caraça*) e depois soube que estava estudando uma segunda versão, feita, a partir da dele, pelo cunhado de dona Henriqueta, o professor José Lourenço.

O padre Sarneel morreu em 1963 e não se publicou nenhuma tradução. Eu já conhecia um pouco as duas versões. Por uma dessas coisas boas da vida, acabei eu mesmo cuidando da edição bilingüe de *Montanha viva – Caraça / Mons vivus seu mons caracensis*.² Foi nessa ocasião que o professor Lourenço me conheceu. Primeiro, por carta e telegrama (tirando-me algumas dúvidas sobre o texto). Depois fui visitá-lo em sua casa.

A imagem muito forte que me ficou do Lourenço, desde que o pude conhecer, foi seu vulto impressionante, sua aparência físico-moral.

2. LISBOA, Henriqueta. *Montanha viva — Caraça*. Sarnelius [Pe. Pedro Sarneel, C. M.] et Laurentius [José Lourenço de Oliveira]. *Mons vivus seu mons caracensis*. Ed. bilingüe, org. pelo padre Lauro Palú, C. M., editada sob os auspícios do Archivum Generale Poetarum Latinorum Brasiliensium, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (São Paulo). Belo Horizonte: Ed. São Vicente (Edição da Autora), 1977.

A cabeça aparecia como a de um leão, testemunhando a grande força que eu sentia nele. Eu o via sempre como um misto de André Malraux e Georges Bernanos, por seu porte alto, cabeça desassombrada, um cabelo que acompanhava o vôo das idéias, aumentando a impressão de grandeza e força intelectual, uma cultura ante a qual nos sentíamos pequeninos e humildes (mas nunca humilhados), um gosto da vida nos seus aspectos bons (amizade, inteligência e seus jogos, curiosidade, alegria, música, família, o Caraça, falar mal dos políticos, ironizar alguns intelectuais etc.). Sua força física o fez enfrentar por um tempo a enfermidade que o prostrou e aniquilou, mas não quebrou sua resistência interior, sua coragem.

Parecia-me gigantesco, fisicamente forte, moralmente enorme, uma estatura que penso não ter exagerado. Assim o senti sempre, com muito respeito, quando me aproximei do Lourenço, um respeito que também me engrandecia, por reconhecer o seu valor e me beneficiar de seus ensinamentos, de suas observações maliciosas de mestre de vida, nunca mesquinhas nem menores.

Não sei o que ele acharia desta minha impressão. Malraux e Bernanos fizeram da inteligência uma afirmação da natureza humana, da lucidez um testemunho da beleza de ser homem humano e da coragem uma definição do que podemos ser de melhor, mais alto, mais útil, mais humanizador. Imagino o Lourenço dando suas aulas, desafiando os alunos, estimulando-os pelo que era e sabia e falava e fazia. Terá sido para seus alunos um mestre de largos horizontes, um desbravador, nutrido de humanidades como meio de sermos mais humanos.

E conheci, no fundo sem volta de sua enfermidade, o Lourenço que aparece nas páginas da autobiografia, sob o seu apelido caracense, o Xavier.

De tudo o que escreveu, centenas de textos, ele mesmo gostava demais de um pequeno trecho em que se referia à sua vida no Caraça.³ Depois de descrever o projeto educacional do Caraça e as suas realizações desde 1820, Lourenço concluiu:

Foi esse o meu Caraça, faz mais de 50 anos; simples felicidade inenarrável; na comunhão de Deus se resumia, unida com três outras comunhões: da natureza, de Vergílio e de Mozart. Um menino campônio tinha descoberto o paraíso; inexperto da vida e sem mais referências, foi fácil de conformar-se; livre na inteligência e na emoção, pôde ali definir-se como peixe n'água; nada o proibiu de ser feliz.

Xavier e o Caraça é a história dessa felicidade. É o testemunho solar, sem nenhuma sombra, de uma alegria simples, sempre maior, única, perfeita, completa, calma, profunda, irradiante, realizadora, consciente e instintiva, conquistada e espontânea, merecida e gratuita, fruída e partilhada, dom de Deus e conquista do homem. Lendo o Xavier, vamos encontrar estas expressões:

Xavier não sentiu o artificialismo. Estava como peixe n'água. E não encontrou, em toda a vida, outra quadra mais feliz, mais tomada de plenitude. (*Xavier e o Caraça*, p. 53.)

Internem um Xavier no seu Caraça e verão como será feliz! Dirão que era um menino, um bobo, sem referências para a vida e, ainda por cima, carregado de conformidade. – E então? Acaso vedou alguém o ser feliz a

3. Publicou-o num artigo para o *Jornal do Brasil*, num suplemento dedicado a Minas Gerais, de 31 de outubro de 1974, p. 22. O artigo se intitula "Caraça, vértice da cultura." (Foi publicado em livro em Oliveira, J. Lourenço de. *Ao correr do tempo — 2 Aulas e conferências* (Belo Horizonte: Ed. O Lutador, 1990; o artigo se chama "Caraça: 1774-1974", p. 69-75).

quem é inocente? Ninguém obrigava ninguém a ser feliz numa casa de portas abertas, mais fáceis de transpor, saindo, do que entrando. (ib.)

O prefácio do Lourenço (“antelóquio”, escreveu ele) é meio complicado, porque, atrás de um José Vieira, quis esconder o seu eu, dotado de orgulho duro e titânico e, ao mesmo tempo, de humildade enorme diante da vida, que se transformava em vontade de lutar, porque não ganhara nem ganhava as coisas de graça. Tenta justificar que escreva a vida de alguém que foi apenas um momento no efêmero dos milênios e de milhões de anos.

Entretanto, se não tivesse vivido mais nada na vida, bastariam duas coisas, nessas páginas de saudade, para justificá-las como obra do mais alto humanismo e da mais alta condição da arte: são um testemunho da felicidade e da dor. Testemunho da alegria mais funda de ser feliz e da dor mais doída, por se ver, de repente, despojado violentamente de tudo. Escrevo isto e sinto-me como quem conta o desfecho de um enredo fascinante. O livro, em poucas palavras, é isto: Lourenço estudou no Caraça, fez ali o curso de Humanidades (o Seminário Menor), depois foi para Petrópolis, fazer o noviciado e os cursos de Filosofia e Teologia, esperando ser padre. Mas, antes do término do noviciado o mandaram embora, por falta de saúde. E o mundo do Lourenço desmoronou. Sua vida praticamente acabou ali, pelo menos no plano que ele quis testemunhar. O que deixou escrito termina ali. No prefácio (e sintomaticamente não no próprio livro), para o leitor que quer situar o personagem, com data de nascimento e morte, Lourenço diz que o Xavier foi lutar na guerra, foi ferido na Itália, transportado para os Estados Unidos, mas morreu da guerra. O sentido dessa morte só existe se lermos a sua vida no Caraça e em Petrópolis. O que lhe aconteceu, quando o mandaram embora do Seminário, foi tão bruto e estúpido como a guerra, como a morte violenta. Embora tenha chegado

soberbamente aos oitenta anos, foi como se sua vida, uma sua vida, tivesse terminado ali.

Conheci melhor o Lourenço depois do derrame cerebral que o imobilizou e praticamente acabou com ele. Quando fui ao hospital, ele sofria porque ninguém entendia suas palavras, a boca ainda paralisada. Depois não melhorou muito e foi ficando cada vez mais calado, porque não queria e não podia suportar não ser entendido, ter que ficar repetindo, ver a gente perguntando ou sorrindo como se tivesse entendido, e eram aqueles silêncios constrangedores, porque, às vezes, fazia uma pergunta e a gente respondia: "Pois é." Foi nesses tempos de silêncio e lágrimas que conheci profundamente o Lourenço, não o gigante que eu sempre vira, mas o menino frágil e inocente. Perguntava sobre o Caraça, os padres que tinham sido seus colegas, o Jorge Soares, amigo que morava no Rio, contava casos de outros colegas e perguntava mais notícias.

Possivelmente tinha vergonha de parecer tão necessitado e fragilizado como o víamos, como o veríamos, se tentasse fazer mais coisas e não o conseguisse. Essa imagem de força que caracterizava o Lourenço era, entretanto, para mim, entremeada da certeza de sua delicadeza, de sua ternura e meninice de coração. Morreu menino, o menino caracense que se comovia quando falávamos do Caraça, de seus colegas de infância e adolescência.

Uma vez lhe dei a bênção, na hora de me despedir, fazendo o sinal da cruz na testa dele. Não escondeu a lágrima, ou ela o venceu. E nós sentimos, dona Alaíde e eu, como o Lourenço se emocionara naquele instante. Eu me comovia sempre, quando me beijava a mão e inclinava a cabeça para eu o abençoar, como sempre gostei de fazer. O Lourenço para mim, nisto, era um filho e era um pai! Senti-me honrado e feliz, por ter podido privar, um pouco que fosse, e de quando em quando, da intimidade dele, sobretudo quando comentava o Caraça

ou alguma coisa de Petrópolis e de seus amigos. Suas memórias de menino e adolescente explicam o motivo por que agia assim.

Guardou a maior veneração pelos padres do Caraça, não tinha na alma uma só mágoa contra eles, e me sentiu como se o fizesse recuperar toda a riqueza e ternura dos anos que viveu no Seminário. Escrevi estas frases chorando, porque o Lourenço já não podia mais andar, nem falar direito, e ainda se sonhava e ainda falava do quarteto de instrumentos de sopro que formara com os colegas, para tocar a música que o salvou tantas vezes. O Jorge já tinha morrido, no Rio, fazia alguns anos, e nunca contei ao Lourenço. Quando me perguntava, sempre lhe dizia que o Jorge andava fraco, muito doente, não sabia se iria agüentar muito tempo, mas nunca lhe contei. Ele não podia agüentar mais uma morte assim. Quando Lourenço morreu, certo que me perdoou e entendeu que tenha escondido dele.

A passagem pela morte há de ter sido para ele como foi na infância a subida da Serra do Caraça: de repente, a montanha enorme na frente, mas ele *sabia* que dentro da cadeia de montanhas estava o Caraça. Também *sabia* que, dentro de tudo aquilo que se avizinhava (como morte), estavam o Jorge, o Júlio, os outros, e estava Deus.

Muitas vezes me perguntei sobre os rumos dele para Deus: acho que nunca andou distante e o buscou como força, como fonte da retidão que imprimiu a toda a sua vida, como plenitude da beleza que o comovia, como fim último de todo humanismo, que Lourenço pesquisou e engrandeceu, no que escreveu e no que falava. As experiências de misticismo de seu tempo de menino, na capela gótica do Caraça, se conservaram como força, toda a sua vida. Minhas cruces na sua testa, que o emocionavam tanto, o reconduziam, vertiginosamente, no tempo, ao passado, ao Caraça. As experiências de oração o terão projetado, também, vertiginosamente, mas do passado para o coração mais fundo de Deus.

Essa é uma das coisas que me faziam pensar em Bernanos e Malraux, quando via o Lourenço: um humanista, alguém que se orgulhava de ser gente e irmão da gente, até quando desprezava quem diminuiu em sua vida a imagem melhor do homem e não soube ser grande. A ironia do Lourenço, nisso, era uma sua concepção do homem, que ele conseguiu ser numa dimensão tão impressionante.



Pois a impressão de grandeza da cultura do Lourenço se torna ainda maior e, ao mesmo tempo, se explica quando se conhece a sua formação. Depois da escola de sua terra, contou o que lhe ensinaram e aprendeu no Caraça. Não comentou nada que estudou em Petrópolis.

Pois, dali a pouco, o moço começa seus estudos superiores, e será bacharel e doutor em direito, doutor em letras neolatinas, livre docente em direito romano, professor de humanidades, de português, francês e latim, professor catedrático de língua latina, professor de semântica, de filologia românica, de lingüística, um monte de títulos e atividades, uma série infindável de cargos, de competências, de desafios. Tudo assumido, enfrentado, ponderado, vencido, na consciência serena de que era capaz e estava preparado. Os pesquisadores que estão trabalhando com suas fichas notaram como as escrevia, como as completava, como as fazia germinar e produzir novos brotos, novos enfoques, novas conclusões. Seu caminho começou no mato, na serra, depois trilhou espaços cosmopolitas, como Petrópolis e Belo Horizonte, viajou, ampliou-se em ramificações de leituras, espetáculos, resenhas, concursos, noites de autógrafos, filmes, óperas, concertos, livros, cartas, visitas, compras, exposições, congressos, provas, conversas, coleções, traduções, academias, igrejas, hospital, silêncio, angústia, escuridão, angústia, medo, angústia.

O que mais me admira nesse percurso de Lourenço, do menino camponês ao catedrático, do espírito irreverente ao terníssimo tradutor de miudezas, é a desproporção entre o início e o fim, entre a preparação e os resultados maduros. Mas ele mesmo mostrou, no Xavier, como foi altamente motivadora sua estada no Caraça. Mencionou que o punham em comunhão com Deus, transfigurando de sua alma menina e adolescente, jovem e adulta, três outras comunhões: a da natureza, a de Mozart e a de Vergílio. E elencou, nas páginas de suas memórias caracenses, ainda no arraial nativo, os *Contos pátrios* de Coelho Neto e Bilac (e deste o vocabulário: bipenata, gládio, aríetes, ginetes, clâmides, broquel, pilum, buccina, eneatores, sagitários), Carlos Góis e as *Histórias da terra mineira*, e Raimundo Correia; depois, no Caraça, César, Tito Lívio, Cícero, Salústio, Tácito, Ovídio, Vergílio, Horácio, Homero, Anacreonte, Xenofonte, Demóstenes, Aníbal, Alexandre, Cipião, as epopéias de Dante, Tasso, Ariosto, os *Lusíadas* de Camões, Frei Tomé de Jesus, Frei Heitor Pinto, padre Lucena, Frei Luís de Sousa, *Iracema*, *O guarani*, *Moreninha*, *Retirada da Laguna*, *Eurico*, *O monge de Cister*, *O bobo*, *Lendas e narrativas*, *A barpa do crente*, o *Camões* de Garrett, *Luz e Calor* de Bernardes, os *Sermões* de Vieira, *Eça de Queirós*, *Guerra Junqueiro*, *Le Génie du Christianisme*, *La Cathédrale* de Huysmans, *Visions du Brésil* de Gaffre, *L'Homme et l'Univers* de Brettes, peças de Corneille, Racine, Molière La Fontaine, Bossuet, Voltaire, Victor Hugo; Oliveira Martins, Teófilo Braga, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Castro Alves; o canto gregoriano, Palestrina, Viadana, Vitória, Perosi, Bach, Beethoven, Mozart, Haydn, Haendel, Schubert, Schumann, Chopin, Wagner, Verdi, Berlioz, Rossini, Bellini, César Franck, Saint-Saëns, Gounod, Debussy, não se pode dizer que fosse pouco...

Não se pode dizer.

Mas, ainda assim, espanta ver onde chegou o menino vivo e curioso. Por muitos anos, serão publicados trabalhos dele, que os pesquisadores estão lendo/decifrando, as fichas das aulas, as preparações de seus discursos, das aulas, das preleções.

Nem menciono os títulos de seus trabalhos. Veja-se sua bibliografia, nos livros de dona Alaíde, nas obras que vão sendo publicadas. Prefiro a demonstração menor, mas muitíssimo verdadeira, de suas traduções. E comento três exemplos perfeitos de competência, de bom gosto, de sabedoria, de classe.

Primeiro, um soneto de Dante:

Tanto gentile e tanto onesta pare
la donna mia quand'ella altrui saluta
ch'ogne lingua deven tremando muta
e li occhi no l'ardiscon di guardare.

Ella si va sentendosi laudare
benignamente d'umiltà vestuta
e par che sia una cosa venuta
da cielo in terra a miracol mostrare.

Mostrasi sì piacente a chi la mira
che dà per li occhi una dolcezza al core
che 'ntender non la può chi non la prova:

e par che de la sua labbia si mova
uno spirito soave pien d'amore
che va dicendo a l'anima: Sospira.

A tradução é de 1956:

Mostra-se tão gentil e tão honesta
a minha dama, no seu leve andar,
que toda língua cala e em todo olhar
logo se apaga a audácia manifesta.

Benigna e simples, ela segue, a festa
do seu louvor sentindo, ao caminhar.
Parece até milagre que mostrã
acaso o céu quisesse à terra infesta.

Agrada, tanto, vê-la, a quem a mira
e tanto aquece o coração no peito
que só quem prova é quem sabe e entende.

Dos lábios seus macio se desprende,
cheio de amor, um suave alento, um jeito
que, na alma, vai dizendo-nos: suspira!

Segundo exemplo, o soneto de Félix Arvers:

Mon âme a son secret, ma vie a son mystère:
un amour éternel en un moment conçu.
Le mal est sans espoir, aussi j'ai dû le taire,
et celle qui l'a fait n'en a jamais rien su.

Hélas! J'aurai passé près d'elle inaperçu,
toujours à ses côtés et pourtant solitaire,
et j'aurai jusqu'au bout fait mon temps sur la
terre,
n'osant rien demander et n'ayant rien reçu.

Pour elle, quoique Dieu l'ait faite douce et
tendre,
elle ira son chemin, distraite et sans entendre
ce murmure d'amour élevé sur ses pas.

À l'austère devoir pieusement fidèle,
elle dira, lisant ces vers tout remplis d'elle:
"Qu'elle est donc cette femme?" et ne com-
prendra pas.

A tradução do Lourenço:

Tenho n'alma e na vida o mistério e o segredo
de um grande e eterno amor, nascido de um
momento.

É um triste mal sem cura e que eu calei a medo:
aquela que o causou jamais pôs nele intento.

Se passo perto dela, é impercebido e isento.
Sempre a seu lado estou, mas sempre no
degrado.

Da vida irei ao termo, assim discreto e quedo,
nem nada ousar nem ter, recluso em meu
tormento.

Ela, entanto, que Deus fez boa, terna e santa,
o murmúrio de amor que empôs de si levanta
sem nunca ouvir, abstrata, à frente seguirá.

Austera no dever em que, constante, vela,
há de exclaimar, lendo estes versos cheios dela:
"Mas quem é essa mulher?" e não compre-
enderá.

[Leio o carinho e o capricho desses versos e fico pensando no que significou para o Lourenço traduzi-los. Como os apresentou/ofereceu depois a dona Alaíde? Com que palavras? Perguntou pela tradução, se era bonita, se estava perfeita? Ou ficou olhando os olhos dela, para ver a alegria dela, sentindo-se louvar pelos poetas, louvar-e-louvar pelo marido, sob colar de poema? Releia-se o poema, reveja-se a homenagem, sintase o orgulho do marido: "Benigna e simples, ela segue, a festa / do seu louvor sentindo, ao caminhar." "Ela, entanto, que Deus fez boa, terna e santa, / o murmúrio de amor que empôs de si levanta / sem nunca ouvir, abstrata, à frente seguirá." É o marido contente de ver que os outros vêem e admiram sua amada. O louvor dela é o murmúrio deles, o silêncio dela, a atenção dele. Grande Lourenço!]

O terceiro exemplo, magistral, é a tradução do livro de Henriqueta Lisboa, *Montanha viva – Caraça*.⁴ O primeiro a traduzir o Caraça de Henriqueta foi o padre Pedro Sarneel, lazarista, ex-professor no Caraça, latinista da melhor cepa. Henriqueta se inspirara muito no *Guia sentimental do Caraça*, escrito pelo padre Sarneel, que foi seu guia na visita que fez ao Santuário em 1956.

Escrevi na introdução da edição bilingüe (p. 9-10) da *Montanha viva / Mons vivus*:

O Caraça, sítio de peregrinações, eremitério, colégio e enfim seminário, pareceu a Henriqueta Lisboa antes “um conceito de vida, uma forma de existir, uma filosofia tanto mais real quanto mais poética”. Densidade e valor real das coisas, na proporção da poesia que encerram: este é o Caraça apresentado em *Montanha viva*. Henriqueta Lisboa se aproxima da Montanha, dos personagens, das lendas, da concepção de vida e das linhas pedagógicas do velho colégio, das suas relíquias, de suas flores e seus animais, de sua herança cultural, do seu fascínio, com atitude de interrogação (...), admiração (entendida como “coração tomado de maravilha” e também como contemplação), embebendo-se do ambiente, e procura descobrir, por sintonia, nas fibras mais íntimas, a resposta ao mistério do Caraça:

Aonde vai essa gente a subir a encosta,
essa gente que leva o semblante sombrio
e entrementes recobra o sorriso da infância? (...)
Tudo é misterioso ao extremo.
E eu bem quisera, unida à montanha viva,
participar do segredo que se resguarda
no seio das pedras sob a coroa de nuvens. [Romaria]

4. LISBOA, Henriqueta. *Montanha viva — Caraça*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1959.

Nessa descrição palpita o coração do Lourenço, chegando menino ao Caraça, como ele se descreveu:

Subiram mais. Andaram mais. De repente, desde uma aberta entre árvores, numa curva da altura, avistou, ali na frente, o Santuário de Nossa Senhora Mãe dos Homens, o CARAÇA, projetando a sua massa branca e a torre do seu templo, contra o fundo escuro das montanhas! (*Xavier e o Caraça*, p. 30)

Na descrição de Henriqueta palpita ainda o coração do Lourenço saindo moço do Caraça, como ele se descreveu:

Da mesma curva em que, olhando para a frente, José Vieira enxergara o Santuário de Nossa Senhora Mãe dos Homens, seis anos passados – agora, olhando para trás, também o avistava, mas com que diversos olhos! (*ib.*, p. 68)

Das dificuldades de verter em latim a poesia de Henriqueta falaram o padre Sarneel e o Lourenço, nas introduções que escreveram. Disse o padre Sarneel:

Comecei a traduzir com otimismo. Bem cedo, porém, desanimei. É impossível vestir elegantemente com roupagens à antiga uma composição literária de estrutura moderníssima.

(...) Desanimava. Desisti. Fechei dentro da gaveta os meus primeiros rascúnhos, os meus pobres ensaios e arranjos. Tinha cruzado os braços. Mas Horácio me aconselhava que continuasse a malhar na bigorna da minha tenda. Ovídio me prometia que o amor havia de superar todos os obstáculos, e Vergílio me assegurava que o trabalho perseverante tudo vence.

Recomeço a traduzir. Rasgo os versos já feitos. Mudo de técnica e tática. Não medirei mais hexâmetros nem mesmo graciosas estrofes sáficas tão do meu gosto. Imitarei os poetas cristãos da Idade Média que criaram uma nova métrica para o canto dos seus hinos e seqüências litúrgicas.

Fui feliz na revolução? Talvez não. Mais valor cultural teria, sem dúvida, a minha tradução se fosse em versos virgilianos, mas menos fiel eu seria em reproduzir a versificação de *Montanha viva* que é libérrima e muito variada. (*Montanha viva / Mons vivus*, p. 18-19)

Disse o professor Lourenço:

É rotina comum traduzir do latim ao vernáculo, não porém traduzir ao latim, língua que deixou de ser primeira, quando deixou de ser nativa para um povo; a posse de meia força que oferece aprende-se na fala escrita dos antigos, muito sujeita a mitos de exegese, na mal segura diacronia do passado; no íntimo vigor do seu poder, sumiram-se matizes da cor autêntica, vernácula; isso dificulta traduzir ao latim sobretudo uma poesia moderna como a de Henriqueta Lisboa, dona de claros ritmos recentes, onde voga a beleza, ora em largos de sinfonias de Beethoven, ora em leves de suavidade à Debussy.

Tivemos, pois, de transigir, ao ver que não podia espartilhar-se, em metro horaciano, o lucro estético de *Montanha Viva*. Usou-se, em vez da métrica romana, a intensidade pós-românica do metro; em vez de certos ritmos liberados, na música da autora, um nivelar mais comedido, nos versos em latim; em vez de rimas, quase como querendo compensar, uma presença intencional de muitos dâctilos finais. (...)

Foi isso que sentiram bem, os tradutores, na poesia de Henriqueta Lisboa; parecia mais densa que o latim. Viram ainda como é relativo, de importância mecânica, o fato de valer, por duas nossas, uma palavra única latina. É que o traduzir, seja para cá ou para lá, requer um trato especial de analogias, com paráfrases e mais expedientes, como o decalque por exemplo, mero disfarce que repete em vez de traduzir, na esperança de ver iluminadas, pelo novo contexto, a cor do empréstimo e a força do sentido. (ib., p. 21-22)

Um exemplo, com o poema em que Henriqueta Lisboa descreve/
intui/sugere a aparição de Nossa Senhora ao fundador do Caraça, irmão
Lourenço, quando morria:

Aparição

Alguém penetrou a furto na cela escura. ...
Alguém tocou as tábuas toscas do assoalho.
Alguém se aproximou docemente do leito rude.
 Talvez uma fimbria de luar entre arbustos,
 um cálido estalido de madeira, espontâneo,
 a evocação de um afago materno.
Porém o lírio da madrugada descerra as pétalas,
o véu da montanha torna-se diáfano,
a água de que bebem os pássaros transluz:
 Na alcova do ancião enfermo – toda bela,
 Maria.

Visio

Videtur quis in cellam furtim intravisse.
Videtur tabulatum pede tetigisse
et rudem ad grabatum proxime cessisse.
 Forsan lunaris fimbria ut quando inter arbusta
 seu crepitus in ligno sponte sua factus
 seu matertae blanditiae in mentem revocatio.
Sed vere radiat matutinae lucis lilium,
fulget translucidus in monte levis nimbus
et luce splendet aqua clara avibus grata
 dum tota pulchra infirmi senis in cubiculo
 stat Maria. (ib., p. 46-47)

Nessa luz, transfigurado, Lourenço consumou em Deus sua
existência.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1984

Roma, 6 de janeiro de 1987

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2004

ESPÍRITO MEDITERRÂNEO

Paschoal Rangel*

O professor José Lourenço de Oliveira foi, sobretudo na primeira fase de sua atividade intelectual, um homem marcado por aquilo que ele chamava “espírito” mediterrâneo e que Lucien Febvre preferia chamar de “gênio”. Um “espírito” ou um “gênio” que variou muito na história, mas que conservou sempre alguns traços característicos inconfundíveis.

Gostaríamos de estudar, ainda que rapidamente, o que tal “espírito” provocou no professor José Lourenço, examinando seu livro *Espírito mediterrâneo – Estudos*, editado pela primeira vez em 1951.¹

O Mediterrâneo – esse Mar Interior – exerce, sobre muitos de nós, uma espécie de apelo, de fascínio mítico. Parece ser “interior”, não só por estar cercado de terra por todos os lados, com pouquíssimas e estreitas

* Padre. Professor de filosofia e teologia. Escritor. Membro da Academia Mineira de Letras.

1. OLIVEIRA, J. Lourenço de. *Espírito mediterrâneo – Estudos*. Belo Horizonte: Ed. Kriterion, 1951. 159 p. – Há uma segunda edição ampliada, Belo Horizonte: Ed. O Lutador, 1994. Não levaremos em conta essa segunda edição, não obstante a importância dos estudos com que se enriqueceu a obra, pois os textos não parecem guardar homogeneidade temática com a parte original.

saídas para o Atlântico ou para outros mares (lembre-se do Estreito de Gibraltar, o Canal de Suez, o Estreito de Bósforo), mas também por estar dentro de nós, águas arcaicas de riquíssimas culturas e civilizações, mar cheio de símbolos, de ícones, arte, literatura, lendas. Mar cheio de História e de histórias. Por outro lado, ele vai muito além do mito. Como escreveu Samuel Johnson: *Almost everything that sets us above savages, has come to us from the shores of the Mediterranean*. Ou seja: “Quase tudo o que nos coloca acima dos selvagens, nos veio das costas do Mediterrâneo.”

Num capítulo muito interessante do livro *El problema filosófico*, o jesuíta espanhol Joaquín Iriarte discorre longa e originalmente sobre “as glórias filosóficas do Paralelo 38 N.”, sobretudo quando sai da Ásia e da África e penetra em território europeu. Bastaria lembrar que ele é o Paralelo de Atenas. Entretanto, é muito mais que isso. Ele “passa no centro da cultura jônica, na Ásia Menor; bordeja cidades tão ‘filosóficas’ como Mileto, Éfeso, Colofão, Clazomene; penetrando no Mediterrâneo, beija os muros de Atenas e Corinto; prossegue pelo Estreito de Messina como linha divisória da Magna Grécia e Sicília, sendo, a primeira, sede dos Pitagóricos e dos Eleatas, e a segunda, de Empédocles e Górgias...”. E por aí vai, mostrando que não foi só na antiguidade e num momento casual da História que tal densificação se deu, mas que essa produção cultural, especialmente filosófica, continuou na Idade Média, na Renascença e mesmo depois. E Iriarte interroga: “Será mera coincidência? Ou devemos atribuir o fato a um conjunto de condições étnicas, climáticas e políticas, que aí, precisamente aí, e não em outro lugar, teriam provocado o fenômeno filosofia?” Vale a pena – insiste ele – fazer um pouco de “geofilosofia”?²

2. IRIARTE, Joaquín. *El problema filosófico*. Barcelona: Luis Miracle Editor, 1953. p. 26 ss.

Em nosso caso, poderíamos perguntar se o Mar Interior, esse Mediterrâneo carregado de charme, foi responsável pela história do Império Romano e pela expansão da cultura greco-latina que criou a civilização ocidental cristã, de que usufruímos durante séculos e ainda hoje é nosso útero cultural. Escreveu certa vez Lacordaire: “Entre o Mar Tirreno e os escuros montes dos Apeninos, em volta de algumas colinas, uns poucos salteadores tinham construído suas cabanas. Ao cavarem os alicerces das primeiras fortificações, acharam uma cabeça ensangüentada, e o oráculo afirmou que essa cidade seria a cabeça do universo. Com efeito, se esse bando possuísse uma carta geográfica e, tomando um compasso, o tivesse aberto a trezentas léguas de raio, teriam esses homens visto que estavam no centro de uma multidão de povos da Europa, da Ásia, da África e de todos aqueles países cujas extremidades são banhadas pelas águas do Mediterrâneo. Mas, em lugar de compasso, estenderam eles suas mãos de ferro à roda de si, e começaram um império, que devia ter por limites o Oceano e o Reno, o Eufrates e o Atlas.”³ A geografia certamente cria condições ou empurra a história em determinada direção, mas não define necessariamente o caminhar dos homens, como faz notar um dos historiadores modernos mais respeitados e que estudou muito particularmente a questão da influência da terra sobre a evolução humana.⁴ “A humanidade escapa ao meio natural pela ação do meio interno ou lógico: *a idéia* – a idéia que os homens fazem de seu meio, a idéia que os leva a transformar esse meio – desempenha um papel cuja importância não se pode exagerar. Por sinal,

3. Citado em AZEVEDO, Fernando de. *No tempo de Petrônio — Ensaios sobre Antiguidade Latina*. 3. ed. revista e aumentada. São Paulo: Melhoramentos, 1962. p. 16.

4. Cf. FEBVRE, Lucien. *La Terre et l'évolution humaine — Introduction géographique à l'histoire*. Paris: La Renaissance du Livre, 1922. 472 p.

a humanidade escapa igualmente à influência da natureza pela ação do meio social.”⁵

Análise mais elaborada, mas na mesma direção, se encontra em Fernand Braudel, um dos mais prestigiados renovadores da História em nosso tempo e que, por acréscimo, estudou especialissimamente o Mediterrâneo.⁶ Ele confessa seu deslumbramento com o mar: “Foi para mim enorme surpresa! Eu não conhecia o mar, vejo o Mediterrâneo e confesso que é um presente dos deuses! (...) Vejo subitamente surgir Argel no horizonte. (Argel era a mais bela cidade francesa depois de Paris, e uma cidade muito diferente, com a beleza das ruas, diria, a beleza extraordinária das mulheres. (...) Havia o calor, o vinho, peixes, o que quisesse. Para mim, foi como começar a viver...” Não era a surpresa e o encantamento do turista. Ele era um professor de história e geografia. O futuro historiador do Mediterrâneo acredita que “o mar é o maior documento possível sobre nossa vida passada” e não se pode fazer boa história sem levar em conta a geografia. No fim da vida, Lucien Febvre escrevia: “Na realidade, poderíamos dizer que, em certa medida, foi a geografia que engendrou a história que adotamos.”⁷ Fascinado pelo Mediterrâneo, Braudel foi sentindo e aprendendo que era preciso levar em conta as relações do homem com o meio que o cerca, uma história lenta, quase imóvel. Mas quando ele se aproximava, já não da terra, e sim do mar, essas relações pareciam mais desafiadoras: “Um estudo

5. BERR, Henri. “Avant-propos” à obra de L. Febvre, citado na nota anterior, p. XXI.

6. BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 3. ed. Paris: Armand Colin, 1976. Tome I et II. Obra, aliás, oferecida a Lucien Febvre, “sempre presente”, como “homenagem filial”. De F. BRAUDEL encontra-se em português uma seleção de textos: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

7. Cf. DAIX, Pierre. *Fernand Braudel – Uma biografia*. Tradução brasileira de Clovis Marques. Rio de Janeiro–São Paulo: 1999. p. 60–61, passim.

histórico centrado no espaço líquido tem todos os charmes, mas também todos os perigos de uma novidade.”⁸

Ao falarmos de “gênio” ou “espírito mediterrâneo”, precisamos levar em conta o espaço geográfico, sem nos esquecer dos dois outros aspectos de que fala Braudel no prefácio citado: a história se relaciona também com as economias, os Estados, as sociedades, as civilizações, que formam o “meio” cultural em que os fatos se passam; além disso, perceba-se aquela que se tem chamado a história ocorrencial (em francês: *événementielle*), em que se registram as ocorrências mais de superfície, “uma história com oscilações breves, rápidas, nervosas”; esta é uma história “mais apaixonante, a mais rica em humanidade, a mais perigosa também”. Diz Braudel: “Desconfiemos dessa história ainda ardente, tal como os contemporâneos a sentiram, descreveram, viveram, no ritmo de sua vida, breve como a nossa. Ela tem a dimensão de suas cóleras, de seus sonhos e de suas ilusões.”⁹

||

José Lourenço de Oliveira não pretendeu, em seu livro, fazer uma história da civilização mediterrânea, nem um estudo da geografia do Mar Interior. Colecionou estudos nos quais o leitor atento poderá captar alguns dos traços fortes daquilo que ele chama “espírito mediterrâneo”. Da antiguidade romana ele foi buscar a figura emblemática de Augusto, o gênio político, e a de Horácio, o gênio da poesia. Num outro momento da história, quando se redescobria e se recuperava a cultura greco-romana, já no século XVI, o professor procura um nome representativo do

8. BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée à l'époque de Philippe II*, o. c., Prefácio, p. 15.

9. Id. *ibid.*, Prefácio.

espírito mediterrâneo, tal como este se mostrava naquela época. E escolheu Montaigne, uma personalidade que lembra Petrônio, personagem dos tempos ainda gloriosos mas já dando sinais de decadência da antiga Roma. Saindo da França, apontando para outro tipo de caráter e formação, mas sempre dentro das “águas” do Mediterrâneo, comparece, em contraposição ao espírito preguiçoso e céptico de Montaigne, o gênio ibérico, cavalheiresco, generoso, inquieto, profundamente cristão, capaz de dar a própria vida pelo Cristo e pela Igreja, o gênio de Cervantes, outro “herói da decadência”, como o descreveu e denominou o nosso Vianna Moog, com o estudo “Cervantes e a alma do Quixote”. Em seguida, José Lourenço publica dois breves ensaios, “Estética” e “Disquisição sobre o vocábulo Critério”, para concluir com uma importante “Aula inaugural” sobre a “Humanização do homem”.

•

O professor José Lourenço possuía uma sólida e vasta formação humanística e católica, adquirida em sua adolescência e juventude, sob a orientação dos sábios padres lazaristas do famoso Colégio do Caraça, onde se formaram alguns dos mais influentes intelectuais e homens públicos de Minas Gerais. Sua familiaridade com o latim e a literatura latina era admirável, o que o capacitou a colaborar com o latinista padre Pedro Sarneel, C.M., revisando a versão para o latim e melhorando-a em várias partes, do livro de Henriqueta Lisboa, *Montanha viva — Caraça*, com o título de *Mons vivus seu mons caracensis*.¹⁰ Foi essa

10. LISBOA, Henriqueta. *Montanha viva — Caraça*. Sarnelius et Lautentius. *Mons vivus seu mons caracensis*. Belo Horizonte: Ed. São Vicente, 1977. A edição foi patrocinada pelo Archivum Generale Poetarum Latinorum Brasiliensium, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (São Paulo), em comemoração do ano bicentenário do Colégio e Seminário do Caraça, fundado em 1774.

intimidade com a língua e literatura latinas que deu ao professor J. Lourenço a possibilidade de escrever, não só com competência, mas com excelência, os estudos sobre Augusto e Horácio, que estão no volume sobre o “espírito mediterrâneo”. Foi igualmente isso que pôde ajudá-lo na viagem que fez por Montaigne e sua obra, assim como na compreensão e análise da vida e obra de Cervantes. É ainda isso que lhe possibilita usar com precisão – e sem pedantismo – uma rara opulência vocabular. É verdade que ele escreveu os estudos dessa obra num tempo em que se vivia ainda, e muito, sob a batuta de Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Coelho Neto. Se se tomar o livro *No tempo de Petrônio*, de Fernando de Azevedo, percebe-se imediatamente o mesmo torrencialismo vocabular vigente nessa época no Brasil. Tendo relido agora a obra de F. de Azevedo, pude notar a semelhança de estilo do mineiro caracense com o acadêmico paulistano. Não têm nada do desperdício de adjetivos de Coelho Neto, mas, com um estilo muito forte e original, sabem usar a língua portuguesa com mestria, seja descobrindo novos vocábulos, seja trazendo à tona velhos e preciosos nomes esquecidos, mas bonitos e úteis. Só como aperitivo, cito alguns que fui recolhendo:

1. *Simesmismo*. – Diz J. Lourenço que pôs Montaigne “20 anos de *simesmismo* na execução e perfeição dos *Ensaíos*”. (*E.M.*, p. 71)¹¹

2. *Luor*. – Montaigne disfarça, com aparente audácia, uma posição reacionária, que se defende “não à luz da fé, mas no *luor* da razão”. (p. 73)

3. *Ser havido*. – Montaigne como Descartes, “cada um, em seu tempo, *foi havido* por católico”. (p. 74)

11. E. M. = *Espirito mediterrâneo – Estudos*. Belo Horizonte: Ed. Kriterion, 1951. De agora em diante, as páginas citadas sem outra indicação serão dessa edição do livro de J. Lourenço de Oliveira.

4. *Ondeante*. – Montaigne, “homem diverso e *ondeante*”. (p. 74)

5. *Decorosa e garrida*. – É assim que J. Lourenço descreve a escola sonhada por Montaigne: “... ensolarada e limpa, *decorosa e garrida*, sob a regência de Flora, Alegria, as Graças. Escolas mais de consciência do que de ciência.” (p. 76). Note-se: apesar da garridice de quatro adjetivos seguidos, não nos fica a impressão de exagero. Cada palavra acrescenta alguma coisa ainda não dita.

6. *Mnemonismo*. – O pai de Montaigne quis para o filho uma educação humana, racional, respeitosa, “em tempo de *psitacismo*, *mnemonismo*, *magistrismo*”. (p. 78)

7. *Palafreireiro*. – Lembra J. Lourenço a carta que Gargântua escreve ao filho, que estudava em Paris, reclamando porque, em outros tempos, “até salteadores e *palafreiros* eram mais doutos que os pregadores e doutores do tempo dele, Gargântua”. (p. 78)

8. *Pantagruélico*. – Educação *pantagruélica*. (p. 78)

9. *Quartãs, terçãs*. – Falando do pai de Cervantes, lembra que era cirurgião prático, “que exercia o ofício de sangrar, cataplasmar, topiquear e emplastar, numa terra de gente que só padecia de *quartãs*, *terçãs* e cotidianas; gente, pois, que não carecia de cirurgias ministrantes.” Essa narrativa “regional” de doenças e técnicas curativas, minuciosamente enumeradas, lembra de repente *Sagarana*, de Guimarães Rosa, falando dos bois que os vaqueiros iam tangendo. Há dias, numa entrevista na televisão, certa professora falava da distância entre duas gerações na sala de aula: entre os seus alunos, adolescentes, ninguém tinha ouvido falar em “máquina de escrever”. Quem vai saber o que é “quartã”, “terçã”, sangria, cataplasma, emplasto? No entanto, o pai de Cervantes trabalhava exatamente com essas coisas “estranhas”. Se quisermos contar o que acontecia com ele, temos de conhecer e usar essas palavras, Ou, então, contar uma longa história...

10. *Manchego*. – Cervantes foi atravessando as “terras *manchegas*” (lembremo-nos de “Don Quijote de la Mancha”), ao sabor do “*perambulismo* paterno”. De fato, Rodrigo de Cervantes, pai do menino Miguel de Cervantes, era obrigado a “perambular” de cidade em cidade, atendendo aqueles que precisavam de seus serviços, e, com isso, ia mantendo a sua família.

•

Por aí vai igualmente, perambulando de página em página, o professor J. Lourenço, ajuntando um rico vocabulário pelas terras da língua portuguesa e atiçando nossa fome de aprender. E o leitor não pára de se encantar com a abundância vocabular que cresce em suas mãos, em seus ouvidos, em seu olhar:

...velhos cabos de guerra estavam *concertando planos* com o jovem irmão bastardo de Filipe II... (p. 84)

Criticando o que ele julga ser uma incapacidade espanhola de pensar a longo prazo, fala de uma “ibérica *filosofice agorista*” (p. 85)

Veja-se, na p. 87, quantas palavras e expressões raras se encontram. Raras, mas, no contexto, sobretudo num texto de época, perfeitamente cabíveis: “Quando *se apresara a galera Sol*, também se achava nela, com Cervantes, um seu irmão, Rodrigo, mais moço. (...) Era, pois, seu irmão e *matalote*, como diria Diogo de Couto. Juntos estavam cativos em Argel, enquanto a família, aquela pobre família *sempre nas embiras, provia dinheiros* para o resgate.” (p. 87)

Adiante, chama a Lope de Vega “autor *milemultíparo*” (p. 91). Na p. 94, fala do “egoísmo somo e grosso” que cercava Cervantes. Descrevendo a alma espanhola, contrapõe, ao pragmatismo horizontal da Europa

comerciante e industriosa, a terra de Quixote com sua *verticalidade heril*, a fidalga dignidade de sua *hombria* (p. 97). Ao descrever o gênio de Espanha em relação à Europa, fala do “*caramujismo* de um povo que se recusou *europizar*” (p. 100). Essa Espanha gloriosa, que sonhava com um grande Império, começava a sentir que o sonho acabara. Mas Miguel de Cervantes lobrigou “a figura *esquipática* de um fidalgo montado em seu *rocim* e de um escudeiro montado num jericó” (p. 101). E enquanto a Inglaterra apresentava ao mundo “o *cismarento e abúlico Hamleto*”, a Espanha... (p. 107)

Há centenas, milhares de vocábulos assim, recuperados, criados, descobertos, na prosa de J. Lourenço, sem que fique a impressão de gongorismo ou de um barroquismo de mau gosto. Sem ser exatamente um estilo a ser imitado (é preciso muito equilíbrio e um sólido fundo de erudição assimilada para se poder escrever como o professor José Lourenço, sem parecer pernóstico), os textos deste volume podem enriquecer-nos muito, com seu conteúdo e sua linguagem.

III

Quatro figuras mediterrâneas

Sem fazer diretamente um estudo sobre o “espírito mediterrâneo”, J. Lourenço se dedica a analisar algumas figuras características dessa cultura e dessa região. Duas delas são personalidades do mundo romano antigo: o imperador Augusto e o poeta Horácio.

Augusto “nasceu no ano 63 a.C., filho do senador Caio Otávio, da *gens* Otávia, numa casa do Palatino, bairro aristocrático de Roma”, e recebeu então o nome de Caio Otávio. “Augusto é, pois, um romano de Roma”, assinala J. Lourenço. E um *patrício*, isto é, fazia parte das

famílias mais ilustres da aristocracia romana. Pelo lado da mãe, ligada à família de César, era mais ilustre ainda e pertencia à *gens* Júlia, “de antepassados míticos, entroncando-se em Julo, filho de Enéias e neto de Vênus”.

No ano de seu nascimento, Cícero refulgia no Senado, no auge de sua oratória frondosa e fustigava Catilina e uma assembléia de corruptos, que planejavam abocanhar o poder. Naquele ano ainda, “César – devasso, dissipado, gastador, incrédulo, – era eleito grande Pontífice, na vaga de Cecílio Metelo Pio. E César era tio de Augusto”.

É dessa maneira forte e instigante que J. Lourenço conta a história de Augusto. São 33 páginas que se lêem com encanto. A narração da morte de César, uma morte, entretanto, que todos conhecem de algum modo, ganha no livro uma página antológica, como se nunca tivéssemos lido nada sobre ela antes. Mas tudo o mais, nessa história da formação de Augusto, na sua vida, nas suas tramas e astúcias, no relacionamento com Antônio, no golpe aplicado sobre a espertíssima *vamp* Cleópatra, até a formação do Império, sua pacificação, sua consolidação – é uma belíssima obra literária. Com aqueles personagens reais, mas que tinham algo de heroísmos e degradações míticas, J. Lourenço conseguiu - mostrar como um bom narrador pode transfigurar (sem desfigurar) os fatos.



Já Horácio é um romano de Venusa, na Apúlia, mais ao sul, no calcanhar da bota. Amigo de Vergílio, de Augusto, protegido de Mecenas, levou uma vida inteiramente dedicada à arte, especialmente à arte poética. Um de seus poemas mais conhecidos, aliás, a *Carta aos pisões*, acabou sendo chamada *Ars poetica*, graças à influência de Quintiliano. Ao lado dos apaixonados guerreiros, políticos, aventureiros,

amantes (ver Marco Antônio e mesmo César), o gênio latino expressou-se também pela contenção, pelo equilíbrio, pelo comedimento. Horácio é a figura do homem clássico, modelo de moderação. Ele e Vergílio “são do tempo em que a prosperidade geral e a calma vespertina da grandeza romana haviam ensejado uma possibilidade incrível: fechar-se o templo de Jano, por falta de guerras...” (E.M., p. 41).

O professor Lourenço procura mostrar que é sobretudo em épocas como a nossa, em que vivemos o fim de um mundo e ainda não se desenhou a figura do mundo futuro, que precisamos da lição de um Horácio ou de um Vergílio. Lição, contudo, difícil de aprender, pois os mestres falam uma língua que não é mais a nossa. Horácio já percebia alguma coisa dessa situação na gloriosa Roma de seu tempo. A Poesia andava ali como a “estrangeira” de Castro Alves, “ao céu pedindo estrelas; à terra, um pobre lar”. Muitas vezes, a Poesia tinha de se retirar dos “teatros de Roma, quando a turba ignara, em meio pleno da representação, gritava pedindo ursos e pugilistas”: “*Media inter carmina poscunt aut ursum aut pugiles*” (*Epist. ad Augustum*, I, L. II, verso 185).

Descrevendo o ruído da multidão, diz o poeta, nessa mesma Epístola, que “lembrava o mugido das florestas do Monte Gargano ou as águas do Mar Toscano”: “*Garganum mugire putes nemus aut Mare Tuscum*” (ibidem). E, apesar de sua moderação, Horácio via com pessimismo a situação da arte em Roma: a cidade era atrasada demais, materialista demais, apesar da riqueza e do poder que conquistara. Querer mudar a situação parecia inútil: era como tentar contar uma história a burro surdo: “*Narrare putaret asello fabellam surdo*” (*Epist.* I, L. II, v. 200).

Não obstante estarmos hoje em situação semelhante, ouvindo os ursos e pugilistas de nossos estádios e o ruído ensurdecido das arquibancadas, ou ensurdecendo com os festivais de *rock* ou os trios

elétricos pelas ruas, o professor se atreve a fazer um “Florilégio” de frases cheias de sabedoria da *Carta aos pisões*. Ele seleciona, cita e traduz sessenta pensamentos horácianos que o leitor terá satisfação em ler e assimilar.

Desse momento alto do mundo antigo, em que o poder se transformava em hedonismo e a riqueza em luxo e orgia e a sociedade começava a sentir, com a decadência dos costumes, a carência das virtudes básicas da austeridade, da palavra dada e respeitada, da frugalidade e da coragem; quando os melhores começavam a apelar para a filosofia estoica e um certo ascetismo de vida, J. Lourenço dá um salto de quase 1.500 anos sobre os séculos de decadência e dissolução do Império Romano, passa por cima da invasão dos bárbaros e a lenta, lentíssima evolução da Idade Média e da Renascença, e cai nos primeiros anos de uma nova decadência e da ruptura da cristandade ocidental com a chegada da Reforma Protestante, a descoberta do Novo Mundo, a formação do Império Ibérico e o Mediterrâneo sob Filipe II. Novo instante histórico de passagem, novo momento de cumeada e início de decadência.

Aparecem, então, duas outras figuras impressionantes: na França, Michel de Montaigne; na Espanha, Miguel de Cervantes. “Com a pólvora, a bússola e a imprensa”, observa J. Lourenço, “no século XVI, a História iniciou a confeição do mundo moderno” (p. 61). E lá vem um paradoxo: “a pólvora ajudou a democratizar o Ocidente, transformando o direito e glória de combater num encargo vulgar, pois é natural do João-ninguém, não já de senhor de espada e lança, menear bombardas, colubrinhas, basiliscos, serpentinas, falcões, arcabuzes. Dispensando o

braço nobre do herói, a guerra começou a valer-se da inteligência do condutor e da mão ignóbil de unidades gregárias. (...) A democracia nasceu também do fuzil e do canhão. O núcleo humano, tomando consciência de seus instintos e sonhos, foi passando do estado medieval de rebanho ao estado de plebe; do estado de plebe, aos momentos de quase povo, dos dois últimos séculos." (p. 62). "Com a bússola, o Século XVI alargou o mundo, arredondou a terra e começou a criar este globo como ele é." (p. 63). "Com a imprensa, a Europa voltou ao tempo antigo, à civilização greco-romana, ao racionalismo helênico redivivo, que recluiu o homem no homem", "criou o mundo antropocêntrico, dele relegando, progressivamente, a divindade, postergando o ideal medievo da posição teocêntrica, primeiro passo rumo ao dessacralismo contemporâneo." (p. 63)

O estudo do professor J. Lourenço mostra a extravagante formação do menino e adolescente Montaigne e o que aconteceu com o homem Montaigne, vítima daquela formação, e com seus *Ensaio*s, livro único. Tudo nele o prepara para uma vida ociosa e um pensamento céptico. Seu cepticismo, porém, deixava, meio contraditoriamente, espaço para a religião e a fé prática. Montaigne procurou, com a ajuda de seus autores preferidos, gregos, latinos ou franceses, falar sempre do HOMEM, do homem universal, tal como ele conseguiu senti-lo. Ele leu esse homem sobretudo olhando para si mesmo e assim pôde escrever no fim do prefácio dos *Ensaio*s: "Assim, leitor, sou eu mesmo a matéria do meu livro: não há razão para que empregues teus momentos de lazer em um assunto tão frívolo e tão vão. Adeus, portanto."

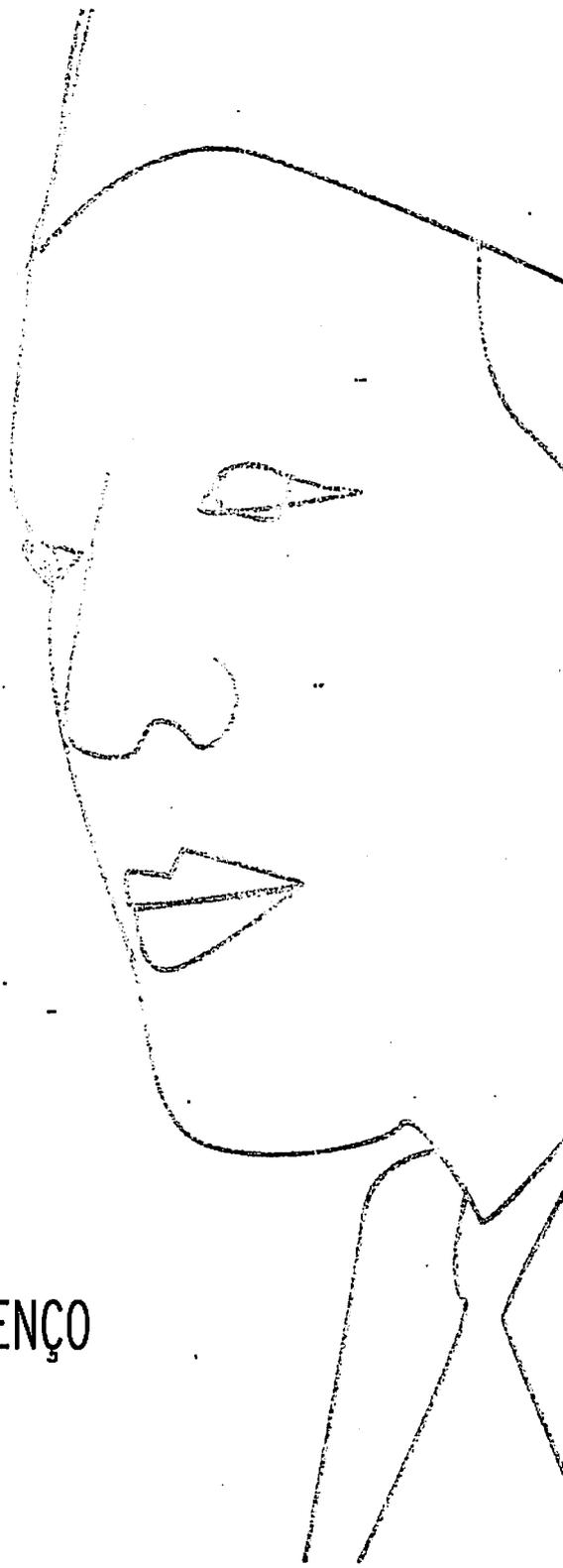
•

Tendo retratado a alma céptica e indolente de Montaigne, expressão do fim da Renascença, J. Lourenço apresenta-nos Cervantes, um contraste quase total com tudo o que era Montaigne: pobre desde criança, lutando para estudar, aprendendo a amar a pátria e a Igreja, tentando vencer na vida dolorosamente, alistando-se como soldado de Filipe II, fazendo questão de colocar no seu currículo a guerra contra os mouros e a batalha gloriosa de Lepanto, na qual entrou doente – com a idéia de ser mártir – e da qual saiu ferido no peito e na mão esquerda (o que lhe valeu a alcunha de “O Manco de Lepanto”), Miguel de Cervantes era um inquieto, não desanimava nunca, não obstante muitos, muitíssimos reveses. Seu *Dom Quixote*, iniciado como uma crítica irônica do mundo da cavalaria, que estava morrendo com Filipe II, acabou por se tornar um “apólogo da alma ocidental”, como escreveu Santiago Dantas; é a Espanha sangrando e entregando-se ao sonho, à fé, ao heroísmo, no meio de um mundo que se afastava de Cristo. É um último arranco da “verticalidade medieval”, dentro de um mundo horizontalizado. Escreveu J. Lourenço: “Segundo é pacífico entre os críticos, D. Quixote é a mais perfeita criação da literatura universal.” E acrescenta: “Mas D. Quixote é também a melhor encarnação da verticalidade medieval, pela fé no ideal, no valor do esforço, no triunfo da justiça, no mérito do sacrifício, na luta contra o mal.” (p. 103). Cervantes era um pouco Dom Quixote. Tendo a vida inteira feito maus negócios; tendo escrito incansavelmente, para ganhar uns dinheiros e manter sua família; tendo ido parar na cadeia várias vezes, por engano, ou por inadimplência, ou por maldade dos homens, nunca perdeu a esperança. Quando seu novo livro começou a decolar inclusive comercialmente e o dinheiro jorrava, ele havia feito voto de pobreza e o bom negócio não lhe interessava mais. O importante é que escrevera um livro imortal. E se o livro alimentava a vontade de rir, o autor

dominava a vontade de zombar. Dom Quixote aparece, nas últimas horas de vida, como alguém inteiramente curado de suas loucuras. “Senhores, fui louco outrora; agora, porém, sensato. Fui Quixote da Mancha, agora sou Alonso Quixano, o Bom.” São suas palavras diante do cura, do bacharel e do barbeiro. Cervantes “consagra o valor da verticalidade desse S. Francisco de Assis das cavalarias andantes a que o ideal tomara de cheio, em tempos de horizontalidade, fragmentismo e generalização corruptora da filosofia do êxito.” Nele a Espanha dava uma resposta ibérica ao horizontalismo, que se estendia pela Europa. (p. 106)

Esse horizontalismo que se expressava no materialismo da economia, na dúvida sobre os valores evangélicos, na voluptuosidade da “epicurice instintiva e pagã do Renascimento”, num olhar fixo em direção à Terra. Cervantes quis rir de seu herói. Foi vencido por ele, pela generosidade dele, pela simpatia dele, pela humanidade dele. “Depois de vencer a malícia de seu repórter, D. Quixote vence todas as maldades”, escreve José Lourenço.

Gostaria que meu possível leitor se sentisse atraído para ler o livro do professor José Lourenço de Oliveira. Sairia dessa leitura certamente enriquecido.



PARTE 3

O CARAÇA DE LOURENÇO

A POESIA TRANSCODIFICADA

Ângelo Vaz Leão*

Dada a harmonia solidária do cosmos, em que todas as coisas se acham relacionadas, podemos compreender que as diferentes ciências, ao longo de sua história, tenham contraído débitos entre si, fazendo empréstimos umas com as outras, seja no plano da metodologia, seja no plano dos conceitos e da nomenclatura.

Para dar apenas dois exemplos, lembremos, primeiro, que a noção de estrutura, cujo germe se encontra inegavelmente na lingüística saussuriana, tornou-se básica na antropologia de Lévy-Strauss, desenvolvendo-se no Estruturalismo, que acabou por transmitir-se às diversas ciências humanas e sociais. Se, nesse processo, a lingüística é credora, em outros, porém, ela é devedora. E aqui vai o segundo exemplo. Foram as ciências das telecomunicações que desenvolveram e refinaram o esquema do processo da comunicação, apenas esboçado por Saussure, sob a denominação de "circuito da fala". O que, no genial lingüista suíço, era um esquema de comunicação interpessoal, imediata,

* Professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora titular da PUC Minas.

com os falantes em presença, transformou-se numa rica teoria da comunicação, sem limites de interlocutores, de espaço e de tempo.

Nesse processo de trocas comunicativas, a língua funciona como código, isto é, como um sistema de sinais ou de signos, com os seus componentes – o significante, o significado e o vínculo que os une –, que Saussure figura por algumas imagens, como, por exemplo, a da moeda com as suas duas faces.

Mas foi a engenharia de telecomunicações que explorou ao máximo essa concepção e a transformou em teoria produtiva, não só estendendo-a até os seus limites atuais, que certamente ainda serão ultrapassados para muito além do que é hoje imaginável, mas também extraindo dela todas as aplicações que se colocam entre as grandes maravilhas do mundo contemporâneo.

Pois bem. Nessa teoria, se a língua é entendida como um código, segue-se que o mais simples diálogo entre interlocutores da mesma língua materna será entendido como uma seqüência de codificações e descodificações alternadas, que transformam conteúdos mentais em matéria sonora, e nova matéria sonora em novos conteúdos mentais. A chave da correspondência entre os elementos dos signos, para a codificação e a descodificação da mensagem, acha-se no código que é a língua materna – sistema de signos que, no processo de aquisição da linguagem, o cérebro vai armazenando naturalmente, com notável intensidade na infância e menos intensamente, porém sem interrupção, pela vida afora, a não ser em casos patológicos. É claro que, até aqui, estou falando da língua oral, da qual a escrita não passa de um sucedâneo, sujeito a novo tipo de código e dependente de aprendizagem, em geral feita na escola. No decorrer desta introdução, só estarei pensando em falantes alfabetizados, capazes de emitir e receber mensagens na língua materna, tanto no seu uso oral quanto no escrito.

O diálogo entre os interlocutores de línguas maternas diferentes é ainda mais complexo: exige que o conteúdo mental da mensagem, expresso em significantes de determinada língua, seja decodificado nessa mesma língua e imediatamente transcodificado. Isto é: o significado é transposto para outro código ou outra língua – o que pode fazer-se diretamente, em seqüência imediata, ou por meio de um intérprete.

Toda tradução é, pois, um exercício de transcodificação, cujo desafio é a conservação da mensagem da língua de partida, com o seu conteúdo intacto ou pelo menos muito próximo, na língua de chegada, não obstante a especificidade das duas estruturas lingüísticas diferentes.

Porém, quando se trata de poesia, conservar a mensagem não basta. É preciso também conservar a poeticidade da mensagem, que às vezes excede de muito o mero conteúdo denotado. Segundo José Paulo Paes (1990), que de poesia e de tradução entendia como poucos, a poeticidade de um texto é função de sua organização lingüística. Ora, a organização lingüística do texto depende, de um lado, das potencialidades da língua, e, de outro lado, da capacidade do autor de jogar com essas potencialidades, explorando-as de forma criativa. No caso do texto poético, a essa capacidade de jogo lingüístico deve somar-se uma dose de ousadia do poeta, para que, por meio de operadores poéticos, se perturbe a organização lógica do discurso, se altere o encadeamento linear das idéias. Além dos operadores poéticos mais comuns como o metro, a rima, a estrofação, as formas fixas, outros há que, na sua combinação e dosagem, podem caracterizar o estilo poético em diversos graus, desde o de um poeta, até o de um gênero, ou de uma época. Pense-se, por exemplo, na utilização típica de inversões, anáforas, elipses, metonímias, metáforas, epítetos deslocados, e todo tipo de desvios em relação a uma sintaxe simplesmente denotativa.

Assim, na definição de José Paulo Paes, se se tomar como parâmetro a norma culta, associada às exigências do discurso lógico, pode-se,

sem blague, entender a organização lingüística do poema como uma verdadeira desorganização, consciente e premeditada, que cria suas próprias normas internas, em favor de certa coesão poética.

Conservar a poeticidade do texto na sua tradução constitui, portanto, tarefa das mais complexas, pois a transcodificação, em primeiro lugar, é um ato hermenêutico por excelência, que exige do tradutor uma penetração no significado integral do poema; e, em segundo lugar, é um jogo com duas línguas estruturalmente diversas, jogo que, utilizando operadores poéticos diferentes, procura produzir em ambas efeitos de sentido análogos.

Voltando a José Paulo Paes, que tanto escreveu por si quanto traduziu – e foi mestre em ambos os tipos de escrita –, lembre-se que ele considera mais difícil traduzir do que escrever por conta própria, avaliação que pode parecer estranha a alguns leigos. Mas pensemos um pouco. Suponhamos alguém que conheça igualmente bem a sua língua materna, o português, e uma língua estrangeira, como, por exemplo, o inglês. O que lhe será mais fácil, ou melhor, menos difícil: construir um texto poético na sua língua de uso diário, ou traduzir outro, da língua estrangeira, sem deixar que se perca a poeticidade do original? Traduzir Shakespeare ou Longfellow, por exemplo, conservando toda a poeticidade de seus textos?

Quem cria o texto sofre as coerções da sua língua, da tradição literária, do gênero escolhido, sem falar nas exigências de suas próprias concepções discursivas e poéticas. Mas quem traduz, além de estar submetido a essas mesmas restrições, sofre outras, como as de um estilo particular, de um autor particular, de uma língua particular, de onde deve partir para criar, com recursos diferentes, efeitos análogos ao do texto original. Talvez por isso se possa dizer que não há tradução livre, no sentido pleno do termo. O tradutor está sempre limitado pelos

parâmetros do texto que traduz, isto é, pela sua semântica e pelas condições de sua realização.

Na poesia a ser traduzida, somam-se, pois, a semântica do significado e a semântica do significante, que também deve ser objeto da tradução. E essa dificuldade se torna tanto maior quanto mais condensada for a linguagem poética de partida.

Esse é o caso da poesia de Henriqueta Lisboa, cuja concisão deliberada retrata a timidez, o recolhimento da autora. Ao longo de sua obra, encontram-se poemas feitos quase só de implícitos, de palavras contidas que é preciso adivinhar.

Cite-se, como exemplo dessa economia expressiva, a primeira parte do poema "Na morte", onde dez versos contêm apenas um verbo – *nos encontraremos* – repetido no primeiro e no décimo versos. Tudo o mais são substantivos, às vezes preposicionados, exercendo funções de núcleos de sintagmas adverbiais ou de apostos, sendo os substantivos nucleares modificados por pouquíssimos adjetivos. Leiamos:

Na morte

Na morte nos encontraremos.

Sim, na morte.

Tempo de consórcio e de vínculo.

Depois de caminhos extremos.

Quer pelo sul ou pelo norte.

Ao término de circunstâncias:

Passos certos ou perdidos.

Sem palavras nem sentimentos,
com simplicidade suprema.

Na morte nos encontraremos.

("Na morte", in: *Lírica*, 1951, p. 48-49)

Pode-se bem imaginar a dificuldade da tradução de poesia tão densa e tão contida. Ainda assim, porém, a obra de Henriqueta não deixou de provocar bons tradutores, que, em geral, não a verteram na íntegra, mas dela traduziram poemas selecionados. Deixando de lado as traduções para o húngaro e o búlgaro, línguas que não conheço, vou citar as traduções que chegaram às minhas mãos e cujos textos se acham ao alcance da minha leitura.

Nas línguas românicas, disponho de apenas duas traduções: uma tradução para o francês, de 76 poemas, tirados de livros que vão de *Velário* a *Miradouro*, sob o título de *Poèmes choisis*, da autoria de Vera Conradt, edição particular da Autora e da Tradutora; e outra, para o espanhol, de 22 poemas, traduzidos por Angel Crespo e publicados na *Revisia de Cultura Brasileira*, que ele dirigia em Madri.

Nas línguas germânicas, o que há de mais importante é o trabalho de Blanca Lobo Filho. Professora emérita da Universidade Estadual de Portland, nos Estados Unidos, lá defendeu a dissertação *The Poetry of Emily Dickinson and Henriqueta Lisboa*, em 1973, organizando em seguida uma antologia trilingüe de 33 poemas, nas suas versões para o inglês e para o alemão, acompanhadas do original português. A edição saiu em 1978, pela Norwood Editions.

Além disso, existe uma magnífica tradução para o latim, única tradução de um livro completo de Henriqueta. Trata-se de *Montanha viva - Caraça* (1972). A tradução, *Mons vivus seu mons caracensis* (1977), tem uma história curiosa. Feita a quatro mãos, começa com o padre Pedro Sarneel, que desiste da tarefa no meio do caminho, encerrando na gaveta os poemas traduzidos. E termina com o professor José Lourenço de Oliveira, que complementa o trabalho de Sarneel, submetendo-o a cuidadosa revisão, sem poupar sequer o título do livro. O padre Sarneel traduzira *Montanha viva* por *Mons vitae*, substituindo

o adjetivo por um substantivo no genitivo – “Montanha da vida” –, o que altera o sentido metafórico do sintagma. Já o professor Lourenço respeita a concepção original de Henriqueta, traduzindo *Montanha viva* por *Mons vivus*, forma que prevalecerá na publicação. Finalmente, para assinar o trabalho, adotam os pseudônimos Sarnelius et Laurentius, formas latinizadas de Sarneel e Lourenço.

Ouçamos os dois tradutores, na edição bilíngüe de 1977, organizada pelo padre Lauro Palú, sob os auspícios da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, SP.

Diz o padre Sarneel que traduziu para o latim os quarenta poemas de *Montanha viva* “constantemente impelido por um forte sentimento de admiração” pelo Caraça, pela sua paisagem, pelo latim. Fala, em seguida, da dificuldade do trabalho da tradução, maior, segundo ele, do que a da composição na própria língua:

Traduzir é difícil. Compor é mais simples. As musas, então, acorrem numerosas. Todas inspiram. E sem compromisso, larga-se uma para acompanhar outra. Quem traduz não pode voar para onde e por onde a imaginação o leva. Tem de pensar e escrever como o seu modelo pensou e escreveu. Deve retratar o mais exatamente possível a personalidade moral e literária do autor original, a profundidade e elevação dos seus conceitos e imagens, o colorido e a música do seu estilo. Mesmo uma tradução livre está presa à inspiração de outrem. (p. 18)

Como se vê, a opinião do padre Sarneel coincide com a de José Paulo Paes: quando se trata de textos literários, a tradução é mais difícil do que a redação original. É evidente que tal comparação só é possível e válida no caso em que o autor da tradução e o da redação original são o mesmo. Adverte ainda o padre Sarneel que o mais difícil é traduzir para o latim, língua hoje desconhecida da maioria:

É tarefa ingrata traduzir uma língua viva que todos entendem para uma língua morta que ninguém fala, poucos estudam e muitos ignoram totalmente. Não é fácil verter para o latim, com propriedade e precisão, uma página escrita em vernáculo castiço, puríssimo. Eu o sabia antes de principiar a latinizar *Montanha viva*. Mas o amor tudo empreende e muito consegue. (p. 18)

Após considerar, em tese, a dificuldade de qualquer tradução para o latim, alude às suas dificuldades pessoais para traduzir *Montanha viva* e justifica sua desistência temporária do trabalho:

Comecei a traduzir com otimismo. Bem cedo, porém, desanimei. É impossível vestir elegantemente com roupagens à antiga uma composição literária de estrutura moderníssima. (...) Desisti. Fechei dentro da gaveta os meus primeiros rascunhos, os meus pobres ensaios e arranjos.

Tinha cruzado os braços. Mas Horácio me aconselhava que continuasse a malhar na bigoma da minha tenda. Ovídio me prometia que o amor havia de superar todos os obstáculos, e Virgílio me assegurava que o trabalho perseverante tudo vence. (p. 18-19)

Assim, o padre Sameel, apoiado em ninguém menos que Horácio, Ovídio e Virgílio, retomou a tradução. Rasgou todo o trabalho já feito e compôs outros versos, não mais na métrica clássica latina, mas na dos poetas cristãos da Idade Média. Concluída a tradução, ofereceu-a “à autora do mais belo livro que se escreveu sobre o Caraça do Irmão Lourenço e dos filhos de São Vicente: *Montanha viva. Mons vitae*”. (p. 20)

Ouçamos, agora, a palavra do outro tradutor, o professor José Lourenço de Oliveira, que, como assinalamos, revisou todo o trabalho do padre Sameel, alterando-o substancialmente a partir do título. O novo tradutor começa por uma declaração modesta de autoria, onde se adivinha a mesma timidez de Xavier, seu pseudônimo na narrativa autobiográfica *Xavier e o Caraça* (1987). Diz o professor Lourenço:

Mons vivus tem dois autores: um, professor do Caraça no início do século, foi perito em poesia latina: é o saudoso Padre SARNEEL, falecido em 1963; o outro é ex-aluno do Caraça, entre 1916 e 1922. (p. 21)

Ao padre Sameel define como “perito em poesia latina”. E a si mesmo, apenas como “ex-aluno do Caraça”. Coisa típica da personalidade do grande Mestre, que havia aprendido, no próprio Caraça, a virtude vicentina da humildade. Mas continuemos com as palavras do professor Lourenço:

É rotina comum traduzir do latim ao vernáculo, não porém traduzir ao latim, língua que deixou de ser primeira, quando deixou de ser nativa para um povo; a posse de meia força que oferece aprende-se na fala escrita dos antigos, muito sujeita a mitos de exegese, na mal segura diacronia do passado; no íntimo vigor de seu poder, sumiram-se matizes da cor autêntica, vernáculo; isso dificulta traduzir ao latim, sobretudo uma poesia moderna como a de HENRIQUETA LISBOA, dona de claros ritmos recentes, onde voga a beleza, ora em largos de sinfonias de Beethoven, ora em leves de suavidade à Debussy. (p. 21)

Após essa interessante aproximação entre ritmos poéticos e ritmos musicais, o professor Lourenço explica, como já fizera o padre Sameel, a impossibilidade de traduzir *Montanha viva* em metros clássicos latinos. Mais adequado será o ritmo moderno, isto é, “pós-românico”, baseado no acento de intensidade. A essa “infidelidade instrumental” em relação à forma externa da língua latina, poderá somar-se certa “infidelidade semântica”, devida a traços da “forma interna do idioma”. Maior, porém, será o esforço do tradutor para, não obstante essas diferenças, conseguir preservar a mensagem do original:

Tivemos pois de transigir, ao ver que não podia espartilhar-se, em metro horaciano, o lucro estético de *Montanha viva*. Usou-se, em vez da métrica romana, a intensidade pós-românica do metro; em vez de certos ritmos liberados, na música da autora, um nivelar mais comedido, nos versos em

latim; em vez de rimas, quase como querendo compensar, uma presença intencional de muitos dácilios finais. Com essa infidelidade instrumental, insinuou-se, inevitável, a coleante infidelidade semântica, tributo costumeiro, pagado à forma interna do idioma; faz-se maior o esforço de criar, quando se quer obter, por outras sintonias, a mesma comunhão do original. (p. 21)

O professor Lourenço cita em seguida Santo Tomás de Aquino, que recomenda aos tradutores conservar a sentença, isto é, o juízo que ela expressa, mas mudar o modo de falar, segundo as propriedades da língua para a qual estiverem traduzindo: *Servet sententiam, mutet autem modum loquendi, secundum proprietatem linguae in quam transfert.* (p. 21)

Com a habitual modéstia, conclui o professor Lourenço os seus esclarecimentos, deixando que valha, ao menos, a intenção dos tradutores de “louvar o Caraça, estância onde o latim foi mais mineiro e o Brasil foi mais cultura ocidental”. (p. 22)

Com efeito, o latim, língua universal do Ocidente por vários séculos, talvez depois do ano mil começou a perder terreno para os romances em formação. O fenômeno foi continuando nas línguas românicas: o latim foi aos poucos sendo abandonado, primeiro no uso oral cotidiano; depois na literatura; em seguida e sucessivamente nas ciências, no direito e na filosofia; e por fim, quase nos nossos dias, na teologia e na prática litúrgica. Não deixou, entretanto, de ser o celeiro onde as línguas vernáculas vão buscar vocábulos prontos ou radicais e afixos a combinar, para denotar as novas conquistas da ciência e da tecnologia e os novos conceitos que a mente humana vai concebendo. Não deixou, também, de ser uma reserva lingüística onde textos de qualquer língua, inclusive os poéticos, podem encontrar nova forma de expressão.

Foi o que ocorreu, como já vimos, com *Montanha viva – Caraça*, de Henriqueta Lisboa, obra transcodificada, ou simplesmente traduzida,

do português para o latim. Devem ter sido imensas as dificuldades dessa tradução, que é o objeto principal deste trabalho. Como dão a entender os tradutores, tratava-se de encontrar correspondência para uma sensibilidade moderna em outra língua, que, fazendo parte de uma cultura antiga, também era (numa contradição aparente) a sua síntese.

As próprias estruturas lingüísticas das duas línguas, a latina de natureza mais sintética e a portuguesa de natureza mais analítica, já eram suficientes para explicar que os textos portugueses se traduzissem em textos latinos mais curtos e mais densos. Leiamos parte de um poema, retirado da edição bilíngüe de *Montanha viva* (1977), recortando dele apenas as duas primeiras estrofes, isto é, um dístico e uma quadra:

A flor de São Vicente

Do caule esguio em pendor,
três pétalas – uma flor.

Humildade. Simplicidade.
Caridade. Ó penhor!
De que maneira se há de
aproximar dessa flor?

(p. 108)

Trata-se do poema “A flor de São Vicente” (p. 108-109), que canta essa flor única, síntese das virtudes vicentinas, simbolizadas pelas três pétalas – a humildade, a simplicidade e a caridade. Essas virtudes se estendem metonimicamente ao fundador do Caraça e ao próprio Colégio, que pode ser evocado, sem nenhuma dificuldade, pelo substantivo “flor”, já que, em latim, *flor* tem o gênero masculino, como o português “colégio”. A tradução latina reestrutura completamente as estrofes, passando os dois primeiros versos da quadra para o final do dístico. Daí resulta uma

estrofação diversa da do original, isto é, de um dístico seguido de uma quadra faz-se uma quadra seguida de um dístico na tradução latina:

Flos vicentius

Tenui de caule
flos unus pendet, trifolium.
Humilitas Simplicitas et Caritas.
Oh pignus!

Ad florem
quomodo accedere?

(p. 109)

A reestruturação estrófica do professor Lourenço reconstruiu também o sentido, reagrupando as idéias de forma mais coesa. Expliquemos. O determinante indefinido “uma”, em “uma flor”, isto é, “uma flor qualquer”, torna-se numeral em latim, *flos unus*, já que o latim sequer possuía artigo. A tradução inverte com vantagem a ordem dos elementos do sintagma original, *flos unus*, que significa não “uma flor”, mas uma “flor única”. Além disso, a expressão *flos unus* ganha maior densidade graças à condensação do seu aposto descritivo, “três pétalas”, que é traduzido em uma só palavra, *trifolium*.

Essas três pétalas simbolizam as três principais virtudes vicentinas: “Humildade, Simplicidade, Caridade”. O conjunto das pétalas – a flor – simboliza o Colégio e, metonimicamente, o seu Fundador. Na estrutura da tradução, as três virtudes (*Humilitas Simplicitas et Caritas*), integradas pela supressão do ponto final que as separava, passam a completar o dístico, logo em seguida à descrição da flor, como se fossem um aposto. O poema ganhou em coesão e em coerência interna.

Os dois últimos versos da quadra original passam a ser, na tradução, um dístico separado: *Ad florem/ quomodo accedere?* “É uma interrogação retórica: interrogação reflexiva, “como alcançar essa flor?”, que o poeta dirige a si próprio, sem pedir resposta a nenhum interlocutor. Essa tradução, comparada aos versos do original, “De que maneira se há de/ aproximar dessa flor?”, mostra-nos um caso exemplar do sintetismo latino, em oposição ao analitismo românico: com apenas quatro palavras do latim (*Ad florem quomodo accedere?*), traduz-se o pensamento contido em nove palavras do original português.

Para proporcionar aos que dominam pouco o latim uma melhor idéia do alto teor da tradução, conviria fazer uma comparação, envolvendo o original, a versão latina do dístico e uma retroversão portuguesa, que nada mais seria do que uma leitura literal do texto em latim:

| | |
|-------------------------|--|
| Original português: | De que maneira se há de aproximar dessa flor? |
| Tradução latina: | Ad florem quomodo accedere? |
| Retroversão portuguesa: | A essa flor, como chegar? |

Esse é um caso exemplar das virtudes do sintetismo latino, mas não é um caso único. A comparação de *Montanha viva* com *Mons vivus* poderia dar a qualquer estudioso do latim inúmeros exemplos desse traço contrastivo, que opõe a sintaxe do latim à das línguas românicas. As circunstâncias do momento, porém, não me permitem estender-me em outras análises contrastivas desse traço.

O que fica evidente daí é que, em qualquer tradução, mas principalmente na tradução literária, são os efeitos de sentido que importam, não os recursos utilizados para produzi-los.

Passemos a outro traço estilístico que, agora no campo da sintaxe figurada, distingue os dois textos, o vernáculo e o latino, de *Montanha viva*. Observemos como os efeitos de uma anáfora em um poema de Henriqueta Lisboa são obtidos, em latim, graças a outros recursos, usados pelos tradutores. No poema "Solidão" (p. 34-35), estruturado em cinco tercetos e um dístico final, destaca-se, em todas as estrofes, o uso anafórico do verbo "fala", com que se iniciam cinco versos do poema:

Solidão

Um homem na solidão
– que perene solilóquio! –

3 fala profundo a si próprio.

Fala a Deus em termos claros
a fluírem das mesmas águas

6 pela eternidade em curso.

Fala com tremor na voz
para que relvas e musgos

9 a palavra testemunhem.

Fala com os ventos diversos
para que a mensagem levem

12 aos ouvidos do horizonte.

Fala com o penhor das rochas
para que as estrelas o ouçam

15 desde a pedra em que se assenta:

"Da pedra da solidão

17 hei de levantar um templo."

(p. 34; grifos acrescentados)

Solitude

Vivens vir in solitudine
perennique soliloquio

3 altissime secum loquitur.

Clarum verbum Deo loquitur
fonte quod ab uno profluens

6 in aeterna tendit tempora.

Cum tremore in voce loquitur
verbis suis utqui praebeant

9 herba et muscus testimonium.

Ventis et diversis loquitur
utqui secum nuntia deferant

12 horizontes usque terminos.

Celsis rupibus et loquitur
voce tanta ut id e lapide

15 ubi sedet audiant sidera:

"Hic e petra solitudinis

17 extruam Dei aedificium."

(p. 35; grifos acrescentados)

A tradução do professor Lourenço produz em nós a mesma profunda impressão: a vida solitária de um homem nas montanhas de Minas se enche de um “perene solilóquio” em que ele fala primeiro a si próprio, depois a Deus e finalmente aos elementos da natureza circundante, como se quisesse tomá-los em testemunho e aval da sua promessa ou do compromisso assumido consigo mesmo: “hei de levantar um templo.” O uso reiterado da forma verbal “fala”, em anáfora no original (v. 3, 4, 7, 10 e 13), produz efeitos de sentido que, na tradução latina, se conseguem graças à repetição do verbo latino correspondente – “loquitur” –, usado, porém, em epístrofe. Não importa que a reiteração se dê no início ou no final dos versos: o importante é a ênfase conferida à necessidade de comunicação que experimenta o homem solitário.

A qualidade da tradução é indiscutível. Para melhor percebê-lo, destaquemos do poema o primeiro terceto, com sua tradução, seguida de mais um exercício de retroversão, que reconduz o texto latino, quase ao pé da letra, a uma nova versão portuguesa:

| | |
|-------------------------|-------------------------------|
| Original português: | Um homem na solidão |
| -- | -- que perene solilóquio! -- |
| | fala profundo a si próprio - |
| Versão latina: | Vivens vir in solitudine |
| | perennique soliloquio |
| | alússime secum loquitur |
| Retroversão portuguesa: | Vivendo na solidão, um homem, |
| | em interminável solilóquio, |
| | profundamente consigo fala. |

Segundo nossa análise, algumas soluções estilísticas da tradução parecem superar as do original. Porém, se, em “A flor de São Vicente”/

Flos vicentius, essa superação se devia às qualidades da própria língua latina, principalmente ao seu sintetismo, já no poema "Solidão"/ *Solitudo*, esse fator se soma à habilidade dos tradutores. Com efeito, em vez de apenas situar o sujeito "um homem"/ *vir* numa circunstância de lugar, real ou virtual, isto é, "na solidão"/ *in solitudine*, a tradução lhe acrescenta um verbo ativo no particípio presente, *vivens*. E disso resulta, em português, uma oração reduzida de gerúndio, inexistente no original. Esse acréscimo enriquece o sentido do poema: o homem não se acha apenas em um momento fugaz de solidão, mas vive na solidão. Não é um ser estático, apenas contemplativo, mas é vivente, é dinâmico. Fala, e da sua fala sai a promessa de um templo. É como se a sua palavra tivesse força para criar.

Aliás, o teor poético do texto já aparece desde o primeiro verso do original, graças à ambigüidade do sintagma adverbial "na solidão", que tanto pode referir-se a um estado psicológico de solidão interior, quanto ao isolamento real nas montanhas ainda inabitadas do Caraça. Caberá ao leitor reconstruir o sentido, ainda que para deixá-lo poeticamente ambíguo.

Quanto à métrica, é bom observar que os versos do original são setissílabos. Os da tradução latina, se submetidos a uma metrificação moderna (não obstante o anacronismo intencional ou experimental), são também setissílabos. Enquanto isso, os da retroversão portuguesa, quase literal em relação ao latim, são eneassílabos. Uma comparação entre as métricas da versão latina e da retroversão portuguesa confirma a diferença de ritmo entre as duas línguas, decorrente do sintetismo do latim, em oposição ao analitismo do português.

Após a análise da estrofe inicial, vejamos o dístico que fecha o poema. Também ele parece apresentar, na tradução, uma solução mais feliz do que a redação primitiva:

| | |
|-------------------------|--|
| Original português: | Da pedra da solidão hei de levantar um templo |
| Versão latina: | Hic e petra solitudinis extruam Dei aedificium |
| Retroversão portuguesa: | Aqui, da pedra da solidão, erguerei o templo de Deus. |

Um dos achados felizes da tradução latina foi a introdução do advérbio *hic*, “aqui”. Em primeiro lugar, esse advérbio aponta deiticamente o lugar da fala, que apenas era nomeado no original. Depois, sugere a distância entre o lugar dessa fala (a pedra da solidão) e o seu destinatário (Deus, o horizonte, as estrelas), acentuando a oposição terra x céu. O *hic* mostra, quase que com um gesto, a situação do homem solitário. A liberdade com que o tradutor fez a versão para o latim deu maior força poética ao texto traduzido.

Outra solução feliz foi a introdução do genitivo *Dei* em *Dei aedificium*. Aliás, esse acréscimo se justifica metricamente pela necessidade de compensar, no sintetismo latino, o número de sílabas da construção perifrástica “hei de levantar” e do artigo “um”, que se acham no original. Mas o curioso é que essa transformação, que à primeira vista seria apenas formal, acaba por trazer um enriquecimento ao sentido: não será apenas “um” templo (naturalmente dedicado a Deus), mas o próprio templo “de Deus”, propriedade e morada sua.

Finalmente, para concluir nossas ligeiras observações sobre a tradução latina de *Montanha viva – Caraça*, vejamos mais um exemplo da liberdade do trabalho tradutório, em “Matinal” (p. 70-71). O poema se compõe de sete tercetos em redondilhas, acompanhados do refrão trissilábico “Deus é grande”. Esse refrão, quem o proclama é toda a natureza que desperta de madrugada, desde as pedras escuras e a “fita de água voante” até os meninos do Caraça que, como cabritos, correm aos saltos para o banho de cachoeira.

Vejamos apenas os quatro primeiros tercetos, com seu refrão:

Matinal

Acorda de madrugada
em lugarejo distante
uma voz terna e confiada:
... – Deus é grande.

Nasce das escuras pedras
uma fita de água voante
em que o arco-íris se reflete.
– Deus é grande.

As águas límpidas jorram
de banquetas espelhantes,
num desperdício de jóias.
– Deus é grande.

São cabritos, vêm aos saltos
esses meninos ao banho
Como está cheia a cascata!
– Deus é grande.

(p. 70)

Ad matutinum

Iam orto lucis sidere
fit dissito in pratulo
dulciona vox fidei:
– Quis ut Deus?

De fusca rupe nascitur
fonticulus volatilis
et lucet arcus pluvius
– Quis ut Deus?

Undae spumeae pullulant
de repercussis gradibus
inaniter gemmiferae
– Quis ut Deus?

Nunc iuvenes capreoli
Saltatim petunt balnea
Et cataractas contegunt
– Quis ut Deus?

(p. 71)

Como se vê, não há rimas dentro dos tercetos. Mas cada terceto ressoa no seguinte, por meio de assonâncias ou de rimas toantes, especialmente no segundo verso: “distante”/“voante”/“espelhante”/“banho” etc. É como se um eco prolongasse o louvor a Deus entoado pela natureza, em termos, aliás, que a tradução latina altera significativamente.

O refrão “Deus é grande” se transforma, na tradução latina, na interrogação *Quis ut Deus?*, que, ao pé da letra, significa “Quem (é)

como Deus?”. Note-se a superioridade da solução adotada. No lugar da frase afirmativa do original, temos na tradução uma interrogação retórica. Provocante, essa pergunta não espera resposta, mas leva a pensar: *Quis ut Deus?* A resposta implícita, silenciosa, apenas sugerida pela forma da interrogação, seria *Nemo ut Deus*, “Ninguém (é) como Deus”, asserção implícita muito mais forte e muito mais expressiva do que o “Deus é grande” do original.

Encerrando estas modestas considerações sobre a poesia de Henriqueta Lisboa e as traduções que ela provocou, espero ter mostrado que a tradução latina do padre Pedro Sarneel e do professor José Lourenço de Oliveira – que também latinizaram os seus pseudônimos de tradutores em Sarnelius et Laurentius – é uma obra de excepcional qualidade lingüística e poética.

Aí está mais um dos saldos da poesia de Henriqueta Lisboa: o de ter ensejado uma tradução de tão alto nível quanto a de Sarnelius e Laurentius, ambos peritos em poesia latina. Essa tradução valoriza não só o Caraça e toda a cultura de Minas, mas também o próprio texto de Henriqueta Lisboa. Aliás, um texto poético não vale apenas por si. Vale ainda pela sua recepção, isto é, pela qualidade da reação que provoca nos seus leitores, ou, em outras palavras, pelas novas leituras poéticas que é capaz de gerar. E *Mons vivus seu mons caracensis* é, sem dúvida, uma bela leitura poética do texto de Henriqueta.

Publicado em LEÃO, Ângela Vaz. *Henriqueta Lisboa: o mistério da criação poética*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

FLORES DOS JARDINS DO CARAÇA

Ângela Vaz Leão*

Na obra de Henriqueta Lisboa, a coletânea de poemas sobre o Colégio do Caraça, *Montanha viva – Caraça*, ocupa lugar privilegiado. São quarenta poemas, de extensão e forma variadas, que cantam o Colégio do Irmão Lourenço. A sua construção nas montanhas de Minas; o seu ambiente físico incluindo a natureza vegetal e animal; a sua história humana com os frades laboriosos e os meninos travessos; o seu papel cultural na constituição de um “humanismo mineiro” – tudo isso lá está, nos versos primorosos de Henriqueta, que se lêem com emoção.

No conjunto dos poemas, apenas dois falam de uma flor: *Camélia* e *A flor de São Vicente*.

Certo dia, nos jardins do Caraça, uma camélia se abriu. Henriqueta a cantou, na sua natureza de flor, *Camélia*, e naquilo que metaforicamente ela poderia evocar: círculo, elo, nó, asas, pomba, ninho...

* Professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora titular da PUC Minas.

Camélia

Vinde ver a camélia
pela madrugada nascida,
antes que o sol lhe tisne
a epiderme.

Tão plácida na sua intimidade. É o círculo
em que se encontram os corações. É o elo
do entendimento recíproco. São as asas
do anjo cerradas pela paz. É a pomba
que em palma oferecida pousa. A lua
que se esqueceu das nuvens e queda
em singelo convívio. O nó
macio e branco da amizade. O ninho
que se fecha sobre si mesmo – completo.

Henriqueta Lisboa
Montanha viva – Caraça, p. 98.

Depois, o poema fôï traduzido para o latim por Sarnelius e Laurentius. A tradução é admirável, no sintetismo da língua latina, apropriada às sugestões e aos silêncios da poesia. Os tradutores recriam o poema de Henriqueta, sabendo manter-se em uma dupla fidelidade: - à sensível percepção da autora e às exigências estruturais do latim. Leiamos a tradução, não menos emocionante do que o original:

Camellia

Natam diluculo camelliam
contemplare. Sed ante venias
quam eius sole deteritur
splendor.

Intimo sui ut placida est. Est circulus
quo corda veniunt invicem. Est annulus
de cognitione mutua. Sunt alae
angeli pace repostae. Est columba
in obvia palma residens. Est luna
quae nubibus oblitis etiam remanet
longo dulcique in sodalicio. Est nodus
suavisque et niveus amicitiae. Est nidus
qui in semetipso clauditur – perfectus.

Sarnelius et Laurentius,
Mons vivus, seu mons caracensis, p. 99.

Mais tarde, o poema se traduziu também para o francês. A tradução procurou atender às características do poema, dentro da estrutura da nova língua. Considerou, assim, a necessidade do artigo antes do substantivo no título, bem como o gênero masculino de camélia, em oposição ao feminino do latim e do português. Vejamos a versão francesa:

Le Camélia

Venez voir le camélia
éclos à l'aube,
avant que le soleil ne lui tanne
l'épiderme!

Si paisible dans son intimité! C'est le cercle
où les cœurs se rencontrent. C'est l'anneau
de l'entente réciproque. Ce sont les ailes
de l'ange fermées par la paix. C'est la colombe
qui se pose sur la paume offerte. C'est la lune
qui a oublié les nuages et se tient
en modeste communion. C'est le noeud
tendre et blanc de l'amitié. C'est le nid
qui se renferme sur soi-même – complet.

Ângela Vaz Leão (inédito).

Os tempos iam passando, enquanto os poemas se sucediam na voz de Henriqueta. Então, outra flor se abriu nos jardins do Caraça. Não efêmera como “le camélia éclos à l'aube”. Não flor real, mas flor ideal. E perene, durável para sempre. Porém, anônima, desconhecida da nomenclatura botânica. Henriqueta, então, a batizou: “a flor de São Vicente”. E com esse nome a cantou. Seus versos nos tocam pela beleza e pela contenção da linguagem:

A flor de São Vicente

Do caule esguio em pendor:
três pétalas – uma flor.

Humildade. Simplicidade.
Caridade. Ó penhor!
De que maneira se há de
aproximar dessa flor?

O gesto suspenso em meio
a um delicado tremor,
entre o anelo e o receio
de tocar essa flor.

Henriqueta Lisboa
Montanha viva – Caraça (p. 108).

Também esse poema foi traduzido para o latim por Sarnelius e Laurentius: *Flos Vicentius*. A contenção é ainda maior do que no original, o que talvez decorra antes da natureza da língua que da vontade dos tradutores. Nem o gênero de *flos*, masculino em latim, nem a disposição diferente dos versos em novas unidades estróficas prejudicaram o conteúdo do poema. Os poemas ficaram diferentes, mas a beleza é a mesma.

Os tradutores reestruturaram as estrofes. As três pétalas – *humilitas, simplicitas et caritas* – se aproximaram de “flos” e de “trifolium”, passando do início da primeira quadra para junto do dístico. Dois efeitos se produzem na estrutura estrófica: primeiro, o que era dístico se transforma em quadra e vice-versa; e segundo, a pergunta-desafio “ad florem quomodo accedere?” ganha destaque, isolada em um dístico. Em consequência, todo o poema se reestrutura: uma quadra, um dístico, outra quadra.

Flos Vicentius

Tenui de caule
flos unus pendet, trifolium.
Humilitas Simplicitas et Caritas.
O pignus!

Ad florem
quomodo accedere?

Manus pavida retrahitur
sub ancipiti tremore
submota metu et amore
tangendi florem.

Sarnelius et Laurentius

Mons vivus, seu mons caracensis, p. 108.

Muito depois, o poema recebeu ainda uma versão francesa, com nova configuração estrófica, diferente das duas anteriores – *La fleur de Saint Vincent*.

Note-se que, na versão francesa, vamos ter um crescente estrófico, com três, quatro e cinco versos. A palavra “fleur” se repete no final de cada estrofe – “une fleur”, “cette fleur”, “cette fleur” –, constituindo, nas duas últimas, um flagrante “enjambement”. Destaca-se, pois, duplamente o valor de “fleur”: pelo próprio *enjambement* e pela colocação da palavra no final de cada estrofe, em gradação crescente.

La fleur de Saint Vincent

De la tige svelte, pendent
trois pétales:
une fleur.

Humilité. Simplicité. Charité
Ó signe! Comment pourrait-on
effleurer
cette fleur?

Le geste suspendu au milieu
d'un frêle tremblement,
entre le désir et la crainte
de toucher
cette fleur.

Ângela Vaz Leão (inédito)

As diferenças estruturais das três línguas levaram a três poemas distintos, ou melhor, a duas traduções distintas, marcadas, no primeiro caso, pela intenção de dar relevo à pergunta sem resposta com seu isolamento em um dístico; e no segundo, pelo desejo de ressaltar, com a repetição no final das três estrofes, essa flor única e intocável, flor ideal, símbolo das três virtudes vicentinas.

A tradução francesa dos dois poemas – *Le camélia* e *La fleur de Saint Vincent* – quis acentuar a importância dos textos de Henriqueta na coletânea de poemas que tematizam o colégio do irmão Lourenço, pois, nessa obra ímpar da nossa literatura, são as únicas flores que aparecem.

Além disso, essas traduções representam a forma que a tradutora encontrou de prestar uma dupla homenagem: à poetisa Henriqueta Lisboa, extraordinária cantora do grande Colégio; e ao Mestre incomparável, José Lourenço de Oliveira, que, da mesma forma que a flor de São Vicente, também cresceu nos jardins do Caraça.

XAVIER E O CARAÇA: A FICÇÃO E O REAL

Johnny José Mafro*

Apenas vinte anos se passaram desde a morte do professor José Lourenço de Oliveira e a sua memória parece tão distante que às vezes a vemos como um *tópos* mitológico, em confronto com as mudanças operadas no mundo da ética, das práticas educativas, das concepções sobre linguagem. Vista como mito, será certamente um arquétipo a ser considerado nos estudos junguianos.

A existência de um professor de latim ou de diacronia da linguagem que, para a aula das 7 da manhã, às 6 já estava em sala a preencher o quadro com sentenças, em latim ou em vernáculo, para demonstração das suas teorias lingüísticas, parece coisa tão improvável que dizê-lo pode provocar sentimentos que vão do riso à admiração, da descrença à curiosidade.

Tal é o mito, tal é a realidade.

José Lourenço de Oliveira, até os fins dos anos 60 do século passado, foi professor de latim e lingüística indeuropéia na Faculdade de Filosofia que ajudara a criar. Procedente do Colégio do Caraça, onde

* Professor titular da Faculdade de Letras da UFMG. Professor da PUC Minas. Organizador do livro *Da vida à vivência*, de J. Lourenço de Oliveira.

recebera formação nas humanidades clássicas, trouxe para Belo Horizonte consolidado conhecimento de latim e grego e, ainda, vasta leitura do classicismo renascentista. Formou-se em direito na Casa de Afonso Pena e nela se fez livre docente de direito romano com a tese *O formalismo quirício e a estipulação em Gaio*. Fundou a Faculdade de Filosofia da UMG, juntamente com Artur Versiani Velloso, Braz Pellegrino, Lúcio José dos Santos, padre Clóvis Sousa e Silva, dentre outros.

Nos longos anos do magistério universitário, dedicou-se ao estudo da lingüística diacrônica e da estrutura da frase indeuropéia, interessou-se pela filosofia da linguagem e desenvolveu a original teoria da lingüística fabular, que traz no seu bojo severa crítica ao estruturalismo saussuriano, nos termos divulgados por seus discípulos.

A par da atividade docente, afundou-se na leitura e no estudo dessas relevantes questões e deixou, ao longo de duas ou três décadas, registros valiosos, inscritos em longos fólios que ele próprio preenchia, ora em letra manuscrita, ora em letra de máquina, fruto de sua velha Remington. Aposentou-se em 1969, antes que lhe chegassem os setenta, como dizia, e planejava, no ócio, organizar os “dois livros prometidos e não dados”, *Estrutura da frase indeuropéia e Etimologia do poder fabular*. Trabalhou neles vários anos, lendo e anotando, nas entrelinhas e nas margens das páginas que, às dezenas, enchem sua mesa de trabalho.

Porém não teve tempo de ordenar todos os escritos nem, também, de publicá-los, uma vez acometido de enfermidade incapacitante. Como Saussure, não publicou, ele mesmo, seu pensamento lingüístico, mas, diferentemente do Mestre de Genebra, deixou, escritos, corrigidos e anotados, textos completos sobre diferentes temas, hoje publicados em vários livros e em página na internet (<http://www.lettras.ufmg.br/lourenco>).

Entre as muitas razões que levam a vida a nos legar diferentes tarefas, alguma afinidade entre mim e o Mestre foi bastante para conduzir às minhas mãos seu rico acervo, amparada, essa afinidade, no empenho e na confiança dos seus familiares, especialmente de sua esposa, a professora Alaíde Lisboa de Oliveira.

Aí começa o jogo da memória, a minha própria e a do Lourenço, ... num percurso que mistura Caraça, Diamantina e Belo Horizonte, prolongamentos utópicos de pequenas cidades do interior mineiro que poderiam chamar-se, casualmente, Sabinópolis ou Coroaci, de onde partiam, meninos ainda, para a grande aventura da formação e dos estudos, os candidatos a padre.

Estudei no seminário de Diamantina, onde tive, além da fruição fantástica de uma cidade colonial rica em monumentos barrocos e, especialmente, fértil na tradição da boa cultura mineira, educação caracense, pois eram do Caraça os padres lazaristas que cuidavam do ensino. Minha educação é, portanto, também, tal como foi a do Lourenço, caracense. Isso me tornou aluno privilegiado nas aulas de latim e de lingüística fabular, como me faz hoje leitor privilegiado das lições que ilustram as páginas dos numerosos livros nascidos do extenso e fecundo acervo legado pelo professor aos estudiosos da linguagem.

A grande virtude da memória do professor Lourenço é que ela não é só dele. O que ele conta como vida vivida, como testemunho de sua experiência de criança, é de tal modo verossímil que envolve o leitor, como se fora, este, o protagonista da narrativa, mormente se o leitor fez o mesmo percurso nela descrito ou algo semelhante. O que era verossímil vê-se pura realidade, quando protagonista "dois" defronta protagonista "um" nas aulas de latim da antiga Faculdade de Filosofia da UMG.

A simbólica narrativa de *Xavier e o Caraça* é um monumento que sintetiza toda a ambição da fantasia adolescente. Aí começa o mito, que

se prolonga até a fantástica aventura de ser professor de latim e defender, sobre linguagem, pontos de vista que uma vertente moderna tornou ao avesso.

Detenho-me na apreciação de algum ponto da narrativa do professor no seu livro *Xavier e o Caraça* e ensaio narrar caso semelhante que, apesar de tão próximo, pois trinta anos mais novo, parece já lenda ou fantasia, mas, no confronto, mostra que é real o que parecia verossímil.

Muito parecida com a nossa a inesquecível experiência dos preparativos para a viagem narrada em *Xavier e o Caraça*.

Experiência inesquecível de momentos e fatos que enchem a vida e a alma de um ainda menino que apenas terminara o grupo escolar (primeira fase do ensino fundamental) e prelibava o momento da partida para uma aventura maior, a de estudar fora. Experiência dos momentos fantásticos no lombo de um cavalo, com outras crianças, todas guiadas pelo prestativo pai de uma delas e pelo condutor das cargas. O narrador pontua a expectativa e o momento da partida:

Veio o tempo da partida: fim de agosto.

Era uma caravana de cinco meninos: o Campos, o Júlio, o Erasmo, o Elifas e José Vieira (Zezinho).

Quem nunca andara calçado, agora usava uns formidáveis sapatos que lhe fizera o Joaquim Roquinho, o único ou, se quiserem, o melhor remendão de Jacaré.

O pai do Campos e dois camaradas comboiavam a caravana, a romper, em cinco dias de cavalo, sob o sol do mês, até Santa Bárbara, de onde, em mais um dia, se chegava ao Caraça.

Para os de cá, Santa Bárbara era um fim de ramal; para os de lá, era um termo de tropas, um lugar importante, consagrado pelo trem-de-ferro.

De Santa Bárbara ao Caraça, mais um dia de viagem, penosa, rude, já cansada, tanto mais longa quanto mais se aproximava o seu final. Eis o narrador:

Partindo de Santa Bárbara, ia a caravana ao encontro das serras em que está o Caraça.

A natureza mudara em pedras maciças, torturadas, nuas, rudes, vizinhas, o que antes eram campos, morros, florestas ou montes distantes.

Qualquer Zezinho se veria ferir, nos olhos da cara e nos olhos da sensibilidade, por aquela paisagem eruptiva e alpestre, abrupta e dura.

A chegada é delongada pela manhosa e hábil pena do narrador:

A hora de ver com os olhos aquele estabelecimento com que sonhava desde um ano atrás, a curiosidade insofrida de Zezinho encontrava a esquisita e avassaladora objeção de montanhas que iam tomando corpo em torno dos viajores.

E, enfim, a apoteose, a visão fantástica da torre do santuário do Caraça. Eis de novo o narrador:

Os animais ressentiam-se da aspereza pedrenta e da violência íngreme da subida.

As serras iam engolindo a caravana. Passaram por uma cascata – linda cascata que Xavier tantas vezes contemplou, depois.

Mas agora, seguindo a estrada aberta na rocha, à margem dos abismos em que ela se precipitava, Zezinho, o que via era uma água mártir, despedaçada pedras abaixo, e uma água vinda lá de dentro, lá do lugar para onde iam.

Subiram mais. Andaram mais. De repente, desde uma aberta entre árvores, numa curva da altura, avistou, ali na frente, o Santuário de Nossa Senhora Mãe dos Homens, o Caraça, projetando a sua massa branca, e a torre de seu templo, contra o fundo escuro das montanhas.

Visão inopina, que se apanha numa visada impressionante! Revelação longamente preparada pela curiosidade angustiosa da subida! Visão de uma visada que se repetirá muito, em seis anos de internato! Visada que agora é a primeira, mas que se repeirá, um dia, como última, entre as saudades da despedida, numa fixação que a retina guarda para a vida!

A inquietude perquisitiva desfez-se.

Em lugar da delonga interrogativa do percurso, agora se erguia, na alma de Zezinho, a macia admiração de quem adivinha, só de ver.

Dizia tudo, enfaticamente, pelo seu contraste, a tranqüilidade daquele santuário, toda brancura e suavidade, num rude berço de montanhas negras!

Dissera atrás ser parecida a experiência do menino Xavier com a nossa experiência pessoal dos preparativos para viagem, a primeira viagem, agora não para o Caraça, mas para mundo tão fantástico e tão esperado quanto aquele, que trazia ansiosas as crianças que a ele se destinavam: o seminário de Diamantina.

Não foram diferentes dos de Xavier os momentos por nós vividos, nos preparativos para a entrada no seminário.

Então, duas fantasias enchiam os olhos e a alma dos que se dirigiam a esse destino: o internato e a própria cidade colonial, cuja fama impressionava até aos pequeninos.

Mas não só nisso estava o encantamento.

Os preparativos, o enxoval, a canastra, esvaziada de antigas roupas, os livros, os votos na despedida, de casa em casa, e os mimos que um e outro, aqui e ali, deixavam nas mãos ou nos bolsos, para alguma pequena despesa, davam o ar de importância.

Lembrar não dói, mas não esconde a lágrima.

Dia da partida, fins de janeiro.

Poupara o tempo a chuva e a manhã vinha pressurosa. Madrugada ainda, todos acordados, pois às cinco horas já convinha estar na estrada. Os animais, na porta, davam sinal de sua presença.

A mulinha cotó era para o imão mais novo. Mulinha mansa, no pasto o ano inteiro à espera do traslado de estudantes, o xodó do dono, segura nas descidas e potente ao romper os morros. Eu montava o cavalo Pampinha, de nosso plantel (por sinal, o único exemplar), bem dormido e tratado na mão. O pai buscara, da fazenda Bom Jardim, a melhor besta, de biografia e nome importante. A carga seguia na frente, conduzida pelo compadre Gabriel, compadre de todos, pai de filhos, vinte e três, fiel escudeiro de quantos seguiam em marcha por serras e matas.

Momento da partida, trava a garganta, corre quente uma lágrima na face, saio ao quintal a despistar o choro. Enfim, da esquina, um último olhar à mãe que acena e, em pouco, a caravana deixa a rua, escalando o primeiro morro do caminho do Serro.

Rompe o sol o último nevoeiro e, do alto da montanha, descortina-se a nossos pés o grande vale que, deixando à direita a fazenda de Ortiz, segue até a venda de Guilherme, na direção de Tão Mourão. Aí, nova subida leva os viajantes pelos morros do Cafezeiro fornidos de goiabas e araçás. Na crista, segue longa vargem, deixando ver à esquerda, na esplanada, a fazenda do Ribeirão, três léguas da cidade. Adiante, descida íngreme, os animais, na retranca, a passos lentos, seguram a preciosa carga que a gravidade impele para a frente. No fundo do vale, uma hora de descida, o pai aponta o rio Guanhães, ansiosamente esperado, e, mais distante, a um dia de cavalo, sobranceiro, quase uma miragem, banhado de luz, o vulto imponente do Pico do Itambé.

São quatro léguas, restam outras quatro, o sol a pino. A chegada ao Serro será pela tardinha, mais cinco ou seis horas de caminho.

De repente, um mar verde pela frente, um verde escuro que as sombras da tarde tingem de mistério e lenda. Estamos prestes a atravessar a Mata da Saia.

Antes, porém, uma parada, a última, na fazenda de Zizinho, amigo e hospitaleiro, que recebe a caravana com farta mesa de queijos e biscoitos, além do saboroso café da sua lavoura e o sorriso aberto de fazendeiro rico.

A mata engole os viajantes que mal se vêem. Rara nesga de sol fura a ramagem densa e parece demarcar o caminho. Uma hora de travessia, aventura que a vida guarda e a memória não cansa em recordar.

Enfim, do alto de um pequeno outeiro, vemos, no fundo, ao longe, as primeiras casas da centenária cidade do Serro, primeiro termo da viagem. Chegamos.

Famosa pelos filhos ilustres, a cidade enche os olhos curiosos dos dois meninos ansiosos por pisar e ver de perto o que a fantasia lhes ensinara. Desfilamos por entre o casario colonial de belas sacadas (*mirabile visu*) e, ouvindo o barulho estridente e descompassado das ferraduras na calçada irregular de pedra rolada (o "pé-de-moleque"), seguimos até o hotel, de cuja porta, ainda no alto da sela, elevando os olhos, avistamos, no topo e ao termo dos 58 longos degraus da escadaria que galga o outeiro, a igreja de Santa Rita, que o sol poente de verão banhava de luz vermelha e densa. A apoteose!

Um dia de viagem espera ainda a cansada caravana, até que possa ver os céus diamantinenses.

Manhã seguinte embarcam, pai e filhos, numa jardineira com capacidade para quinze passageiros, rumo a Diamantina. Seis horas de viagem vencem as quinze léguas de curvas e montanhas. Enfim, a cidade do desejo, as torres da basílica, a entrada no seminário.

Inesquecível experiência, a narrada pelo autor de *Xavier e o Caraça!* Inesquecível experiência a nossa, insólita e impensável nestes dias, que nos deu um conhecimento de mundo só avaliado ao recordar, mais tarde. Como entender a leitura de *Xavier*, sem ter vivido algo semelhante ao narrado?

A ficção e o real misturam-se na memória do professor, porque na experiência infantil não há muita distância entre a fantasia e a realidade. Para contar sua vida, valeu-se, quanto pôde, do estatuto ficcional e o fez com sucesso, porque o que diz de si, ficticiamente, projeta-se na vida de outrem pela verossimilhança.

Eis que, finalmente, posso entender, por comportamentos vários, a razão da cadeia de coincidências que, após tantos anos desde o convívio acadêmico, me põem nas mãos a vida e a obra do mestre e amigo que, à sua maneira, o professor Lourenço soube ser. Por via de alguma afinidade, entro, de novo, em contato com questões que, se, então, eram tratadas com mente jovem e pouco afeita ao pensar, agora têm abrigo num peito adulto, capaz, ao menos, de ver, no mestre que foi o Lourenço, um referencial, um arquétipo, um *tópos* mitológico da ciência da linguagem.

XAVIER E O CARAÇA

José Afrânio Moreira Duarte*

O professor José Lourenço de Oliveira deixou um nome realmente respeitável e respeitado, não só entre seus ex-alunos mas no panorama da própria cultura mineira. Ensaísta de muitos méritos, era também profundo conhecedor da língua latina, o que lhe permitiu, entre outras coisas, fazer a versão definitiva para o latim do livro *Montanha viva - Caraça*, de Henriqueta Lisboa.

Aparece agora, um lançamento da Editora O Lutador, em edição póstuma, o romance *Xavier e o Caraça*, que vem dar uma nova visão das múltiplas faces do talento de José Lourenço de Oliveira.

O Colégio do Caraça projetou-se durante anos e anos como um dos mais conceituados estabelecimentos de ensino do Brasil. Embora seminário, foram muitos os que estudaram ali e depois, sem seguir o sacerdócio, vieram a projetar-se nos mais variados setores de atividades, sempre com sólida e profunda base cultural.

* Membro da Academia Mineira de Letras, entre outras agremiações. Colaborador na imprensa brasileira e estrangeira. Detentor de 34 prêmios literários, destacando-se o de crítica literária da Academia Brasileira de Letras e um, para livro de contos, na Itália.

José Lourenço de Oliveira toma como tema justamente a vida dos internos no Colégio do Caraça. Ao que tudo indica, trata-se de uma história autobiográfica, se bem que com os nomes mudados. E, assim sendo, o leitor pode ter uma visão precisa do internato do Caraça, com sua disciplina rígida e, mesmo assim, do agrado de muitos, inclusive do próprio autor em foco, funcionando a casa como inesgotável fonte de saber.

José Lourenço de Oliveira conseguiu captar com felicidade todo o clima da época. Escreve ele sempre, como já era de se esperar, num português impecável. Há correção gramatical, limpidez de linguagem e precisão nos enfoques.

A trama flui de modo absorvente e é com a maior facilidade que a história se desenrola, ficando, de modo marcante e vivo, o registro de uma experiência inesquecível que foi do autor e, paralelamente, de muitos outros.

Lê-se *Xavier e o Caraça* com interesse e agrado, do princípio ao fim. José Lourenço de Oliveira soube escrever um romance simultaneamente erudito e simples, expressando-se sempre com sabedoria e classe. Podendo figurar entre os mais importantes lançamentos literários mineiros de 1987, *Xavier e o Caraça* é um ótimo livro que, sob todos os aspectos, honra e dignifica a memória de seu ilustre autor.

Estado de Minas, dez. 1987.

UMA NOVELA AUTOBIOGRÁFICA

Letícia Malard*

Xavier e o Caraça (Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1987), de José Lourenço de Oliveira, meu mestre de latim na Universidade Federal de Minas Gerais, é dos livros mais gostosos que li em toda a minha vida. O adjetivo gostoso parece soar estranho em crítica literária, mas não temo empregá-lo. São setenta páginas de prazerosa leitura, onde realidade e ficção caminham paralelas na reconstrução do tempo perdido da infância. Na reelaboração memorialística do intensamente vivido, numa estilização de linguagem que primá pela síntese em todos os seus aspectos: 25 capítulos em três partes; dialogação restrita ao absolutamente essencial; predominância da frase paragrafada; agilidade nas mudanças cênicas; casamento perfeito entre o popular e o erudito, entre o coloquial e o literário, entre a informação e a representação. Está aí, em resumo, o que chamo de gostoso – sem medo nem acanhamento – nesta época pós-moderna em que a sofisticação do discurso sobre a literatura parou de falar em beleza, leveza, prazer e gostosura, e os

* Professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais. Escritora e crítica de literatura.

substituiu por construtividade, montagem, tecnicismo, literariedade e intertextualidades.

Já na primeira página do livro, sob o título erudito de “Antelóquio”, Lourenço coloca à reflexão um problema candente para a teoria literária contemporânea: as relações entre realidade e ficção ou, por outra, entre biografia/autobiografia e romance. Diz ele:

O antelóquio à biografia de Xavier devia ser um prefácio, porque, quando o têm, o que as biografias têm é prefácio. Um romance, entretanto, não costuma ter prefácio. E a biografia de Xavier é a história de um herói tão desconhecido que, sendo biografia, parece romance.

Continuando, dirá que a biografia de Napoleão e a de um anônimo se diferem na medida em que a primeira é aceita como tal e a segunda como ficção, apesar de haver muita imaginação no que é tido como História e muita realidade no romance de um personagem anônimo. Essa questão ficou muito bem dimensionada na recente tese de Wander Melo Miranda, *Contra a corrente – a questão autobiográfica em Graciliano Ramos e Silviano Santiago*, onde se lê, na p. 51, que a fidelidade da reconstrução do mundo no romance e na autobiografia está sujeita antes de tudo à linguagem. Em qualquer dos casos, o texto se coloca como *diferença* e não como *repetição* (grifamos). Assim o texto *Xavier e o Caraça*: o autor cria, pela linguagem, a sua história, a história do menino anônimo em sua preparação para ser padre. No entanto, ele se recusa a repeti-la, isto é, fechá-la nos limites do mundo real. No “Antelóquio” já deixa marcada a diferença ao ausentar-se do mundo autobiográfico, usando o artifício do recebimento de manuscritos do herói das mãos do próprio, aos quais vai acrescentar elementos, por recordação ou dedução lógica. Tais elementos vão confundir-se em romance e autobiografia, uma vez que, por mais fotográfica que seja

uma memória e por mais lógicas que sejam as suas deduções, nenhum texto pode livrar-se das fantasias e dos fantasmas da vida psíquica de seu emissor.

Resolvida a questão preliminar, passa o autor a contar a vida de Xavier, e novas questões são problematizadas, num jogo textual não mais entre as diferenças da realidade para a ficção, que antecedem o texto propriamente dito, mas dentro do mesmo texto. No primeiro capítulo da segunda parte, "Xavier em casa", sabe-se que o nome do heroizinho é José Vieira. Somente dezessete capítulos adiante o leitor toma conhecimento de que o apelido lhe fora dado por colegas de internato, pelo fato de ter lido com gosto os sermões do padre Antônio Vieira dedicados a São Francisco Xavier. Primeiro jogo: transformação da criança no padre que pregava (e não o admitia) em xadrez de palavras, nos termos da boa arte barroca, de cujo padre já possui o sobrenome. Acoplamento a este do sobrenome do santo, "santificando-o" de alguma maneira. Aceitação pelo menino das regras do jogo, adotando "Xavier" como pseudônimo literário. Assim, o menino pobre, que não teve infância, vítima de uma brincadeira de bom gosto no seminário menor: padre, santo e literato em jogo de sobrenome.

Essas três categorias de sério ludismo percorrem toda a narrativa, servindo-lhe de motivo central. Lourenço de Oliveira joga com a categoria padre nas mais diversas visões sociais. A vontade do menino não é problematizada. Sua vocação se revela a partir de uma pergunta do padre amigo da família ("Você quer ir para o Caraça?") e da resposta segura ("Quero"). No contexto dessas falas, a carreira sacerdotal está mais ligada à possibilidade de frequentar uma excelente escola, por quem é pobre, do que propriamente à escolha da vida religiosa. A mãe de Xavier vai dizer que "um padre na família é até muita honra para um pobre", e o seu Timóteo pondera: "Se ele queria ser padre, era

melhor secular, porque podia ganhar dinheiro e ajudar a família." A mãe retruca a visão financeira, mas entende que servir a Deus "é uma bela carreira". E é por aí que o livro nos apresenta uma visão paradisíaca do Colégio Caraça, ao qual o menino pobre – elemento constantemente referenciado na narrativa – se adaptou com perfeição, em seu desejo de sabedoria e santidade. Ao contrário das desabonadoras estórias de internato, famosas na literatura nossa com *O Ateneu*, de Pompéia, o *Caraça de Xavier* é a alegria disciplinada, o regulamento necessário, as férias pouco expansivas, o dever bem cumprido. É a aceitação tranqüila das regras do jogo, não porque falte espírito crítico ao aluno Xavier, que conhece a pobreza da roça e o cabo da enxada, mas porque lhe acenaram com a possibilidade de conhecer um mundo novo, diferente, uma "bela carreira", à qual respondeu "quero!", sem pestanejar. Daí, no capítulo "Pedagogias", ao dissertar sobre o internato, o autor dizer:

Xavier não sentiu o artificialismo. Estava como peixe n'água. E não encontrou, em toda a vida, outra quadra mais feliz, mais tomada de plenitude.

Vida eclesiástica e santidade se completam. A arte barroca da capela do colégio muito impressiona o caracense. A capela, merecedora de capítulo especial, é o espaço ritualístico por excelência no cotidiano do menino. Os arabescos barrocos, as cerimônias litúrgicas, o canto gregoriano e a música clássica criam o clima ideal para os aspirantes à santidade, decorrência natural da vida eclesiástica. Sobre esse clima, afirma o narrador:

Havia muito elemento sensório para que a vida de integração em Deus fosse um prazer místico.

Acontece que a tão sonhada eterna comunhão com Deus perdura quase que apenas o tempo da infância. Xavier deseja ser muito mais do que um simples padre, um padre santo. Queria pertencer a uma congregação, a dos lazaristas. Aí veio a decepção, a desgraça. Após quase dois anos de um noviciado em que fora submetido a duras provas, recebe bilhete azul sob alegação de doença. É a mais triste peça que o jogo do destino lhe reserva. E o signo peixe n'água, que anteriormente servira para expressar sua completa adaptação ao Caraça, aqui é substituído por um oponente que representa o lance traidor de sua última cartada:

Xavier esperava peixe e lhe deram serpente. Se o leitor nunca teve medo, diante da vida, entenderá menos o do noviço, desarvorado ante o imprevisto e o inadmitido.

Xavier não pôde ser o padre que queria nem realizar o seu mítico encontro com Deus. Restou-lhe a condição de literato, no mais amplo e acabado sentido, a qual ninguém poderia tirar-lhe. Aqui o seu texto – autobiografia romanceada ou romance autobiográfico – é o testemunho de sua condição de homem humano. Ao Caraça, e mesmo aos meses de noviciado em Petrópolis, ele deveu toda a sua formação humanística, o seu desenvolvimento intelectual, o seu magistério de latim e de lingüística. O menino sonhou ser sacerdote, sim. A idéia surgiu depois de um teste de conhecimentos em que estava envolvida a Primeira Guerra Mundial. E a declamação do famoso poema *O estudante alsaciano*. Sacerdócio, conhecimento e cultura irmanados. Da minha leitura de *Xavier e o Caraça* não saberia dizer se o desejo de ser padre fora um deslocamento do desejo de ser “sábio”, do que o autor-narrador nunca teve consciência. Uma análise mais aprofundada do livro talvez tendesse para essa conclusão. Como indício dela, veja-se

o que comprou junto com a passagem para o mundo em que iria viver, deixado o seminário:

No dia seguinte, sabendo, na estação, as condições da passagem, calculou o rapaz que lhe sobravam uns trinta mil-réis. Subindo à cidade, entrou numa livraria que viu. Comprou *Os lusíadas*, o *Eurico*, a *Poeira da estrada* – de Afrânio Peixoto – a gramática de João Ribeiro, as *Espumas flutuantes*, *Os simples*, *A musa em férias*, tudo por vinte e poucos mil réis.

Literatura compensando a frustração ou revelando o desejo mascarado?

Parodiando Lourenço de Oliveira, que aqui parodiou Machado de Assis, que lá parodiou Shakespeare, eu diria que há mais coisas no céu e na terra do que sonha a nossa autobiografia.

Suplemento Literário do Minas Gerais, n. 1.092, 16 jan. 1988.

"XAVIER" E O PARAÍSO PERDIDO

Maria José de Queiroz*

Por que se volta à infância? Com que intuito o homem adulto mergulha no passado para recuperar o menino que foi, recuperando com ele sentimentos e emoções de tempo ido e vivido? Segundo o preceito de Leibniz, é preciso despertar em nós a criança adormecida. Mas será que, despertando-a, logramos apaziguar conflitos, como aconselhava Freud?

Espontânea, e alheia aos reclamos da psicanálise, a *recherche du temps perdu* surge muita vez como pretexto, sugerido pela razão, interessada em justificar ilusões e verificar teorias da idade madura. Não se afaste tampouco a hipótese de encontrar-se nessa busca um meio eficaz de fuga ao presente, geralmente mesquinho e incômodo. Seu destino? A Idade de Ouro, a Utopia, onde o homem – “filho do menino” – se abriga contra as agressões do mundo. Foi o que aconteceu a José Lourenço de Oliveira. Ao despertar Zezinho Vieira – o “Xavier”, do Caraça –, abriu largamente, para si mesmo, as portas do universo

* Catedrática da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora em universidades americanas e européias. Escritora. Membro da Académie du Monde Latin e da Academia Mineira de Letras.

incorrutível da infância. A nós, seus leitores, esse livro de memórias propicia a viagem poética a um estado de alma. Isso mesmo. Porque Xavier foi, “tão-somente, no sentir do autor, uma flama ardendo, como numa vela. Nasceu, viveu, foi bacharel e sonhou.”

O tempo corre através das páginas de *Xavier e o Caraça*. Na sua cola, os focos de luz se deslocam trazendo, com as cenas retratadas, o reflexo da personalidade do memorialista que se contempla, se analisa e se interroga. Espelho de múltiplas verdades, Xavier não é apenas Zezinho nem é, obviamente, José Lourenço de Oliveira, ele-mesmo. É a soma de todos os possíveis da “vida inteira que poderia ter sido e que não foi”. Daí, a aura de melancolia que banha o livro.

Determinado a dissipar qualquer dúvida acerca do caráter autobiográfico do enredo, o autor antecipa-nos o epílogo, anunciando a morte de Xavier após ter sido atingido por uma bala nazista durante a última grande guerra. E avisa que certamente “não lhe pesava muito deixar um mundo em que pouco se entendeu”.

Desse desentendimento do mundo, encarecido pela consciência da “vida vazia, vida cuja lição gostaria de ter aprendido melhor”, resulta a opção pelo museu imaginário do Caraça. Assim como fixou na retina, numa visada impressionante, a grandiosa massa branca do Santuário de Nossa Senhora Mãe dos Homens, assim também guardou, para sempre, num canto defeso da memória, a lembrança dos seis anos ali passados. O tempo, a idade, a reflexão adensaram-na, acentuaram-lhe a importância, acabando por conferir-lhe existência própria, autônoma.

Pelas mãos de José Lourenço de Oliveira descobrimos, com Xavier, os segredos do Caraça. É com ele que transpomos a porta comunal e deparamos com o corredor infinito que lhe entrou “pelos olhos e pelo espanto”. “Toda a terra da sua infância ali se diminuiu e tornou-se insignificante, em frente de tal magnitude!”

Avulta o contraste entre o mundo miúdo e vulgar de Jacaré, sua vila natal, com o centenário novo, rico, imponente, da morada de pedra, “colocada no fundo de uma espessa bacia de montanhas”. Mas não é Jacaré apenas que some na distância para recolher-se à pequenez de arraial do sertão mineiro. Humilde, discreto, “com seus ingênuos pés muito acanhados nos sapatões de elástico”, Zezinho se afigura mais pequeno ainda no “seu corpo roceiro de doze anos, metido num terno de brim listado, que lhe fizera siá Maria do Pacífico.” Assim o reencontra José Lourenço de Oliveira. Assim o encontramos nós, “desajeitado e confuso, a transformar-se em aluno da escola apostólica do Caraça”.

A memória, no entanto, adverte: “Quem o visse não adivinharia que alma bravia trazia ele dentro de si.” De fato. A alma bravia, embora escondida na batina ruça de coroinha pobre, ofereceu-lhe armas para enfrentar César, Cícero, Tito Lívio, Salústio, Tácito, Ovídio, Vergílio, Horácio, Camões, Garrett, Bernardes, Herculano, Chateaubriand, Molière, Racine, Voltaire, Alencar, Bilac, Joaquim Nabuco... Vitorioso de todas as batalhas da inteligência, Zezinho foi crismado como “Xavier” – homenagem da classe ao melhor leitor dos *Sermões*, do padre Antônio Vieira.

A rotina caracense molda-lhe o espírito. Com o número 54, Zezinho se integra na chamada e nas regras da comunidade: das cinco da manhã às nove da noite. “O que havia de fecundamente proveitoso no regime”, declara o autor, “era a distribuição estudo e aula, tão diversa da que se faz nos estabelecimentos de ensino comuns, onde se prende o aluno durante quatro ou cinco aulas seguidas (...) para depois o mandar embora, graças a Deus, se externo, ou encher-lhe a outra parte do dia, se interno.” E explica: “No Caraça, a cada hora de aula precedia outra de estudo, consagrado ao preparo da lição. Além disto, havia o grande estudo da noite, instituição fundamental, que cobria todos os dias da semana, inclusive os domingos, dias santos, feriados e férias.”

Nem só de livros e de lições se compunha o ramerrão dos 108 alunos do colégio. “A vida não era só rezar e estudar”, conta José Lourenço de Oliveira. “Era também brincar e brincar muito. Era também passear e passear muito.” E com que prazer desfia, diante de nós, os nomes dos jogos de recreio: o jogo das cores, da manteiga, do triângulo, da baleia, o xadrez, a dama, o dominó, o bilboquê... Havia também as jornadas alpestres, a natação no tanquinho e no rio, a divertida bodega... E as férias então? Passadas no internato, sim senhor! Mas que férias! “Passeios e mais passeios, recreios e mais recreios, jogos de salão e jogos de pátio, leituras e estudos livres.”

A pouco e pouco, o roceirinho afeiçoa-se a tudo isso e, muito principalmente, aos livros, seus melhores amigos. Foram eles que lhe revelaram o paraíso, ensinando-lhe “a razão de ser da vida, com derivativos sublimadores de incompreensões e angústias”.

Embora o próprio autor fale nessa verdadeira revelação do paraíso (cap. 7), a memória, atenta, corrige-lhe o entusiasmo lembrando que “a vida de Xavier não era um paraíso”. A saudade, sim, e “a inveja dela, mais tarde”, foi que o fizeram classificá-la de “paradisiaca”. E por quê? “A formação cristã, que buscava, jamais lhe havia programado vida de paraíso, na Terra.” No entanto, observa: “Mas ele experimentou a sensação do paraíso, anos a fio, nos inocentes prazeres que encontrava no esforço de conformidade que o ideal lhe pedia.”

“Xavier era de cera”, diz José Lourenço de Oliveira. “Receptivo e macio, todo capaz e maleável para aquela vida artificial. Artificial, mas não tanto quanto a vida artificial também, e manhosa, do século ou do mundo.” Não nos surpreenda, portanto, que após aturado exame de consciência, favorecido pela *mise en abîme* do relato confessional, saibamos que Xavier foi para o Caraça puro e de lá saiu inocente. Porque o Caraça de Xavier nada tem a ver com a escola de rigor e severidade

das histórias de amedrontar que enchiam as noites e os dias dos meninos levados. Segundo Xavier, “o Caraça alcançava um objetivo quase perfeito ao obter, para a vida que exigia, uma adesão progressiva da sensibilidade e da vontade do aluno. Criava um conjunto feliz que, parece, não foi possível em nenhum outro estabelecimento do Brasil, entrando nisto a tradição do lugar, a sugestão dele, a segregação natural, a constância feliz, paciente, do método formativo, ao superar desajustes e inarmonias, ao excluir escrupulosamente os inadaptados. (...) A modelagem era paciente e macia, como de oleiro que tem tempo e só trabalha em argila apropriada.”

O que mais admira é que a argila de que era formado o Zezinho, ainda que trabalhada dia após dia nesses seis anos de internato, tenha preservado, intacta, sua integridade íntima. Aí, também, um dos indícios – e veemente – do seu temperamento bravo: sua ascese se fez sem fanatismo religioso e sem delírios místicos. A felicidade que logrou alcançar era “felicidade simples que se resumia em quatro comunhões: a comunhão de Deus, a comunhão de Vergílio, a comunhão de Mozart e a comunhão da natureza”.

E foi sem dúvida a sua bem nascida segurança, firmada nessa unidade interior, que lhe infundiu energia para sobreviver à rude experiência do confronto com o mundo cá de fora ao ver-se banido do paraíso. E banido para sempre porque lhe foi vedada a vida monástica para a qual se preparara. Tudo lhe arrancaram de frente, com brutalidade, num golpe que lhe produziu na alma a violenta comoção de um traumatismo.

Xavier foi condenado, “sem discussão nem defesa”. Com vinte anos de idade e oito de iniciação ao sacerdócio, ei-lo obrigado a renunciar à escolha inicial, tangido pela ordem cruel e imperiosa de “ir para o mundo!”.

Tristemente frustrado, abatido e infeliz, retira-se do Seminário de São Vicente de Paulo. O doloroso quadro de sua despedida dos lazaristas acompanha-nos largo tempo após o término do livro. Perdida a radiosa serenidade do Caraça, que lhe acontecerá?

“Mas estava escrito que devia enfrentar o proceloso mundo, que, no dia seguinte, voltaria ao mar que deixara na sua infância.” De regresso a Belo Horizonte, “envolvido num terrível fato de brim pintadinho, desajeitado, vencido, automatizado, sonâmbulo, estúpido”, toma quarto no Hotel Avenida. Um chapéu de palhinha cobre-lhe a tonsura claustral. Na recepção, o gerente considera-o com estranheza. “Que pensaria daquele adolescente ridículo, de olhar desambientado, de modos medrosos, de gestos inacabados, tão feiamente trajado?”, pergunta o autor com uma ponta de compaixão.

Humilhado e ofendido, Xavier recolhe-se ao silêncio das letras. Passa os três dias que o separam de Diamantina lendo, fechado no quarto, onde podia ficar sem chapéu. “Para as refeições, descia taticamente e escolhia um lugar estratégico de onde escondesse a coroinha no alto da cabeça.”

A alma em pedaços, “esfacelado o precioso tesouro de seu ideal, cujas peças desagregadas lhe produziam tédio da vida”, *dele* nos despedimos no trem. A noite e o futuro o engolem, vomitando-o no anonimato de onde o enviaria José Lourenço de Oliveira à frente de combate, na Itália, concluindo-lhe heroicamente o destino sombrio.

Aqueles que não conheceram de perto o autor de *Xavier e o Caraça*, professor ilustre, fundador da Faculdade de Filosofia da UMG, latinista de nomeada, filólogo, lingüista e humanista profundo, amante da boa música, gastrônomo refinado, maltratará, com certeza, a pergunta infinita *quo feror, quo feror, quo feror?*, a rolar sobre os trilhos do caminho de ferro que conduzem sua personagem ao destino. Os que

sabemos que a “incomportável fadiga sem sono” dessa viagem truncada se resolveria mais tarde numa bela carreira no magistério superior e numa posição invejável dentro dos estudos clássicos, lamentamos que José Lourenço de Oliveira não tenha ido além na redação de suas memórias a fim de patentear-nos a metamorfose do patinho feio no mestre de linguagem florida e pitoresca, de gestos largos e voz bem empostada, mansamente alegre, generoso e bom, pai de família feliz, marido de Alaíde Lisboa, esposa afetuosa que hoje se empenha na publicação de seus escritos e a quem devemos este documento precioso.

A leitura de *Xavier e o Caraça* permite-nos, enfim, realizar a difícil travessia do *semblable* ao *même*, passando de representação ao homem. O que desvela a imagem, agora familiar, do jovem caracense, nos ajuda a melhor entender o autor cuja identidade arranca do desdobramento inicial entre Zezinho, o roceiro de Jacaré, e “Xavier”, adolescente afortunado. Ao leitor que não teve a ventura de tê-lo como professor nem de privar de sua amizade, restam, no entanto, o que não é pouco, o prazer do texto e a alegria de partilhar das puras emoções da infância desse meninozinho singular e de acompanhá-lo nas suas reações no mais famoso e tradicional educandário de Minas.

Estado de Minas, 22 set. 1987.

XAVIER E O CARAÇA: UNIVERSALIDADE, EXEMPLARIDADE

Melânia Silva de Aguiar*

Em ensaio já clássico,¹ falando de autobiografia, poesia e ficção, Antônio Cândido ressaltava o gosto histórico dos mineiros pela literatura de memórias, registrando nessa produção o caráter universalizante que, de modo geral, caracteriza esse tipo de escrita em Minas Gerais. Remontando ao século XVIII e às origens de nossa formação histórica, o crítico explica essa tendência, vinculada em nossa tradição, segundo ele, pelo espírito universalizante típico do barroco e do arcadismo, os quais, minimizando ou abolindo o particular, o local, aqui aportaram, o primeiro com as levas pioneiras de aventureiros e artífices, e o segundo com os jovens egressos da Universidade de Coimbra e o sopro de renovação por eles trazido. Examinando mais de perto certa poesia de Drummond, e ainda o memorialismo de Murilo Mendes e de Pedro Nava, Cândido conclui que recursos próprios da ficção contribuem para reforçar nessas obras os traços de universalidade aí presentes, diluindo

* Professora titular e ex-diretora da Faculdade de Letras da UFMG.

1. Cf. "Poesia e ficção na autobiografia," em *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

as marcas de uma subjetividade muito evidenciada. Na obra do pernambucano Joaquim Nabuco, *Minha formação*, o crítico enxerga o avesso dessa tendência, como deixa claro no trecho:

No famoso *Minha formação*, Joaquim Nabuco atenua o caráter exemplar do que narra, porque traz a primeiro plano uma personalidade bastante narcísica, embora eminente, dando exemplo de como o dado pessoal pode se dissolver na vaidade, a mais particularizadora das forças que atuam em nós.²

A tese de Antônio Cândido aqui proposta, embora ofereça possibilidades de questionamento, por focalizar um terreno tão vasto e heterogêneo como é o da literatura que tem a memória como matéria-prima, confirma-se nesse livro do professor José Lourenço de Oliveira, *Xavier e o Caraça* (Belo Horizonte: O Lutador, 1987). Sem assumir com o leitor aquele “pacto autobiográfico” de que nos fala Philippe Lejeune – ou seja, uma espécie de contrato do autor com seu leitor, no sentido de que estará falando de suas próprias memórias –, buscando, antes, por meio de um “pacto romanesco”, apagar as marcas de uma narrativa centrada no “eu”, J. Lourenço de Oliveira disfarça a possível identidade entre autor / narrador / “personagem” em seu “antelóquio” – que não se quer um prefácio, próprio, como diz, das biografias – e ressalta o caráter ficcional dessa obra que se vai ler, já que “a biografia de Xavier é a história de um herói tão desconhecido que, sendo biografia, parece romance” (p. 11).

Entretanto, logo a seguir, o autor mina a convicção do leitor de ter em mãos uma obra de ficção, quando afirma: “Em primeiro lugar se declara que esta biografia tem muito de autobiografia. E onde não

2. Id. ib., p. 53.

é autobiografia é confissão. Confissões de Xavier em largos anos de convívio” (p. 11).

Ora, adotando um pseudônimo que nada tem a ver com o nome que figura na capa, o autor cria logo na apresentação do livro (ou “antelóquio”, conversa preliminar, prólogo) uma leitura em clave dupla, em que autor, narrador e protagonista se identificam e não se identificam, em que ficção e memória se confundem, dependendo de como lemos a pessoa gramatical instalada no discurso do narrador.

Optando pela narrativa em terceira pessoa, ao se distanciar por meio de um “ele” de seu objeto central de interesse – ele mesmo –, percebe-se a intenção do autor de poder falar com mais desenvoltura de sua própria experiência, de suas alegrias, indecisões, vitórias ou fracassos, nos seis anos que passou como estudante, no seminário do Caraça, seguidos de quase dois anos de noviciado em Petrópolis. Mas, complicando a relação de identidade entre autor / narrador / personagem, o relato nos dá notícia do fim trágico do protagonista, atingido na espinha por uma bala nazista, e conclui em tom levemente irônico que “é suave e decoroso morrer pela pátria: *Dulce et decorum est pro patria mori*” (p. 13).

Como atribuir a um narrador morto a narração da própria morte, a não ser na ficção autobiográfica em que a pessoa gramatical (eu ou ele) não se confunde com o sujeito fora do texto, sendo antes a manifestação de um narrador autodiegético fictício?

Analisando as autobiografias escritas em terceira pessoa, Philippe Lejeune lembra que Bertolt Brecht propunha aos atores que transpusessem sua fala para a terceira pessoa e para o passado. Esse estratagema teria a vantagem de propiciar o distanciamento dos atores em relação ao papel que interpretavam. Nos casos dos relatos autobiográficos, observa Lejeune, seus autores são de certo modo atores. Sendo ao mesmo

tempo os autores do papel que interpretam, o procedimento tem para eles uma função muito diferente, pois serve para exprimir suas questões de identidade e para seduzir seus leitores. Ao se olhar a distância como um outro, o “eu” que fala se sente mais à vontade para narrar suas experiências, intermediadas por um “ele” que vela, pelo menos em parte, a voz da origem.

No caso de *Xavier e o Caraça*, o véu é muito tênue, pois o próprio autor se encarrega de relativizar esse “ele” do relato. O livro descreve os episódios da vida de José Vieira, nascido “em um casebre de beira-estrada, na fazenda de seu Timóteo – Fazenda dos Coités –, na Zona da Mata, ou Vale do Rio Doce” (p. 15) e encaminhado ao venerável seminário do Caraça para aí fazer seus estudos; é ele o mesmo Xavier, agora com apelido adquirido dos colegas, apelido idêntico, ao que se sabe, ao atribuído ao autor do livro quando passou pelo educandário dos lazaristas. A experiência desses anos de convívio com os padres no antigo seminário mineiro, que ele identifica ao que de mais próximo há do paraíso, marcaria para sempre o menino tímido e depois o adolescente promissor, despertando uma vocação monacal não concretizada, dentro do texto e dentro da vida.

O emprego da terceira pessoa em relatos autobiográficos, sendo menos comum que o da primeira pessoa, pode ser ocasionado por razões diversas, que vão de um imenso orgulho a uma grande humildade, ou ao excessivo pudor e modéstia em se mostrar por inteiro. Os efeitos sobre o leitor serão também diversos, como o sentimento de desconfiança ou, ao contrário, o da suspensão da dúvida com relação à veracidade da matéria narrada. O desdobramento alcançado pelo procedimento em que o eu do presente se vê como outro no passado (como no famoso “je est un autre”, de Rimbaud, só que aqui, mais adequadamente, “ele – o outro – sou eu”), possibilitando um distanciamento maior do que

as narrativas de primeira pessoa, torna ainda mais ambígua a relação dos componentes da estrutura narrativa, sobretudo se a ironia se instala, atenuando os possíveis traços de narcisismo.

Em *Xavier e o Caraça* são perceptíveis as razões acima apontadas: ora o orgulho, nascido sobretudo da consciência de Xavier de uma superioridade intelectual adquirida graças à privilegiada formação humanista; ora a humildade do menino interiorano, conduzido a um mundo insuspeitado de descobertas e deslumbrado com o universo que se abre à sua sede de saber; ora a modéstia e o pudor de falar de suas conquistas. Na obra focalizada, tais razões seduzem o leitor como valores positivos, levando-o sempre a um sentimento de compartilhamento, de simpatia, de solidariedade: na primeira fase do livro, de compartilhamento com as experiências do menino em processo de descoberta do mundo; na segunda, de solidariedade ao jovem subitamente lançado para fora dos muros protetores do seminário. Aqui, solitário na multidão, são comoventes suas manifestações de não pertencimento, seja a uma ordem educacional rasteira, sem as exigências intelectuais e a disciplina rigorosa por ele vivida nos tempos de estudante, seja a um mundo estranho a seus hábitos, em que o próprio vestuário, a postura canhestre, a tonsura que ainda permanece no alto da cabeça acusam um doloroso deslocamento social:

Mas estava escrito que devia enfrentar o proceloso mundo, que, no dia seguinte, voltaria ao mar que deixara na sua infância. *Cras ingens iterabimur aequor.*

No dia seguinte, cedo, envolvido num terrível fato de brim pintadinho, desajeitado, vencido, automatizado, sonâmbulo, estúpido, entrara Xavier num trem da Leopoldina, de regresso a Minas.

Cobria-lhe a cabeça um chapéu de palhinha, que ele evitava tirar, por vergonha da sua tonsura, uma tonsura claustral, uma coroinha aberta no alto do crânio. (p. 80)

Vejo-o, ainda hoje, tantos anos passados, em pé, de manhã bem cedo, diante do quadro-negro (já verde nessa época) carregado de anotações, à espera dos alunos que só começarão a chegar por volta das sete e meia. Sua figura corpulenta, imponente, desassombrada desperta respeito e certo temor, pois não é homem de riso fácil nem de conversa com alunós. Hoje, quando leio suas memórias, dou um novo sentido a sua voz peculiar, à entonação modulada entre suave e forte na expressividade com que cita de cor versos latinos; consigo perceber nos olhos pretos, vivos e inteligentes, com que nos contempla do alto de sua erudição, o menino tímido, que transpõe quase em estado de êxtase as arcadas do Santuário de Nossa Senhora Mãe dos Homens, para iniciar-se nos mistérios da religião, da filosofia, da literatura, das línguas antigas; e entrevejo em seu rápido meneio de corpo e gestos largos, um tanto desencontrados, o rapazinho que tenta disfarçar sua timidez e canhestrice no contato com essa platéia que ali está, e que nem idéia tem desse passado rico de experiências e desses sentimentos, agora, sim, a mim tardiamente revelados. A leitura de *Xavier e o Caraça*, de que só agora tomo conhecimento, dá-me a chave para entender meu velho professor de latim, identificado agora ao Zezinho Vieira, de Jacaré ou dos Coitês, ao Xavier, do Caraça, a esse protagonista que, na minha suspensão de toda desconfiança, apesar dos despistes, insiste em ser o mesmo que conta, em linguagem erudita ou corrente, a sua história, falando de um "ele" que só pode ser lido como "eu" ou como "nós", tão íntimo e humano se faz esse relato de memórias. E nessa identificação me transfiro para dentro do texto, como se também eu tivesse vivido suas histórias; e houvesse um dia seguido aquela estrada aberta na rocha, subindo sempre, e avistado ali na frente o Santuário de Nossa Senhora Mãe dos Homens, o CARAÇA:

Visão inopina, que se apanha numa visada impressionante!
Revelação longamente preparada pela curiosidade angustiosa da subida!

Visão de uma visada que se repetirá muito, em seis anos de internato!

Visada que agora é a primeira, mas que se repetirá, um dia, como última, entre as saudades da despedida, numa fixação que a retina guarda para a vida! (p. 30)

Não será essa identificação do leitor com a matéria narrada o sinal daquela “exemplaridade” e “universalidade” de que fala Antônio Cândido? E uma vez mais não se confirmaria, com *Xavier e o Caraça*, um traço próprio da literatura de memórias em Minas Gerais?



PARTE 4

DA VIDA À VIVÊNCIA

UM PATRIMÔNIO POR RESGATAR

Johnny José Mafro*

Samuel Moreira da Silva**

Ex-aluno do Colégio do Caraça, livre-docente em direito romano, doutor em letras, o professor José Lourenço de Oliveira, pela solidez de sua intelectualidade, pela seriedade de suas obras, pela erudição de seus escritos, é uma dessas cabeças pensantes admiráveis de que vale sempre se lembrar e que convém noticiar. É um vulto extraordinário, na sua discrição de bom mineiro. Autor que as novas gerações terão de certamente considerar um clássico. Talvez se possa simplesmente dizer, antes de mais nada, que ele, antes de tudo, foi alguém que estudou...

Foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a mesma que veio a ser incorporada à Universidade Federal de Minas Gerais, e que viu seus departamentos se tornarem, eles mesmos, outras tantas faculdades. Catedrático de língua latina (1939-1969) e professor de lingüística (1963-1969), o Mestre nos legou obra, importante

* Professor titular da Faculdade de Letras da UFMG. Professor da PUC Minas. Organizador do livro *Da vida à vivência*, de J. Lourenço de Oliveira.

** Professor da Faculdade de Letras da UFMG. Organizador do livro *Da vida à vivência*, de J. Lourenço de Oliveira.

em seu conjunto, tanto científica quanto literária, rico patrimônio que merece memória e carece de inventário e resgate.

Tivemos acesso direto a parte desse patrimônio. A professora Alaíde Lisboa, esposa do professor Lourenço, também ela escritora e intelectual de renome, e a família deram-nos essa honra.

Passaram por nossas mãos centenas de longos fólhos, datilografados (certamente numa velha máquina Remington), mais de uma vez em frente e verso, corrigidos pelo Autor com notas manuscritas e, nas margens, enriquecidos com acréscimos em escrita cursiva diminuta nem sempre bem traçada. Boas horas passamos, enfrentando o desafio de ler e de interpretar os rabiscos, garatujas para nós, mas certamente mnemônicos para o Autor, que os fazia para si mesmo e não para os olhos de outrem. Por essa razão, embora tenhamos manuseado centenas de fólhos, apenas alguns puderam ser lidos integralmente.

É dessa leitura incompleta que nos valem para uma classificação de grande parte desses fólhos. Alguns tipos de textos foram identificados, no amontoado, com essa primeira vista d'olhos: há a presença de notas de estudo de diferentes obras, de filósofos, poetas, cientistas, ensaístas, juristas etc., há resumos de alguns ensaios, há comentários diversos, há respostas, há propostas alternativas, há textos novos, tudo isso na forma de discussões em que se alegam razões pró e contra, disputas, contradições, dúvidas. Até o humor, mais de uma vez, se faz presente nessas notas de J. Lourenço, nas quais se encontram registradas também contestações, quase sempre precedidas de três simples letras: ora "lço", ora "Lço", ora "LÇO".

Com esse lance de vista detectamos também algumas classes de temas, e essas serviram de base para uma primeira catalogação do acervo inédito. Tivemos de fazê-la, seja para identificar os textos, facilitando-lhes a referência, seja para dar alguma ordem aos fólhos. Distribuímos

a maior parte (há alguns poucos que não foram ainda catalogados) desses fólhos em oito pastas, denominadas Pasta A, Pasta B, ... Pasta H.

Na primeira, pasta A, ordenamos conjuntos de fólhos que continham notas de estudos, resumos, comentários etc. dizendo respeito a textos de direito, concernentes sobretudo ao direito romano. Foram numerados treze conjuntos com as subclassificações A1, A2, ... A13.

Na pasta B, nas subclasses B1, B2, ... B44, foram catalogados muitos outros conjuntos, cuidando de filósofos e de lingüistas, tratando da Filosofia da Linguagem.

A pasta C contém fólhos (e textos) sobre a Estrutura da Frase Indeuropéia. Dezessete subclasses, C1, C2, ... C17 foram registradas.

A pasta D é feita de fólhos que carregam versões (às vezes diferentes) de textos já publicados. Essa pasta, dividida em D1 a D18, recebe o rótulo de "Originais de publicações já feitas".

A pasta E, com o título "Latim/grego", compõe-se de doze conjuntos (D1 a D12) de fólhos com notas e/ou textos dizendo respeito ao grego e sobretudo ao latim.

Com o título simples de "Fichas de leitura", a pasta F, com subclasses que vão dos números F1 a F25, dá ordem a conjuntos de fólhos que contêm notas de estudos de obras de filósofos, lingüistas, gramáticos, psicólogos etc.

Por fim, a pasta G, feita de G1, G2, ... G19, a que demos o nome de "Discursos et alia", compila fólhos e conjuntos de fólhos que contêm textos envolvendo terceiros, sobretudo arguições de professores sujeitos a concursos, seja para obtenção de títulos, seja para docência, além de discursos e de outros textos inéditos.

Todos esses conjuntos de fólhos resumem, enriquecidas de reflexões, lições colhidas da leitura feita pelo Mestre de muitos volumes, literários, filosóficos, científicos. Sua fala escrita, de idéias que se

repetem, mas sempre sob vozeios diferentes, é (para usar-lhe a metáfora) patrimônio capitalizado de muitos anos de estudo e de ensimesmamento.

Desses fólhos brotou a coletânea *Da vida à vivência*.¹ São fragmentos colhidos, aqui e ali, na enormidade do conjunto. São textos voltados especialmente para a filosofia da linguagem, para a teoria da lingüística fabular, para a análise crítica do estruturalismo, para a defesa da lingüística diacrônica e para o estudo da estrutura da frase indeuropéia. Uma combinação de idéias, lúcida, crítica, instigadora, provocadora de reflexão. São (para valer-nos de riqueza lexical de sua obra) reminiscências temporalizadas que refletem muitos saberes, vivências diversas, sintonias serenas, “tradução temporal” de um homem rico de hominidade.

A seleção dos artigos que constam da antologia fez-se inspirada em pequena passagem de um dos textos inéditos. Trata-se de peça, constante do acervo do Autor, com o título “Carta ao Prof. Lara Resende, começada em junho de 1971”. Encontra-se nesse documento a afirmação do Autor de que tinha com o sr. Resende um “convívio que vai fazer cinquenta anos em 74”. Outra passagem que nos chamou a atenção tinha o seguinte teor:

Pensei que lhe escreveria em janeiro, depois que terminasse algumas notas de filosofia da linguagem, tema que me tem preso e enlcado, faz mais de vinte anos. Com todo o gosto de ensinar que sempre tive, deixei a Universidade em 69, antes de que chegassem meus 70. Queria ter mais ócio para dois livros prometidos e não dados: Estrutura da frase indeuropéia (tratado de lingüística aplicada) e Etimologia do poder fabular, um ensaio

1. OLIVEIRA, J. Lourenço de. *Da vida à vivência: conceitos de lingüística fabular*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2002.

de teoria da linguagem, diacronicamente escalonada até à hipótese da origem, a etimologia do poder fabular visto como poder de expressão de nossa humanidade. No segundo trabalho entalei, por ter mais olhos do que boca. Sabe Deus com que gosto vagueio na longa via da humanidade, rota diacrônica multifária, cheia daquelas sendas que desenha, sob um grato luar transcendental, a inteligência da filosofia.

A escolha desses e não de outros textos deixou-se motivar por essa confissão do Autor. Assim, para fazer parte desta antologia, foram tomados textos da pasta B, sobre filosofia da linguagem, e da pasta C, sobre a estrutura da frase indeuropéia. Na verdade, os dois temas convivem na maioria dos textos selecionados.

Oito textos compõem a antologia, variados, de extensões diferentes, de organizações diversas. Tomamos alguns cuidados que lhes pudessem favorecer a leitura. Assim, no corpo mesmo dos textos, entre colchetes, fizemos a tradução imediata de eventuais citações, seja do latim, seja do francês. No final de cada texto, especialmente do terceiro, “Etimologia do fabular e do homínico”, valendo-nos inclusive da ajuda de enciclopédias, acrescentamos um conjunto de notas, de diferentes teores, que supusemos relevantes para o entendimento do texto e, sobretudo, certamente úteis para os leitores incipientes da fala escrita do professor Lourenço. Além disso (pensando sempre em leitores iniciantes), dispensando-lhes consulta imediata de dicionários, explicitamos, num glossário, a significação de muitos itens léxicos.

Para abrir a antologia, tomamos “Espaço e tempo” (classificado, em nossa catalogação, como B7), um (quase) poema que traça a história do homem, desde quando era “infantil e atônito”, “desarmado espiritualmente”, de “parco recurso fabular”, até o homem desnudado de mitos que, filtrando vivências, faz-se Sujeito.

O segundo texto (B3, em nossa catalogação), para o qual foi mantido o título “Prol”, é uma introdução – poética, por que não dizer?

– aos recursos fabulares, patrimônio que define uma língua, e apresentação de problemas de sua descrição.

“Etimologia do fabular e do homínico”, que vem a seguir (B1, em nossa indexação), é o maior dos textos dessa coletânea. Trata-se de longa reflexão sobre a linguagem humana, sua origem e progresso, e sobre a elaboração da humanidade, em sua marcha lenta para o exercício do entender e do refletir. Escreve a história do falar, que vai do falar fazendo ao falar falando, no afeição de vozeios, e critica a lingüística que, segundo ele, deixou-se envolver pelo fisicismo das ciências do Objeto e, ao invés de buscar-lhe o entendimento, prendeu-se de encantos por esse fisicismo, cometendo assim enganos, ainda persistentes, tais como o de ver a língua como objeto autônomo.

O quarto texto (C25, no catálogo do acervo), ao mesmo tempo em que retoma idéias desenvolvidas em textos anteriores, volta-se para problemas estruturais, para a contemplação de moldes frásticos, e pode ser visto no domínio da intersecção de dois temas cultivados pelo Autor, a filosofia da linguagem e a diacronia. Coloca-se também como intervalo – daí o título “Intervalo” que lhe foi dado – entre dois textos voltados especificamente para a etimologia.

O texto seguinte, “Etimologia do poder fabular” (catalogado no acervo como B2), ao mesmo tempo que desenvolve idéias já discutidas, teoriza sobre os sistemas do proceder. Medita sobre a fala, sobre a sociedade e a socialidade, sobre a posse e a consciência da língua, e sobre o vital e o vivencial entremeando a vida antrópica.

Os dois textos seguintes, “Método lingüístico” e “Estrutura da frase”, catalogados no acervo sob C4 e C3, respectivamente, cuidam da análise da frase, de sua estrutura em sintagmas, isto é, da estrutura de morfias a serviço da estrutura de idéias. Os moldes frástico, prolatório e sintágmico e a mobilização de topomorfemas e tonomorfemas recebem

atenção. Destaca-se o papel do verbo como centro da frase e uma classificação é feita dos diferentes sintagmas. Trata-se de dois capítulos que certamente seriam incluídos, de acordo com a citação acima, no volume desejado da estrutura da frase indeuropéia.

O oitavo texto, "O modo e o tempo na expressão fabular", é um exemplo de análise que percorre, como síntese, todos os textos precedentes. Trata-se de um ensaio que contempla duas das preocupações básicas do Autor: a estrutura da frase indeuropéia e a etimologia do poder fabular.

Feita de inéditos, a edição buscou, em sua organização, sob luzes da ciência ecdótica, estabelecer um texto crítico, um texto fiel, perfeito, mediante colação com o digitado e com o manuscrito, correção dos erros tipográficos, modernização da maneira de compor e, tanto quanto possível, dando atenção a particularidades ortográficas, acrescentando variantes de passagens, notas e comentários que pudessem constituir aparato crítico. Trata-se de trabalho metódico, e não mecânico. Trata-se de interpretação e não de reprodução. Exigiu senso e responsabilidade. Obedeceu a normas gerais e genéricas, mas também esteve atento a particularidades, uma vez que toda obra, no processo de edição, em face dos problemas específicos que apresenta, requer procedimentos peculiares. E cada problema tem sua solução.

A fidelidade não é sujeição passiva. Assim, em face do fato lingüístico, não foi sempre respeitado o fato puramente gráfico. Procurou-se um texto livre de erros, de descuidos, de eventuais "cochilos", sejam do Autor, sejam dos organizadores. Atendendo também a finalidades didáticas, atualizaram-se a ortografia e a acentuação, de acordo com o sistema vigente. Uniformizaram-se a capitalização e a abreviação. Arrumou-se a pontuação, ajustando-a ao uso que está em vigor. A aparência gráfica e tipográfica também buscou

uniformização: as notas intercaladas do Autor foram compostas em tipo menor e inseridas no corpo do texto; a cabeça dos capítulos teve o mesmo tratamento; sofreram ajustes o uso de aspas, do itálico, o corpo das letras.

Para eventual consulta aos originais, registrou-se, no início das notas que são acrescentadas no final de cada um dos textos, a indicação dos fólios e das páginas em que se encontram as diferentes seções. Em relação às notas, são pouco extensas, quer quanto ao número, quer quanto ao teor. Acreditamos que nos prendemos ao indispensável, seja para a elucidação do texto, seja quanto à relevância das informações.

O esforço envidado na organização e arranjo desse conjunto de textos – que visam a subsidiar o leitor, na compreensão do complexo de idéias que organizam o pensamento do Autor – é apenas uma amostra do tanto de trabalho que precisa ainda ser feito, em face do amontoado que compõe o acervo.

A conservação desse patrimônio (do qual participa também farta *marginalia*) é altamente desejável, e vale dizer que os longos fólios, inéditos, devem, higienizados, fazer-se objeto de preservação física. Da mesma forma, são urgentes ordenação e organização mais rigorosas desse manancial de reflexões, assim como o empenho de facultar-lhe o acesso, providenciando cópias que lhe ampliem as condições de pesquisa.

Seria desejável que, valendo-se de recursos advindos de avanços tecnológicos, o acervo pudesse ser armazenado (compactado) digitalmente, permitindo-lhe, o que facilitaria a pesquisa, acesso também pela internet.

Publicado em: OLIVEIRA, J. Lourenço de. *Da vida à vivência: conceitos de lingüística fabular*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2002. p. 7-12.

AS IDÉIAS NA EXPRESSÃO LINGÜÍSTICA

Samuel Moreira da Silva*

Ter hominidade é fazer-se homem,
fazer-se homem é hominizar-se e
hominizar-se é temporizar-se,
no exercício da cogitação intelectual.

Lourenço

O humano surge (...) ao surgir a linguagem, mas se constitui de fato como tal na conservação de um modo de viver particular centrado no compartilhamento de alimentos, na colaboração de machos e fêmeas, na criação da prole, no encontro sensual individualizado recorrente, no conversar.

Maturana¹

* Professor da Faculdade de Letras da UFMG. Organizador do livro *Da vida à vivência*, de J. Lourenço de Oliveira.

1. Maturana, Humberto. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 175.

No grande acervo legado pelo professor J. Lourenço de Oliveira, em alguma página de livro, em alguma margem de página de livro,² ou em algum fólio inédito, o leitor encontrará diferentes versões da seguinte fábula:

... No princípio era o objeto. Havia o sol o monte o rio a planta a ave o peixe o quadrúpede o homínida. Mas eram coisas ainda sem nome, *adhuc sine nomine res*, porque ainda não existia o sujeito.

Um dia, na paciência genésica das origens, dois homínidas começaram a manifestar, pela voz, a representação de uma idéia. Eram eles Primo e Secundo. Aí começaram a ter nome o sol o monte o rio a planta a ave o peixe o quadrúpede. E o homínida se fez homem, *et homo factus est*, ao se fazer sujeito, frente a frente com o objeto.

A esse objeto ele foi transformando em "reais", internados no espírito, o seu espírito de Sujeito. E esses reais eram repercussões dos procedimentos

2. OLIVEIRA, J. Lourenço de. *Conceitos de lingüística fabular*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984. p. 45-46. Outra versão dessa fábula encontra-se a seguir, transcrita da margem de um fólio inédito (F2), ao lado de notas sobre Cassirer:

No princípio era o Objeto. O sol o monte o rio a planta o peixe o animal o homínida. Mas eram coisas ainda sem nome. *Adhuc sine nomine res*. Isso porque ainda não existia o Sujeito. Sujeito é aquele que interna em si o mundo, veiculado em nomes. Um dia, na paciência genésica das origens, dois homínidas, Primo e Secundo, aprenderam a "manifestar pela voz" a representação de uma idéia. Então começaram a existir os seres: o sol, o monte, o rio, o peixe, o animal, e o homínida se fez homem. *Et homo factus est*. E o homem se fez Sujeito, ao se fazer capaz de se opor ao Objeto. E transformou o objeto em reais internados no espírito, o seu espírito de Sujeito. Esses reais eram repercussões de procedimentos do Objeto, repercussões vivencialmente associáveis a vozes que a fala de Primo produz, dirigida a Secundo, veiculando as imagens do mundo.

do Objeto. E essas repercussões eram associáveis a vozes com que a fala de Primo, dirigida a Secundo, foi sendo capaz de veicular as imagens do Universo.

Essa narração/expressão, essa fábula revela o esforço criativo de quem faz obra de arte, de quem busca o requinte da forma, de quem elabora e aperfeiçoa sua fala, de quem busca os feitos de estilo, na liberdade da reflexão. Em todas as suas obras, de lingüística, ou não, revelando a consciência da fala como expressão do homem, J. Lourenço mostra esse esforço de expressão. A disciplina, o léxico revigorado – ressuscitado – na busca da precisão, a gradação de matizes, a tintura de subjetivo no objetivado, a feitura de mundo na medida do espírito, o veiculado tingido de participação humana, o esforço na modelagem do mundo interior, a ascensão estética em harmonia com o amadurecimento racional, esses traços todos criam – em sua fala – a aderência do pensamento à expressão. Não é à toa que Carlos Drummond de Andrade viu-o “identificado com a Cidade das Letras, e delas conhecendo os segredos.”³ É difícil – eis um traço de arte em sua obra – falar das idéias de J. Lourenço, sem se valer da expressão lingüística de que ele se serviu. É preciso dizer que não é difícil a articulação de seu estilo, embora a leitura não seja fácil e fluida. Seu vocabulário é idiossincrático, recorrente, mas garante quase sempre precisão. Ora, ele mesmo ensina, alhures,⁴ que a ignorância humana é um entrave social que pede tempo, que o bem comum dos recursos expressivos se deixa sedimentar apenas devagar. A expressão nasce lenta, paciente – diz ele. Ensina também que não

3. OLIVEIRA, Alaide Lisboa. *José Lourenço de Oliveira educador*. Belo Horizonte: Cuatiara, 1996. p. 120.

4. Id. *ibid*, p. 127.

há troca de idéias. A comunicação humana pressupõe a dinâmica bipolar dos sócios interagentes: Primo e Secundo devem ser dois pólos de vivências análogas – condição necessária para que haja sintonia –, sintonia de suas representações – na intersubjetividade de comunicantes. No circuito da fala, portanto – ao contrário do que faziam crer Ferdinand de Saussure e outros estudiosos –, Secundo não é um parceiro passivo.

Com a elaboração criativa da fábula citada, além de preocupações de caráter estilístico e de natureza estética, o Autor, com elegância, define também pressupostos ontológicos e filosóficos que, a elas subjacentes, comandam e orientam suas lições.

“No princípio era o objeto.” A pontuação nenhuma em “Havia o sol o monte o rio a planta a ave o peixe o quadrúpede o homínida” é bem um recurso para abreviar o rol das “coisas ainda sem nome” – minerais, vegetais, animais e até uma família de primatas, os homínidas – que fazem o Objeto. Também pertencem ao Objeto os *feitos* do Objeto: o compêndio dos procederes naturais, biológicos, zoológicos. Pode-se relatá-los, valendo-se de expressões colhidas aqui e ali (como escapar desses adereços?), na riqueza da fala do próprio Autor: respostas de simples persistência, na economia do aqui-e-agora; mecanismo de reflexos engatilhados, na espera espacial da excitação; procedimentos de indivíduos zoológicos, na economia das virtudes infusas da animalidade; gregariedade animal, em seu co-viver, com seu formulário natural de procederes, de respostas não ensinadas, reflexos, sob múltiplos estímulos iterativos, dos fazeres vitais, dos condicionamentos primários, que garantem a pervivência do indivíduo e a sobrevivência da espécie.

Esse é o Real, o mundo da Natureza – a *res extensa* cartesiana, externa, perdida no espacial. Também desordenada, “porque ainda não existia o sujeito” – narra o fabulista. Nem o Sujeito, nem os *feitos* do Sujeito.

De pacientes passando a agentes, hominídeos fazem-se homens. Essa conversão se dá, embora o pormenor da gênese, na distância de muitos e muitos milênios, seja, como em todo processo, de difícil reconstituição. É a madrugada da espécie humana. Está sendo criado o ordenador mental dos fenômenos do mundo. É a epifania da superação do plano zoológico, natural, e a liberação da dimensão antrópica, da hominização, pós-natural. O homem começa a conquistar o poder de transmutar em estímulos internos, isto é, em vivências, interiorizando-as no espírito, os estímulos de circunstâncias da vida. Veiculando a cogitação, a fala permite que se inicie a fusão do saber espacial no saber temporal. No terreno zoológico do piteco nasce a flor da hominidade, flor de tempo e não de espaço.

A chave – diz o professor J. Lourenço – está no poder fabular. Está na fala, concedida a nenhuma outra espécie. O mundo pode agora veicular-se em nomes. Os seres começam a existir, como categorias, agora bem pontuados⁵ – o sol, o monte, o rio, a planta, a ave, o peixe, o quadrúpede. Não há mais o caos.

A fala faz a vivência – tecendo-a de lembranças, de reminiscências, de repercussões do Real internadas no espírito. A duração temporal acaba de ser criada. A vida se deixa enlaçar pela vivência, e pela convivência, e os estímulos fenomênicos de aqui e agora se fazem substituir pelas reminiscências de alhures e outrora.

Secundo, o aprendiz, nutre-se da vivência e da convivência. No corpo a corpo com o Real, constrói seu mundo extensional, seu mundo da experiência direta, feito de notícias sensíveis. Na convivência com Primo, o sócio, colhe dele as repercussões do Real, em notícias fabulares

5. Essa pontuação se encontra na versão da mesma fábula apresentada na nota 2.

e descritivas, e faz seu mundo verbal, de reais derivados, do fenomênico que lhe chega, dado pelo sócio, na forma de notícia. Compreendendo com os sentidos e conhecendo com a inteligência, Secundo interna em seu espírito tanto repercussões dos procedimentos do Objeto quanto repercussões associáveis a vozes que veiculam a imagem do Universo. Há, assim, duas vias pelas quais Secundo discente interna em si o mundo: a via individual do contato com a coisa e a via social da notícia da coisa. Dois sistemas de estímulos, portanto, estão na base da vivência de Secundo discente: um, primário, decorrente da equação *ic* (“indivíduo-coisa”), e outro, secundário, da equação *ss* (“sócio-sócio”). A capitalização – essa metáfora é insistente na obra do Autor – das repercussões do Real, sejam reais de primeira mão, sejam reais derivados, enriquece a hominidade.⁶ As repercussões do Real no espírito são a moeda. O procedimento da fala, por ser capitalizador, por acumular recursos e aumentá-los, sobretudo em aculturações intergrupais, com a troca de experiências diversificadas, faz-se o meio mais eficaz de intercâmbio de vivências.

Nasce assim o sujeito, o ser que aprende. É a promessa do domínio do espírito, da consciência, do pensamento – a *res cogitans* cartesiana. No recinto impenetrável de seu Eu, o Sujeito dispõe de poder criador. Ao invés de se adaptar ao mundo, adapta para si a casa do mundo. Ao invés de sofrê-lo, com suas reações reflexas, passa a elaborar o fenomênico, em formulações reflexivas. Na sedimentação

6. O *Dicionário Aurélio* registra, derivado de homem, o adjetivo *hoininal* e o nome correspondente *hoininalidade*. O termo *hoininidade*, exprimindo o caráter e a essência de seres humanos mentalizados e espiritualizados, é criado pelo prof. J. Lourenço, assim como o verbo *hoininizar*, que define o progresso do homem Sujeito, em seu processo de mentalização e de espiritualização.

de muitos milênios, a fala humaniza o homínida. O processo de hominização se instaura. Define-se a hominidade.

A fábula comentada pode ser considerada o cerne e a raiz dialética da obra de J. Lourenço. Refaz a ruptura cartesiana entre o mundo da natureza e o mundo da mente e da consciência. Prolonga disputas com os empiristas, o que permite a exploração de listas dicotômicas, agora enormemente enriquecidas em seu texto: o corpo e a alma, o material e o espiritual, a natureza e a história, o materialismo e o espiritualismo, o espaço e o tempo, a natureza e a cultura, o Objeto e o Sujeito, a vida e a vivência, o zoológico e o antrópico, o fato e o feito; o saber infuso e o saber aprendido, o saber espacial e o saber temporal; o mundo fenomênico e o mundo numênico; o ritmo natural, evolutivo e o ritmo pós-natural, progressivo; o código do saber infuso e o receituário do saber aprendido; a resposta reflexa própria da economia zoológica e a resposta reflexiva, própria do saber antrópico; o agora espacial da vida e o outrora reminescente da vivência; a presença espacial da coisa na circunstância e a presença temporal da idéia da coisa na lembrança, a gregarice e a sociedade, o encontro zoológico, gregário e o encontro homínico, social; a posse casual e a posse causal, o sincrônico e o diacrônico. Não se espera uma síntese fácil.

Vê-se que as reflexões lingüísticas do professor J. Lourenço querem ir às origens. Para ele, a lingüística não pode ser sincronicamente imobilizada, à imagem da espacialidade do Objeto. Tem de ser diacrônica, ao movimento da temporalidade do Sujeito. Por isso ele mergulha com energia na sincronia da vida. Quer definir o saber espacial de que se ocupam as ciências do Objeto. Afinal, o homem biológico, suporte físico do Eu, encontra-se no mundo do Objeto, e procede como objeto no vital dos fazeres. J. Lourenço também imerge intensamente na etimologia das vivências. Ele quer compreender o saber

temporal, as ciências do Sujeito. Afinal, o homem antrópico, gerando em si o tempo, procede como Sujeito no vivencial dos pensares.

Para ele não é difícil concluir que, se o pensar é um proceder mental do Sujeito e a fala o veículo do pensar, então a ciência da linguagem, sem sombra de dúvida, deve, como um capítulo na história de procederes do homem antrópico, incluir-se nas ciências do Sujeito, ao lado da História, da Sociologia, da Psicologia.

E outras conclusões decorrem de silogismos análogos. Assim, levantando-se contra a proposta saussuriana da língua como um sistema, ele se vale da seguinte peça argumentativa: a ciência (do Objeto) desenha o sistema espacial de uma coisa física e identifica a relação sistemática dos procederes que tenha essa coisa. Tem-se em mente que o sistema está na coisa, e não no proceder. Assim, a fala não é uma coisa, mas um proceder de quem fala. Da mesma forma, a língua também não é uma coisa. Ela aparece na fala que a atualiza e que a potencializa para falas futuras. Isto é: a fala é um proceder atual e a língua é um proceder potenciado. Logo, deve-se buscar o sistema na coisa "homem", o procededor. Por outro lado, só o homem zoológico (o corpo), por ser coisa física, participa da sistemação natural, pesquisada pela ciência. A fala, seja ela atual ou potenciada, tem a ver com o poder criador do homem antrópico, poder do espírito e não do corpo. O vozeio, sim, diz J. Lourenço, é natural. Mas a qualidade da fala não está no sensível do vozeio. Está na qualidade semântica e nas reminiscências que acorda, trazendo, para o agora presente, o outrora temporal da idéia. Deverão ter tratamento diferente a coisa espacialmente presente na circunstância e a idéia da coisa temporalmente presente na lembrança.

Só o Objeto, no espaço, será matéria da ciência natural. Pode-se nele reconhecer sistema. O Sujeito, no tempo, é matéria de ciência pós-natural. A hominidade, a fala e a língua progridem no tempo. A plasticidade

da invenção não se ajusta, na oscilante estrutura das falas, à idéia de sistema. As estilizações diacronicamente imprevisíveis também não se ajustam, nas idiossincrasias vivenciais de cada um, à idéia de sistema. A fala, exercício do proceder fabular, é ato de criação emergente e não um sistema. A língua, fruto de falas exercidas, não é tampouco um sistema. Também não o é a hominidade, a economia temporal que configura mentados, reformulando vida em vivência, com o exercício pós-natural do falar.

Na rede dessa argumentação há a transparência de outros debates. Assim, a fala (não a língua) – sugere o Mestre – deve ser havida por espelho da alma, e a fala (não a língua) é social. Há mais coisas no mundo da fala, dirá ele, do que viu a filosofia da lingüística. Ele vê, na lingüística de então, o encantamento com o “cientismo” redutor, e critica nela o pendor “físicista”, quantiador, próprio das ciências do Objeto. O Estruturalismo e suas teses centrais – sincronia, sistema, oposição, vocabulismo – são o alvo principal de seu combate. Ferdinand de Saussure, discípulo de Durkheim, comete o engano de ver a língua como coisa, como um real autônomo, como “um produto do espírito coletivo”. J. Lourenço corrige-o de forma simples: a língua é “um produto coletivo do espírito”. Centrar a atenção na língua é deixar-se seduzir pelo virtual. É miragem contemplá-la como produto natural sob leis naturais – dirá ele. A língua não é uma realidade, mas uma abstração, uma possibilidade.⁷ “É um veículo esperando serviço.”⁸ É um momento estático da expressão, nascido do momento dinâmico da fala. É produto da fala. É uma sedimentação intra-individual, feita de

7. OLIVEIRA, J. Lourenço de, op. cit., p. 100.

8. Id. ib., p. 83.

elaboração vivencial, capitalização progressiva no crescente exercício de entender, uma habilitação individual, formada em cada um pela atividade social da fala. É um proceder potenciado. Não é, portanto, do mundo exterior. Realidade é a fala, coisa externada – momento sensível em que os elementos da língua se manifestam. “A fala é um veículo veiculando um veiculado.” Só a fala então é um serviço, uma construção, uma síntese, uma expressão, uma atividade social, inter-individual. A língua veio da fala. Nesta temos de ver aquela.

Será também objeto de crítica, da mesma forma, a análise lingüística que se atém à imanência espacial dos vozeios e despreza a transcendência temporal da intenção, fugindo de determinar o todo semântico motivador e o todo fabular motivado, interagentes ambos. Antes de ser forma, a fala é função. É o que se pode ler nas entrelinhas.

No intervalo dessas lucubrações, é respeitável destacar a firmeza, finura e precisão de minúcias com que J. Lourenço trata a fala, distinguindo falas. Na teorização, que pretende dar conta da veiculação fabular e do crescimento da humanidade, acentua, no ato de fala, a importância dos contextos. Eles são a medida da inteligência da fala. Refazem o modelo que vai do concreto ao abstrato, do espacial ao temporal, da vida à vivência.

Assim, ao lado do contexto pessoal, de Primo e de Secundo, o ato de fala conhece três outros contextos, dos quais dois são visuais e um, auditivo. O contexto teatral é feito da presença dos interlocutores e das coisas circundantes. O contexto mímico constitui-se dos moveres corporais, ações teatrais. O contexto fabular consta de vozeios, de frases. O contexto pessoal, esse, é o patrimônio interindividual, riqueza latente feita da experiência fabular disponível, e fabularmente exprimível. Filtrado de vivências, nutre-se de formação e de informação social.

A fala, na diacronia da humanidade (e no florescer de cada indivíduo), vai do falar-fazendo ao falar-falando. Primeiro ela se vale principalmente dos olhos, nas adjacências vitais do aqui e agora. Depois, dos ouvidos, na autonomia vivencial do alhures e outrora. Trata-se assim da fala pragmática – produzindo fazeres, e da fala teórica – lembrando vivências. Naquela, há o compromisso com o espacial, contando, para a relevante fala do corpo, com a presença, cheia de coisas, do agora vital. Na fala teórica, há a intenção temporal, realizando, em vozeios estilizados, a ausência, cheia de idéias reminiscentes, do outrora vivencial.

A fala pragmática não pode dispensar a presença teatral das coisas e das pessoas, nem pode prescindir do mímico (gestos, teor fisionômico, atitudes). Mas pode ocorrer sem vozeios. E esses últimos, quando presentes, podem não ultrapassar, muitas vezes, o nível, de poucos recursos, da fala infrafabular, esta constando de decisões volitivas ou de vozes expansivas. Assim, mais visual que auditiva, a fala pragmática, em ato, tem de contar com a eficácia do gesto dêitico que aponta e do gesto plástico que imita. A fala pragmática fala-fazendo.

Aos poucos (isso se dá, na via etimológica da humanidade, em lenta diacronia, com o passar de muitos milênios), constrói sua hegemonia a fala teórica, também chamada per-fabular, reconstituindo o vivido e o vivenciado, motivada em si mesma, madura. Valendo-se de vozeios, dosados de melodia e ritmo, veicula o conteúdo fabular, na autonomia vivencial, explorando imagens auditivas, de recursos agora anafóricos, entre boca e ouvido. Noticia eventos e teoriza a vida. É porta aberta para, superando a simples posse, trazer a consciência da língua. A fala teórica fala-falando.

Seja pragmática ou teórica, há o caminho da fala coloquial, quando Primo se manifesta a Secundo, seja no teatro dos fazeres (fala

pragmática), seja no palco das lembranças, tecidas de imagens ouvidas (fala teórica). A outra via, importantíssima no processo de hominização da humanidade, é a da fala soliloquial, de Primo com seus (bor)botões. É a fala da elaboração, “a vera fala hominizante”, diz J. Lourenço. É o exercício do pensar, intra-individual, na atividade da cogitação vivencial. É falando que se pensa, dirá ele, seja quando, em elaboração soliloquial, no ócio do pensar, a imaginação pode ver-se à solta, ou sob vigilância da razão, seja quando, na manifestação coloquial de Primo, a idéia é suscitada em Secundo. As mesmas duas vias são também – é bom que não se esqueça – tanto recurso docente, que reparte hominidade, quanto meio discente, em que Secundo intra-individualiza-se o patrimônio da língua.

Há outras distinções – o reconhecimento de outras falas – na teoria de J. Lourenço. Assim, há a fala interior (na cogitação intra-individual) e a fala exterior (na sintonização interindividual). Há a fala literária (de quem se dirige a muitos, além da razão do instante) e a fala comum (a da instância). Há a fala humana (natural, que exprime o homem) e a fala transumana (científica, que ordena a matéria). Mas a grande conquista da humanidade, dirá ele, se dá com a visualização da imagem auditiva, reduzindo o audível no visível, isto é: com a simbolização visualizante que apresenta a fala oral em fala escrita (a que chama de fala auditiva visualizada). A possibilidade do comércio mental se multiplica. O patrimônio comum da língua capitaliza-se tanto na fala oral, entre presentes, quanto na fala escrita, entre ausentes. No silêncio dos traços gráficos – acentua –, Homero, Platão, Vergílio conversam com os pósteros, mais de mil anos depois, na voz do leitor.

•

Já é tempo de encontrar a relevância de todas essas lições. Tomando referência na hominidade, J. Lourenço reconhece-lhe, com duração de carreada de milênios, um momento zoológico – um mundo de Objeto sem Sujeito. Momento espacial, evolutivo, sem tempo. Esse momento é superado por um momento antrópico, inespacial, progressivo, com tempo. Repartido em duas fases: uma, a fase infralógica, do *homo loquens*, do Sujeito emparelhando-se com o Objeto (veja o totemismo), lenta em seu ritmo temporal e progressivo, e outra, a fase lógica, do *homo sapiens*, de Sujeito opondo-se ao Objeto, realizando a superação da cota infralógica, inaugurando a eficácia racional, o homem aristotélico. (Vale lembrar que a fala escrita preparou o passo desse milagre helênico).

A filogênese é sempre o modelo da ontogênese. Guardadas as proporções, a história da diacronia da hominidade parece ser a história do florescer do indivíduo. A fala pragmática, produzindo fazeres, com o domínio dos contextos visuais, nas adjacências do agora e nas névoas do outrora, e a fala teórica, lembrando vivências, reduzindo à função adjetiva tanto o contexto teatral quanto a antiga importância da fala gesticular, parecem corresponder às fases infralógica e lógica do homem antrópico. E assim, outras dicotomias poderiam ser destacadas: a fala oral (contando com a presença dos interlocutores) e a fala escrita (a prolação é do leitor); a posse da língua e a consciência da língua, a pobreza mental e a riqueza espiritual.

A análise talvez, no entanto, tenha de contar que os pares listados não “se opõem”, mas “se compõem”. É a progressão, no contínuo, da vida à vivência, do fazer ao pensar, da “posse” (da língua) à “consciência” (da língua). A intenção veicular talvez explique a fala e a substância de sua forma. A retomada dessas idéias – possíveis (quem sabe?) na releitura de J. Lourenço – talvez possa significar – vale a pena conferir –

revisão na concepção da filosofia e da didática da língua, isto é: uma compreensão nova do ensino da língua materna.

E, certamente, há razão para uma reflexão sobre as teorias lingüísticas vigentes.

Publicado em: OLIVEIRA, J. Lourenço de. *Da vida à vivência: conceitos de lingüística fabular*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2002. p. 13-21.

UMA FILOSOFIA HUMANISTA

Jair Barbosa da Costa*

Creia(m) que estou lisonjeado pela distinção de falar sobre aquele que foi meu maior mestre de português – JOSÉ LOURENÇO DE OLIVEIRA.

Lourenço – o entusiasta do magistério, elegante no vestir e no falar; sábio, exigente e sóbrio com seus alunos, modelo espontâneo de amor ao idioma pátrio pelo falar escorreito, sem rebuscamentos; desassombrado na defesa de suas idéias, quase sempre contestatórias ao estabelecido, quer na gramática sincrônica, quer na teoria lingüística; lídimo representante do legado cultural caracense greco-romano; dono de uma *sui generis* e difícil metodologia do ensino da língua, mas atraente e curiosa por sua visualização diagramática a exhibir uma lógica incontestada nas relações entre os componentes frásicos.

Era sobre essas maravilhas do ensinar lourenciano que pretendíamos discorrer, revivendo-o, com alegria, ao demonstrar o processo e as personagens Primo e Secundo que lhe dão vida como *sócios interagentes* da comunicação humana.

* Professor, ocupante da Cadeira José Lourenço de Oliveira, da Academia de Letras da Polícia Militar de Minas Gerais.

Mudei de idéia, todavia, quando recebi pelas mãos gentis de Abigail, filha do grande mestre, esse primor de obra – *Da vida à vivência*, subtulado *Conceitos de lingüística fabular*, de José Lourenço de Oliveira, em boa hora organizada por dois discípulos, Johnny José Mafra e Samuel Moreira da Silva, diletos e fiéis seguidores de Lourenço.

Mudar de propósito não significa, aqui, falar de outro assunto, porquanto este é, também para nós, a melhor marca de Lourenço professor. No entanto, falaremos dele tão-só para ressaltar a magnitude da tarefa de Johnny e Samuel.

A seleção da matéria, bem assim sua ordem de apresentação e notas, revelam profunda identidade de seus organizadores com o aspecto que alicerça o trabalho intelectual de José Lourenço – sua filosofia humanista. Tudo há de girar em torno do homem, de sua essência.

Aí, nessa preocupação com a globalidade do homem, a partir de sua capacidade de comunicar com o outro por meio da *fala*, está o cerne do pensamento, do discurso contestatório e construtivo do mestre Lourenço, para quem a língua “é um produto coletivo do espírito”. É com esse conceito nuclear que rebate, de modo exaustivo e consistente, a teoria da lingüística estruturalista de Ferdinand de Saussure; derruba a dicotomia *langue-parole* com o argumento de que o pai da lingüística moderna comete o engano de ver *a língua como coisa*, como um real autônomo, um produto do espírito coletivo. Sustenta seu ponto de vista demonstrando como a *língua* promana da *fala* e como esta última “é um veículo esperando serviço”.

Mas não pretendemos parafrasear o monumental trabalho dos dois discípulos de Lourenço nem lhe fazer uma resenha, porquanto nada acrescentaríamos a essa oportuna homenagem ao centenário de nosso mestre comum.

O bom mesmo é que os interessados nesse palpitante assunto, sobretudo na abordagem erudita, singular, convincente de José Lourenço, venham deliciar-se no manuseio de cada página, cada capítulo desses *Conceitos de lingüística fabular*, mergulhar nas estruturas frásicas e seus variados sintagmas; estreitar-se com *Caio*, saudosa personagem das aulas de Lourenço a responder chamada diária com seus alunos. Enquanto Primo e Secundo vivificam o fundamento teórico, é Caio quem vai para o quadro fazer e acontecer nas diversas estruturas monossintagmáticas e polissintagmáticas.

Lembro-me de Caio como alter-ego de Lourenço, passeando com ele, em diálogo, na frente do quadro e participando de todas as situações reclamadas pelo mestre para ilustrar exemplos.

Os dedicados discípulos de Lourenço não sô responderam ao desafio de minha amada, mui amada Amiga Alaíde Lisboa, no sentido de “lançar-se às inúmeras pastas de escritos de José Lourenço”, como também o fizeram com carinho, interesse, zelo e competência, trazendo à luz – quem sabe? – a melhor homenagem desse centenário: *Da vida à vivência...*

TÓPICOS EXEMPLARES*

Perito no ofício da expressão, o professor José Lourenço tem o que dizer e tem com que dizer. Seus textos são uma profusão de idéias, sucintas muitas, que merecem ser lembradas. Pensamentos e conceitos que, com requintes de retórica, se vestem, às vezes, de aforismos, paradoxos, axiomas de alcance moral, voltados todos para um maior conhecimento do homem e desenvolvimento de potencialidades da condição humana. Tópicos exemplares, portanto.

Colhidos ao sabor do momento e recolhidos ao passo da leitura, alguns desses tópicos, iluminados, foram acolhidos nesta seção, e organizados cronologicamente, revelando, na seqüência da vida, a progressão de vivências. Os textos escolhidos têm referência na cronologia biográfica do Autor e a ordem dos tópicos transcritos vem da sucessão linear de cada texto. Certamente (quem sabe?), a exposição de alguns dizeres do Autor trará vontade de lê-lo e de conhecê-lo melhor. Vale lembrar, mais uma vez, que se pode ter acesso a todas as obras citadas (livros e ensaios) na página <www.lettras.ufmg.br/lourenco>.

* Introdução e coleta dos tópicos de Samuel Moreira da Silva.

A Renascença é uma saudade furiosa do paganismo. Com uma diferença: na Grécia, a arte era uma tradução sincera de um espírito abandonado a si mesmo, e era um meio. Na Renascença, a arte é um espírito que se abandona propositadamente e que faz da arte uma coisa em si.

•

O homem, cada vez mais individualizado, vai sentindo apagar, na consciência, a noção dos deveres.

•

O homem foi ficando cada vez mais uma coisa em si. A sociedade, cada vez mais, dissociada, desligada, até esta coisa dolorosa, martirizada, enorme, ululante, indefinível, de agora. (...) O espírito cristão seria o único capaz de saciar toda esta trágica insatisfação desesperada do homem moderno.

•

Nossa humanidade de hoje, não sei como há de realizar algum comunismo, agarrando-se como se agarra ao bem material. Fazendo-o uma finalidade em si, uma coisa absoluta. Enquanto a sede do homem for esta busca ansiosa, sôfrega do gozo em si, do gozo estandardizado a que o americano chama *confort*, como aspiração final, havemos de ter mais brigas do que fora preciso, porquanto não se estará

satisfeito. Ficará sempre, no fundo da alma, a inquietao eterna, a nostalgia grande do não-sei-o-quê. A sabedoria medieval do bem terrestre como acessório é bem mais construtora.

•

As descobertas científicas e os descobrimentos geográficos acendem no homem todas as sedes.

•

1933 / *A ortografia de nossa língua*

Antigamente, os mestres impunham. Hoje, eles expõem. Inutilmente, o mais das vezes.

•

Com o século 19, o homem adoeceu de obsessão científica. O estudo das humanidades perturbou-se. O gosto dos clássicos diminuiu.

•

(...) o estrangeirismo corre as avenidas das cidades, as colunas dos jornais e revistas, as páginas dos livros. Sem, nem ao menos, mudar de roupa. Quando muito, pessimamente entrajado por algum torto alfaiate, que nunca possuiu a fita métrica da lingstica.

•

Outrora, o rapaz tinha medo de quebrar um princípio de etiqueta, num salão, ou um princípio de gramática, numa poesia.

•

O nosso aparelhamento educacional não soube represar a inundação americana. Não soube convenientemente prevenir-se para canalizar e sublimar as novas tendências da mocidade.

•

Segurança e recurso de métodos exige-os, mais do que qualquer, o ensino da língua. Entre nós, o mal maior tem sido *o gramatiquismo* e o conceito de ensino, dele resultante.

•

Urge transferir a fundamentação do ensino da língua. Sair do aferro à gramática para o campo vivo da necessidade atual. Do conceito *bem* falar e *bem* escrever, para o conceito mais essencial que *é falar e escrever*.

•

Temos *ensino* demais e *aprendizagem* de menos. É necessária uma inversão.

•

Ensine-se a falar e escrever a língua. A correção virá de acréscimo, naturalmente.

•

A matemática e as ciências são *impessoais*, mas a literatura e a composição lidam com a *substância da vida e do caráter*, com a *emoção* e com o *pensamento*.

•

Armem o aluno de gosto pela boa leitura. De expediente, na exploração dos mestres da literatura. De exercício, na faculdade da elocução. De capacidade para ver e sentir as coisas... E ele falará e escreverá bem. Porque ele saberá *ser*, diante da vida.

•

1934 / *A hora inquieta que vivemos*

Este é o grande sintoma da época: a intranquilidade, a insatisfação, alimentada na profunda e coletiva dor que nos suplicia com um desequilíbrio de dias amargos e um pressentimento de tempos ameaçadores.

•

..

...

A hora atual das nações civilizadas é uma hora de mar grosso. (...) Ergue-se do seio das massas este mesmo murmúrio de floresta. Uma floresta humana de instintos, de ambições, de anseios imediatistas, de exigências também humanas, porque as massas sofrem!

•

Abolindo uns tantos princípios altos, milenarmente apontados pelas filosofias e pelas religiões, o homem de agora rege-se pelo imediatismo de seus interesses, de suas paixões; pelas normas do instinto, em vez de normas da moral.

•

Vendo todos os confortos que o rodeiam, (o homem-massa) pensa que tudo surgiu, naturalmente, para ele. Não se lembra dos esforços pacientes que o progresso exigiu da humanidade.

•

A nossa hora está cheia de bárbaros que querem aposentar o espírito; de utilitaristas que querem desacreditar o ideal. Ela está exigindo a revolução da inteligência. Aos jovens cabe esta revolução.

•

1935/ *Variações sobre a arte poética*

O latim foi sempre o melhor aparelho de ginástica intelectual e equilíbrio do raciocínio.

Não sobra tempo de estudar a técnica antiga a quem busca entender a técnica moderna. Não se vai a ler Ésquilo após uma sessão de cinema sonoro.

•

... Somos uns bárbaros que, cheios de progressos mecânicos, viciamos no utilitário a inteligência e deixamos letargar, por aí, o gosto estético.

•

A cultura humanística não pode competir com este pensamento técnico-naturo-científico.

•

A invasão mecânica deste século 20 criou a negação de fato da cultura.

•

Cabe à educação reatar com o passado. Cabe-lhe encontrar o caminho filogenético – para além do preconceito romântico – na tradição clássica. (...) A volta ao sadio.

•

A Poesia respira mal nesta selva de aço em que se perdeu o bárbaro moderno, entregue à mecanolatria.

•

O homem moderno criou, em torno de si, a áspera selva das máquinas. Vive, como outro bárbaro, dentro desta selva metálica.

•

Formar técnicos não cria homens que continuem uma civilização, mas autômatos que a desperdiçam.

•

O bom senso chama-nos para o caminho largo da marcha humana, abandonada a presunção de suficiência e o improvisamento de eficiências.

..

•

A nossa hora não é uma hora de arte. Onde está a Música? Para onde foi a Poesia? Por onde anda a Estética? – Refugiram para os abrigos raros, como as aves que vão a esconderijos sabidos, mal a natureza rosna as primeiras vozes de suas tempestades.

• -

1937 / *O drama da adolescência*

Não é fácil ao homem dessa mentalidade que morre preparar homens desta mentalidade que nasce. Como pode o Crepúsculo dar lições à Aurora?

•

Cinema... Arte nova, poderosíssima, que alargou o seu domínio pela conquista de uma idade humana – a infância – em que outras artes não puderam influir.

•

1939 / *Filologia de ductilidade expressiva na linguagem*

Um homem não muda uma língua; mas um povo a transmuda, na evolução das palavras, sempre tocadas de um inquieto dinamismo transformista.

•

1944 / *A expressão na linguagem*

A idéia há de ser clara e definida, no espírito. A idéia escura e confusa não encontra bom caminho transitivo.

•

No caso de quem fale em língua que mal conhece, a idéia – embora clara no espírito de quem a transmite – toda se perde e confunde, no caminho que vai da boca ao ouvido, pela deficiência do meio expressivo, a deficiência das palavras.

•

Não há sintaxe que ordene e reja bem os elementos de uma idéia que o cérebro não conseguiu bem ordenar e reger.

•

(...) devemos ir ao dicionário, devemos ir aos livros. E quanta coisa se aprende às vezes por causa de uma palavra!

•

Acontece também, na recepção de quem ouve, entrarem notas e resíduos de outras compreensões, que se misturam ao termo recebido.

•

(...) não há dúvida de que é virtude louvável o amor da língua, traduzido no estudo e cuidado dela.

•

Marinetti pregava a insubordinação gramatical. Infelizmente foi uma das lições mais bem aceitas, entre certos interpretadores da arte moderna, que confundiram renovação estética com baderna gramatical.

•

É a vida que nos faz voltar, carinhosamente, à revisão fecunda dos conhecimentos que a escola semeou.

•

O ofício vosso e meu, senhoras professoras, vive da expressão e da palavra. Este ofício requer duas coisas: ter o que dizer, e ter com que dizer o que dizer.

Ter o que dizer é ter idéias. Só tem e possui idéias quem as domina claramente. E só domina claramente as idéias quem lhes domina a expressão, quem lhes domina a sintaxe de transmissão, através da linguagem.

1945 / *Depoimento sobre Mário de Andrade*

(...) falamos brasileiro, mas devemos escrever em português.

1948 / *Humanização do homem*

Racionalista ficou referindo-se, não à razão que indaga e descobre, porém, sim, à repulsa das coisas transcendentais. Ser racionalista não esteve no aceitar o pouco que a inteligência tem compreendido, mas no recusar o muito que, não alcançando, a razão quis repelir.

Sullivan relembra o depoimento de Einstein, quando diz que uma produção literária ou musical importa mais, para nós, do que qualquer teoria científica.

•

1948 / *A formação de Montaigne*

(...) o progresso moral e social não guardou medida comum com o progresso mecânico: nossa alma continua pequena, dentro da grande fábrica do mundo.

•

1948 / *Da importância da gramática*

Se a linguagem é uma faculdade de exprimir pensamentos e emoções, ela tem servido muito às emoções e muito menos ao pensamento.

•

Não há colorido emocional em frases como “dois e dois são quatro”, “a terra gira no espaço”, “a soma dos ângulos internos...”. São juízos cujo perfume evaporou.

•

O homem é feito de anseios, angústias, desequilíbrios, sensações, buscas.

•

O que se diz leva a cor subjetiva do nosso dizer.

•

A língua é uma rede laxa, admitindo compromisso entre a imperfeição de quem fala e a tolerância de quem ouve.

•

Quem quiser escrever bem, leia os mestres da arte.

•

Sociedade civilizada é sociedade bilíngüe, uma falada e outra escrita; uma coloquial e outra literária.

•

(...) norte-americanos, povo que é padrão de padronizadores.

•

Quem escreve hoje, vale-se do modelo de ontem e deixa um exemplo para o amanhã.

•

(...) aquela coisa chamada Propaganda, soberana da opinião, que nos impinge a sua diária vitamina, ingerida a toda hora (...) e sem prescrição médica.

•

O estado de homem, por difícil e incerto, facilmente se perde, pois é fácil a saudade do animal.

•

(...) o herói que enfrenta o mundo moderno e seus fantasmas pragmáticos... é herói de batalha vencida, mas vencer não é necessário. O necessário é batalhar.

•

Desintegrar um átomo é apenas um grande jeito de brincar. A civilização não está na física experimental, mas na filosofia dela, na filosofia da ciência.

•

Civilização é obra de sábios, não de técnicos. Os sábios não se formam na escola das atuais ciências da estrutura, mas na escola do humanismo.

•

Existe um ideal de língua capaz de substância e cor, essência e ênfase, vida e viveza. Amolda-se à clara forma do pensamento e ao matiz cambiante da emoção. Supõe que o grupo social moureja no labor da cultura e da civilização.

Nos amplos cimos do espírito, a língua é uma argila insubstancial que se afaz, macia, ao toque do oleiro. Uma ductilidade que dorme no cérebro, onde acorda, harmoniosa, com a sintonia de idéias que estejam buscando expressão, almas à procura de corpo.

E nada é mais admirável que uma coisa iluminada pelo esplendor da palavra.

1951 / *Psicologia de algumas dificuldades no ensino da língua*

Em terras como a nossa, de pouca suficiência nacional e muito formalismo ostentoso, a doutorice fez-se epidemia.

Sem mais Europa, que imitar, viu-se o Brasil envolvido na esfera continental de um só pólo. E brinca, deliciosamente, entre os prazeres que Tio Sam lhe ministra, sob forma de automóvel, balangandãs de matéria plástica e filme cinematográfico.

1952 / O sentido do "Curso de férias"

Outrora, havia mais dogmas de moral e menos teses de ciência; mais consciência dos deveres e menos sensibilidade aos direitos; mais sentido axiológico, isto é, de valores, e menos atração do meramente quantitativo. A emoção disputava mais com a inteligência. O mestre podia ser mais categórico. Mesmo errado na tese, acertava de infundir princípios, formar hábitos, educar. O homem tinha fé em muita coisa.

•

1954 / A gramática e a lógica

A diferença entre o lingüista e o vernaculista (= professor de vernáculo) é fundamental: o lingüista *colbe*, mas o vernaculista *escolbe*. O lingüista classifica, mas o vernaculista participa. Tudo é *língua* para o lingüista, mas nem tudo é *fala* para o vernaculista.

•

1957 / *Ars grammatica*

(...) a língua é uma coisa que se adquire, pois inato é só o *dom da fala*, a capacidade expressiva ou *linguagem*.

•

A língua forma-se por imitação, por habituação, por saturação, por analogia, durante o comércio da vida, segundo a mesmice iterativa do cotidiano. O infante recebe-a devagar, repetindo, progressivo, o que a tribo lhe ensina.

•

Como expressão do homem, a fala é uma projeção do mundo interior – área em que se fecha a língua, *inacessível* à experiência alheia. Ninguém pode ficar sabendo a riqueza de língua de um homem calado.

•

A obra de arte não pede comunicação e sim *comunhão*. (...) A arte é comunhão e a fala é comunicação.

•

O poder da fala termina à porta do ouvido.

•

A linguística deve ter mais que fazer do que ficar zumbindo, vocabularmente, na colmeia sonora.

•

No sintagma, é que se produz a evidência do vocábulo.

•

A língua está na fala, a fala está na frase, a frase está nos sintagmas: o sintagma está num arranjo entre vocábulos e morfemas.

•

Na fala é que se vê a língua e pela fala vê a língua quem a quer classificar, embora o procedimento comum, tomado de reminiscência normativa, esteja sempre mostrando que na língua se vê a fala.

•

Faltasse a fala escrita e a Europa teria ficado a vegetar na sibismice tribal da rasteirice pré-aristotélica.

•

1960 / *Conceitos de lingüística fabular*

O homem não olha para ver, mas para verificar.

•

A fala é um corpo que troca de alma no fim do percurso. (...) o sentido que embarca é A mas é A' que aparece no desembarque.

•

O certo é que o homem transformou a voz em veículo da representação mental.

•

O ato de fala é um procedimento teatral.

•

Os elementos de interpretação da língua não estão no plano fisiológico e sim no plano do espírito, que é o plano de sua criação.

•

Hominizar-se é adquirir individuação e pessoa. Hominizar-se é "euizar-se". Para o conseguir, vai cada um enchendo de representações o celeiro do segundo sistema, enquanto estiliza *necessidades* vitais, mobilizadas como *possibilidades* vivenciais.

•

Quem desmonta frases encontra sintagmas. Quem desmonta sintagmas encontra vocábulos e morfemas. Desmontando a *morfia fabular*, a lingüística já consegue o bastante para compreender a estrutura da língua.

•

O *homem ocidental* vem construindo a sua lenta civilização, num lento encontro, feito de aceitações e repulsas, entre o espírito e a força. Atenas representou o espírito; Roma, a força.

[1961?] / *Prol*

(...) sair do engano é coisa que não estende nem diminui: apenas corrige.

O homem é uma expressão espacial em busca de tradução temporal.

A vivência é uma projeção vertical do antanho-aflorando na superfície de hoje.

A língua, a serviço da expressão do homem, nunca está, move-se. A sincronia é uma aparência.

Língua é diacronia. Não é estado, é mudança.

•

A língua é um fruto da dinâmica do espírito e nas forças do espírito se há de buscar a sua força.

•

[1962?] / *Etimologia do fabular e do homínico*

Mais importante que admitir que o homem já foi macaco é ver como deixou de ser. Para entender essa promoção, para entender melhor a hominidade, cumpre distinguir entre homem zoológico e homem antrópico, entre o elemento animal e o elemento espiritual. Entre a função vital da máquina fisiológica e a função vivencial da máquina cogitante. Entre a espacialidade vital e a temporidade vivencial. Entre a matéria cognoscível, existente também no homem zoológico, e o poder cognoscente do espírito, regalia do homem antrópico. Entre a Ciência do Objeto ordenável, naturalmente verificável, e a Ciência do Sujeito ordenador, pós-naturalmente identificável.

•

A hominidade é um assunto *não da história natural mas de uma história pós-natural*.

Ter hominidade é fazer-se homem, fazer-se homem é hominizar-se e hominizar-se é temporizar-se, no exercício da cogitação intelectual.

Mas a lingüística tem preferido fechar a porta das origens. Como se fora melhor ciência pouca, prefere manter orelhas moucas. Prefere dar a língua por nascida e crescida, na esperança de poder bem explicá-la sem etimologia. Prefere, imitando o físico, tratar a língua como um corpo e anatomizar cadáveres vocabulares, para ver se identifica, em tais ou tais partículas sonoras, o veículo de tais ou tais frações da alma semântica.

•

Com a nova simbolização, começou o regime da *fala escrita*, capaz de condicionar agora, no silêncio dos traços, um dizer que se ouve mil anos depois, na voz do leitor.

•

(...) os gramáticos de agora, em vez de cortar largas águas de falas, em mares diacrônicos, ficam-se na praia, distraídos, juntando conchinhas de parencças e diferenças, catando frutinhas com que fazer rosários de biribiri. Enfiam cordões-de-contas, contentes feito meninos, quando a fieira cresce: *ato bato cato chato dato fato gato jato mato nato pato rato tato trato*. Acontece porém que enquanto o menino sente que brinca, pensa que está fazendo ciência o glotólogo.

•

Um senhor podia escravizar o corpo do servo, não a alma. Agora porém, ai de nós, depois que se inventou a lavagem do cérebro, nem mesmo a alma pode escapar à coerção.

•

Falar como os outros falam não é coerção mas conveniência, na conveniência do mútuo entender.

•

No mundo da fala, convém insistir, existem mais coisas que as vistas até agora pela filosofia da lingüística.

•

Tomar consciência da língua é descobrir que a língua é um filtrado de falas, na vivência de cada aprendiz. A língua é um patrimônio de meios, um patrimônio peculiar, que o grupo distribui aos indivíduos. É um farnel de provisões que Primo abastece, e sem se desprover, vai fornecendo a seu parceiro, que é Secundo. É como uma candeia em que, sem apagar, uma outra se acende.

•

A língua muda e tem de mudar, tem de perder a ipsidade, pois a lei da deveniência é universal. Basta ser para mudar.

•

1964 / *Saudação a uma catedrática*

(...) uma brisa cartesiana e kantiana, foi transformando-se no tufão hegeliano do século XIX, repartido nos dois absolutos do ideal e da matéria. Visto que cada um colhe como semeia – *ut sementem feceris*

ita metes – agora o século XX tem colhido, em tempestades, o que o outro semeara em ventos, nos ventos de seu imperialismo comercial, do seu absolutismo teórico e do seu tecnicismo industrial.

1964 / *A origem da fala*

Hominizar-se é tecer-se de tempo.

Como ciência da hominidade, a Ciência do Sujeito estuda a *qualidade antrópica* do homem, semeada na gleba zoológica. Estuda a alma no corpo, sendo que o homem é Sujeito na alma e Objeto no corpo; *é a unidade hipostática de sua forma temporal na sua forma espacial.*

Como proceder de manifestação, a fala é inter-individual. Como proceder de um pensar, é intra-individual. No fundo, ambos são manifestações do pensar, quer na fala coloquial de Primo com Secundo, quer na fala soliloquial de Primo consigo mesmo. É sempre o circuito “homem-homem”.

Nascem, das falas ditas, os recursos das falas dicendas.

Se admitirmos o espaço como a não-coisa externa, um lugar lá fora onde as coisas estão, diremos que o tempo é uma não-coisa interna, uma duração cá dentro onde estão as idéias.

•

O tempo homínico (...) é (...) um campo de epifanias da memória, um depósito de outroras *passados*, convocáveis num agora *presente* e projetáveis num *futuro* depois.

•

(...) ordenar a matéria da fala (...). Se basta, para viver, uma *posse* do uso, cumpre entretanto, para conhecer, chegar à *consciência* da posse, à consciência da língua.

•

Na Ciência do Sujeito, que as faculdades hermenêuticas estudam, a hominidade é cambiante e fugidia. Por isso é que nos olham de soslaio, certos colegas de institutos, mui anchos de trabalho mais seguro, nos campos da Ciência do Objeto.

•

A novidade do pensar metódico, abrindo via ao cognoscível, trouxe prazer à inteligência, no gosto de verificar.

•

O regime espacial do viver nutre o regime temporal do pensar.

•

O conceituar positivista parece que parou na mítica de outrora, ao misturar idéia e coisa, num nome que devia ser da idéia. Por tal engano, muito antigo, é que se toma a fala, ainda hoje, como “expressão da coisa”, apesar de ela ser uma “expressão do homem” que nela mostra a sua hominidade e não a coisa.

•

Quando disse Heráclito Escotino que “ninguém se banha duas vezes no mesmo rio”, deixou de ver que é mais notável a recíproca: “Não banha um rio o mesmo homem duas vezes”.

CRONOLOGIA BIOGRÁFICA

- 1904 Nasce no dia 12 de setembro, em Coroaci (município de Peçanha, MG), José Lourenço de Oliveira. Seus pais: Maria de Oliveira Chaves e Joaquim Lourenço do Carmo.
Faz o curso primário em Virginópolis, MG.
- 1916 Inicia, como seminarista, o curso de humanidades no Colégio do Caraça, importante em sua formação. Aí permanece até 1922.
- 1923 Continua os estudos no seminário dos padres lazaristas, de Petrópolis, RJ.
Sai do seminário.
- 1924 Leciona humanidades no Instituto Padre Machado, de São João del Rei (MG), até 1928 – colégio do professor Antônio de Lara Resende, o grande amigo “sr. Resende”.
- 1925 Faz-se redator do jornal *A Cruzada*, órgão da União dos Moços Católicos fundada por Lara Resende.
- 1926 Faz uma preleção sobre São Francisco de Assis no Teatro Municipal de São João del Rei, publicando-a posteriormente na revista *A Cruzada*. Publica ainda, na mesma revista, “A moderna corrente literária” e “19 de julho”.

1928 Leciona humanidades no Ginásio Diocesano, de Mariana (MG).

Assume as disciplinas de português, francês e latim no Ginásio (atual Colégio) Arnaldo, de Belo Horizonte, e aí leciona até 1934.

Publica os textos “O frio”, “Uma visita à Mina da Passagem”, “Não vale mais”, “Hoje, sexta-feira” em *O Correio*, de São João del Rei, e “Poema”, em *O Germinal*, de Mariana.

1929 Presta exames oficiais parcelados em bancas examinadoras federais.

Publica “Um dever nosso”, em *O Correio*, de São João del Rei (21 de abril).

Torna-se professor de português da professora e psicóloga Helena Antipoff.

1930 Matricula-se no Bacharelado em Direito, da UMG – e é premiado com gratuidade por obter 1º lugar no vestibular e nos anos letivos subseqüentes.

1931 Publica os ensaios “A Escola de Aperfeiçoamento de BH” (22 de janeiro), “O curso de psicologia experimental” (30 de janeiro), “Metodologia da língua pátria” (7 de fevereiro), “Ciências sociais e socialização” e “Metodologia da aritmética” no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro.

Apresenta ao Centro Acadêmico de Estudos Jurídicos e Sociais o capítulo *Lenine*, da tese projetada *Lenine, Ford e Pio XI*.

1932 Publica no *Estado de Minas* texto de apresentação do Centro Acadêmico de Estudos Jurídicos, de que é sócio fundador.

- 1933 Escreve sua tese *A ortografia de nossa língua*.
Forma-se bacharel em direito pela UMG.
Faz uma conferência sobre “A educação física e a futura raça brasileira” na Escola de Aperfeiçoamento – texto publicado em 21 de outubro no *Minas Gerais*.
- 1934 Leciona português no Instituto de Educação de Minas Gerais.
Participa da fundação do Colégio Afonso Arinos, onde leciona até 1935.
Exerce o magistério de português no Departamento de Instrução da Força Pública de Minas Gerais – Escola de Oficiais (até 1963 – ascendendo ao grau de professor-tenente-coronel).
Publica o texto “É possível acabar com a guerra?” na revista *Surto*, de Belo Horizonte, em janeiro.
Faz, no Centro Dom Vital, a comunicação “No centenário de Anchieta”, por ocasião do 4º Centenário do jesuíta.
Discursa sobre “A hora inquieta que vivemos”, em sessão da Academia dos Novos, em Belo Horizonte, em fevereiro.
Escreve *Tiradentes*, peça de teatro, publicada na revista *O Escoteiro*, de Belo Horizonte.
Publica, na revista *Ginásio Arnaldo*, de junho a dezembro de 1934, os textos “Vestígios traiçoeiros”, “A boa caridade”, “Palavras”, “Letras”, “Catodo, anodo, electrodo...”, “Professor...” e “Um aluno...”.

- 1935 Publica “Afonso Arinos, epônimo do Ginásio Afonso Arinos” (*Folha de Minas*, 1º de janeiro), “Homenagem a Helena Antipoff” (*Minas Gerais*, 26 de março), “Variações sobre a *arte poética* de Horácio” (*Jornal do Comércio*, Rio).

Apresenta, na Rádio Mineira, a alocução “Centenário da Força Pública”, publicada no *Minas Gerais* (11 de outubro).

- 1936 Faz concurso para a cátedra de português do Ginásio Mineiro (atual Colégio Estadual de Minas Gerais). Livre-docente.

Publica no *Minas Gerais* (em 3 e 4 de janeiro) os textos “Oração à bandeira” e “A semana militar”, este lido em programa da Rádio Inconfidência:

Leciona português no Ginásio Mineiro (Colégio Estadual de Minas Gerais) – contratado.

Casa-se no dia 22 de agosto com a professora Alaíde Lisboa de Oliveira. Ambos professores de ensino secundário e bem-sucedidos na carreira universitária, além de escritores. Tiveram quatro filhos: Abigail (bacharel em direito), José Carlos (engenheiro), Sílvio (médico) e Maria (pedagoga).

- 1937 É um dos fundadores do Colégio Marconi, de Belo Horizonte, e membro da comissão de redação de seus estatutos. Leciona latim e português no mesmo colégio.

Conclui o ensaio “O drama da adolescência”, publicado no volume *Aspectos fundamentais da educação*, São Paulo: Editora Nacional.

Faz palestra sobre Afonso Arinos ao microfone da Rádio Inconfidência, na *Hora educativa*, 9 de agosto. Texto publicado no jornal *Minas Gerais*, em 3 de setembro.

- 1938 Faz, no II Salão de Belas-Artes de Belo Horizonte, em outubro, uma conferência sobre “Estética” e pronuncia, em nome dos intelectuais mineiros, uma “Saudação a Tasso da Silveira”.
- Publica “Tecnocracia” na revista *A Ordem*, do Centro Dom Vital; “Numa festa de bacharéis”, na revista *Mensagem*, e produz o texto “A Força Pública de Minas”.
- Faz palestra sobre padre Antônio Vieira, “Vieira brasileiro”, ao microfone da Rádio Inconfidência (27 de outubro).
- Concede a entrevista “A halbúrdia ortográfica” ao *Diário da Tarde*.
- 1939 É um dos fundadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Membro do 1º Conselho Administrativo.
- É indicado professor de língua latina (catedrático) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, função exercida até 1969.
- Apresenta apreciação crítica do livro *Machado de Assis*, de Mário Matos, em *O Diário* (27, 28 e 29 de junho).
- Conclui “Filologia da ductilidade expressiva na linguagem”, texto datado de 1º de agosto, publicado na revista *Mensagem*.
- Publica “Minas está no centro do Brasil” e “O caminho dos séculos” na revista *Tentativa*, de Belo Horizonte.
- Publica, em *O Diário*, o “Cronicário de Horácio Marão”: série regular de artigos registrando angústias da inteligência moderna e criticando tendências da ciência contemporânea.
- 1940 Leciona português no Instituto Padre Machado, de Belo Horizonte, até 1941.

Publica, na revista *Educando*, da Associação de Professores de Minas Gerais, de fevereiro a novembro de 1940, “Questões de português: língua brasileira”, “Normas da acentuação portuguesa”, “Palavras e mais palavras”, “Têm e têem – o problema da acentuação portuguesa”, “A língua: fator de nacionalidade”, “O infinito pessoal” e “Questões de grafia”.

1941 Leciona latim, por dois anos, e francês, por três anos, no Colégio Imaculada Conceição, de Belo Horizonte.

Publica, na revista *Educando*, da Associação de Professores de Minas Gerais, de fevereiro a setembro de 1941, questões de português: “Ortoepia de alguns nomes” e “Da conjugação portuguesa”.

1942 Publica, na revista *Educando*, da Associação de Professores de Minas Gerais, de abril a julho de 1942, questões de português: “Grafia”, “Da análise” e “Do gênero dos nomes”.

1943 Leciona semântica no Curso de Extensão Universitária promovido pela UMG.

Exerce a função de advogado do Touring Club do Brasil, de Minas Gerais (até 1947).

Publica, na revista *Educando*, da Associação de Professores de Minas Gerais, em março e em junho de 1943, questões de português: “Topografia lingüística de BH” e “Anomófonos”.

1944 Leciona no Curso de Extensão Cultural para Professores Primários, organizado pela APP/MG e pela Secretaria de Educação de Minas Gerais, até 1948.

Desenvolve o tema “A expressão na linguagem”, em aula inaugural do curso de Extensão Cultural para professores primários.

Disserta sobre questões de português: “Pequeno vocabulário ortográfico – ditongos e hiatos”, na revista *Educando*, da Associação de Professores de Minas Gerais, março e abril de 1944.

1945 É professor de filologia românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria de Belo Horizonte, faculdade da hoje PUC Minas.

Prepara o texto “Depoimento sobre Mário de Andrade”.

1947 Participa da criação da revista *Kriterion*, da UMG.

Publica “A verticalidade medieval de D. Quixote”, “Nomes próprios”, “Arte e determinismo”, na *Folha de Minas*.

1948 Submete-se a concurso de títulos para catedrático de latim da Faculdade de Filosofia (anexada à UMG), concurso aprovado pelo MEC, que lhe confere o título de Doutor em Letras Neolatinas.

Desenvolve o tema “A humanização do homem”, em aula inaugural do curso de férias para professores de ginásios e de escolas normais, na Faculdade de Filosofia da UMG – mês de janeiro.

Leciona nos cursos de férias para professores do ensino secundário, da Secretaria de Educação de Minas Gerais, até 1952.

Desenvolve o tema “Da importância da gramática”, em aula inaugural do Curso de Aperfeiçoamento ministrado às professoras primárias da capital, texto publicado em *O Diário*, de 8 de setembro.

Faz conferências na Associação de Cultura Franco-Brasileira sobre Montaigne e Richelieu.

1949 Conclui a tese *O formalismo quirício e a estipulação em Gaio*, que “acabou de imprimir-se nas Oficinas Gráficas de Velloso & Cia. Ltda., no dia 05 de outubro, ano da graça de mil novecentos e quarenta e nove, em Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais”.

1951 É aprovado em concurso para a cátedra de direito romano, da Faculdade de Direito da UMG, e obtém o título de livre-docente.

Publica *Espírito mediterrâneo - Estudos*, coleção de ensaios.

Conclui o ensaio “Psicologia de algumas dificuldades no ensino da língua”.

Discursa, apresentando Jules Marouzeau – “Para ouvir Marouzeau” – na Faculdade de Filosofia da UMG, em setembro de 1951.

1952 Discorre sobre “O sentido do Curso de Férias”, no encerramento do curso de 1951-52.

1953 Faz discurso, no dia 2 de março, em homenagem à catedrática de psicologia educacional: “Saudação à professora Helena Antipoff”.

1954 Desenvolve o tema “A gramática e a lógica” em aula inaugural do ano letivo de 1954, texto publicado na revista *Kriterion*.

- 1955 Funda e preside o Instituto de Humanidades Arduíno Bolívar, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UMG.
- 1956 Discursa em homenagem ao professor A. V. Velloso: "Saudação ao professor de filosofia", por ocasião do 50º aniversário do colega. Texto publicado na revista *Kriterion* (nº 35-6, 1956).
- ...
- 1957 Publica "Ars Grammatica" na revista *Kriterion*, vol. IX, nº 37-38, da UMG.
- Discorre sobre "A fala e a língua" na *Semana Saussuriana*, promovida pela Faculdade de Filosofia, através do Instituto Arduíno Bolívar, comemorando o centenário de nascimento de Ferdinand de Saussure, em 26 de novembro. Publica o texto na revista *Kriterion*, da UMG (nº 43-44).
- 1960 Torna-se membro do Conselho Universitário da UMG.
- Publica, em *Kriterion* (vol. XIII), o texto "Conceitos de lingüística fabular I".
- 1961 Publica, em *Kriterion* (vol. XIV), "Conceitos de lingüística fabular II".
- 1962 Publica "O tempo e a função fabular" na *Revista da Universidade de Minas Gerais*, nº 12, janeiro.
- 1963 É distinguido com placa de 30 anos de magistério na Polícia Militar.
- Assume a cadeira de lingüística na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UMG (UFMG a partir de 1965).
- Conclui o trabalho "A teoria do conhecimento", com data de 22 de agosto de 1963.

- 1964 Conclui o texto “A origem da fala”, no mês de junho.
Discursa em homenagem à professora Ângela Vaz Leão, “Saudação a uma catedrática”, em 5 de setembro.
- 1969 Aposenta-se da UFMG, pois, como declara, “queria ter mais ócio para dois livros prometidos...” (um tratado de lingüística aplicada e um ensaio de teoria da linguagem).
- 1970 Recebe do governador do Estado, em 14 de outubro, a Medalha de Ouro e o Diploma de Mérito Militar, por completar 30 anos de exercícios prestados ao Departamento de Instrução da Força Pública de Minas Gerais.
Publica, em *O Estado de S. Paulo*, nos dias 4, 11 e 18 de julho, “Poesia e Henriqueta”, ensaio sobre poesia e sobre a poesia de Henriqueta Lisboa.
- 1974 É-lhe outorgado o título de professor emérito da UFMG e é homenageado com placa comemorativa da Faculdade de Letras.
- 1975 Discursa em homenagem ao professor Lúcio dos Santos, em comemoração do centenário de nascimento do ilustre professor e educador.
- 1976 É-lhe atribuída, pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a Medalha Tiradentes.
- 1977 Publica *Mons vivus*, versão para o latim de *Montanha viva*, de Henriqueta Lisboa, feita em colaboração com o padre Pedro Sarneel, C.M.
- 1980 Recebe da Polícia Militar de Minas Gerais a Medalha de Mérito Militar.

- 1984 Falece, em Belo Horizonte, no dia 28 de abril, aos 79 anos.
- 1987 Publicação póstuma de *Xavier e o Caraça* (Belo Horizonte: O Lutador e Editora UFMG).
- 1990 Publicação póstuma de *Ao correr do tempo – 1: Ensaios, discursos e palestras* e *Ao correr do tempo – 2: Aulas e conferências*, coletâneas de ensaios, com prefácio de Paschoal Rangel (Belo Horizonte: O Lutador).
- 1994 Segunda edição, revista e ampliada, de *Espírito mediterrâneo – Estudos*.
- 2002 Publicação de *Da vida à vivência – conceitos de lingüística fabular*, coletânea de textos inéditos. Edição organizada pelos professores Johnny José Mafra e Samuel Moreira da Silva. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.
- 2004 José Lourenço de Oliveira, por ocasião do primeiro centenário de nascimento, tem site oficialmente lançado www.lettras.ufmg.br/lourenco e os internautas têm acesso a dados distribuídos em três seções: *vida*, *livros* e *banco de textos*. É possível, para fins didáticos, cópia de textos integrais de sua obra escrita.

MOMENTOS EM IMAGENS



Em pé, terceiro da esquerda para a direita, J. Lourenço
com colegas do Caraça (1922).



Com o irmão Darci Lourenço do Carmo, em São João del Rei, no dia de seu aniversário (12/9/1927).



Na formatura, bacharel em direito (1933).



Diante da banca examinadora (da esquerda para a direita, Cláudio Brandão, Nelson Romero, Eduardo da Fonseca, José Oiticica e Antenor Nascentes), em concurso para a cátedra de português (1936).



Da esquerda para a direita, professores Arthur Versiani Velloso, Braz Pellegrino, Lúcio José dos Santos, padre Clóvis Sousa e Silva e J. Lourenço, no ato da fundação da Faculdade de Filosofia (1939).



Primeiro em pé, da esquerda para a direita, na foto que é uma
"lembrança da invasão bárbara da Sorbonne à nossa Faculdade" (1956).



Da esquerda para a direita: Pedro Paulo
Moreira, Arthur Versiani Velloso, Morse
Belém Teixeira e J. Lourenço (década de
60).

O casal Alaíde e Lourenço, membros do Conselho Universitário da UFMG (1960).



Alaide e Lourenço (no centro), ladeados pelos filhos, à esquerda, Abigail e José Carlos e, à direita, Maria e Silvio, quando das bodas de prata (agosto de 1961).



Registro emblemático do Mestre em sala de aula. Quadro com os esquemas e diagramas da teoria (década de 60).

Da esquerda para a direita: professor Berardo Penna Nunan (diretor do Yázigi), professor Mattoso Câmara Júnior, professor Arion Rodrigues e José Lourenço, no Seminário de Lingüística, no Colégio Estadual (abril de 1967).





Ladeado por Íria Maria Renault de Castro e Silva (diretora da Faculdade), Eduardo Osório Cisalpino (reitor da UFMG) e Alaíde Lisboa, sua esposa, Lourenço discursa em agradecimento ao título de Professor Emérito (1974).



José Lourenço,
jovem professor
de humanidades (1928).



Professor universitário
na UFMG (década de 60).



Capitão-professor do
Departamento de Instrução da
Força Pública de Minas Gerais –
Escola de Oficiais (1934).



Com a boina que usava em suas viagens
ao Caraça (década de 70).



Em sua casa (1980).

Ana Lúcia Almeida Gazzola
Ângela Vaz Leão
Eunice Pontes
Mário Alberto Perini
Solange Ribeiro de Oliveira
Marlene Machado Zica Vianna
Alaíde Lisboa de Oliveira
José Carlos Lisboa de Oliveira
Fábio Lucas
Lauro Palú, C.M.
Paschoal Rangel
Johnny José Mafra
José Afrânio Moreira Duarte
Letícia Malard
Maria José de Queiroz
Samuel Moreira da Silva
Jair Barbosa da Costa
Melânia Silva de Aguiar


EDITORA
Peirópolis

FALE
FACULDADE DE LETRAS
FALE

UFMG

ISBN 857596066-0

9 788575 960660